

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**PAULO AFONSO DE SOUZA CASTRO**

**ANGELO CRETÃ E A RETOMADA DAS TERRAS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL**

**CURITIBA**

**30 de agosto de 2011**

**PAULO AFONSO DE SOUZA CASTRO**

**ÂNGELO CRETÃ E A RETOMADA DAS TERRAS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

**CURITIBA**

**30 de agosto de 2011**

**76ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA  
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO,  
APRESENTADA PELO ALUNO PAULO AFONSO DE SOUZA  
CASTRO EM SESSÃO PÚBLICA**

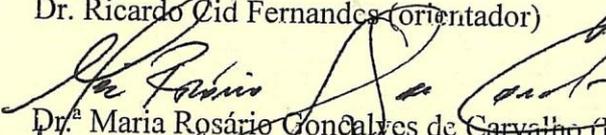
Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às treze horas, na sala 613 do Edifício D. Pedro I, reuniu-se a banca examinadora, designada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, composta pelos seguintes Professores Doutores: Ricardo Cid Fernandes (orientador), Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (PPGCS-UFBA) e Miguel Carid Naveira (PPGAS-UFPR), para julgamento da Dissertação intitulada "*Angelo Cretã e a retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil*", de Paulo Afonso de Souza Castro. Foi aberta a sessão pelo presidente, professor Ricardo Fernandes, apresentando ao público os demais membros, passando a palavra em seguida ao mestrando, conferindo-lhe trinta minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se à arguição. Os avaliadores fizeram suas observações e críticas no prazo de trinta minutos, na seguinte ordem: Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, Cecília Helm e Miguel Carid Naveira, tendo o mestrando igual tempo para resposta. Ao final, o presidente suspendeu a sessão para que fosse decidido o julgamento. A banca decidiu pela APROVAÇÃO do mestrando, com conceito A.

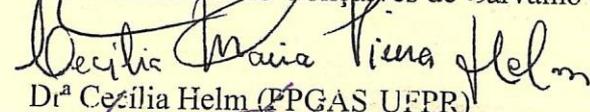
**Recomendações da banca:**

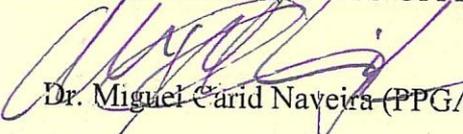
*Pela relevância da temática e qualidade da pesquisa realizada a banca, por unanimidade, recomenda que o autor proceda a uma revisão redacional e a pequenos ajustes conceituais.*

**Banca examinadora:**

Dr. Ricardo Cid Fernandes (orientador)

  
Dr.ª Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (PPGCS-UFBA)

  
Dr.ª Cecília Helm (PPGAS UFPR)

  
Dr. Miguel Carid Naveira (PPGAS-UFPR)

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao líder Kaingang Romancil Gentil Cretã e ao seu irmão Márcio Kokoj, que desde os nossos primeiros encontros colaboraram com o desenvolvimento desta pesquisa. Sou grato também a sua mãe, Elvira dos Santos Cretã, que me recebeu e hospedou gentilmente em sua casa na aldeia da Campina. Quero também registrar meu reconhecimento ao apoio recebido da professora Eloy Aparecida Cretã, de seu marido Milton Katanh Alves e seu filho Adrian que prestaram valioso auxílio durante minhas visitas as aldeias de Mangueirinha. E especialmente agradeço ao cacique Valdir dos Santos Kokoj, por ter autorizado minhas visitas na Terra Indígena de Mangueirinha. Nestas ocasiões fui muito bem acolhido e tratado de modo fraterno por seus moradores. Agradeço as conversas que tivemos com os Kaingang de Mangueirinha, a oportunidade de caminhar em suas campinas, admirar suas matas, entrar em suas casas e escutar suas histórias.

Agradeço também a colaboração da antropóloga Fernanda Maranhão, e através dela a toda equipe do Museu Paranaense. Bem como ao indigenista Edivio Batisteli que me recebeu com cordialidade no escritório da FUNAI em Curitiba. Registro meu agradecimento a antropóloga Cecília Maria Vieira Helm, pelos muitos esclarecimentos recebidos relativos às lutas Kaingang e Guarani em defesa da Terra Indígena de Mangueirinha.

Agradeço aos professores, funcionários e colegas do Departamento de Antropologia Social da UFPR, pelo apoio recebido durante os dois anos e meio de estudo e pesquisa. Destaco minha gratidão ao professor Ricardo Cid Fernandes por sua paciência e dedicação, sob sua orientação muito aprendi, sobre tudo a respeito do povo Kaingang. Sou grato ao incentivo dos meus pais Arthur Theóphilo de Castro e Wilma Célia Silveira de Castro, bem como de minha amiga Cristiana Gonzaga Candido.

A minha querida filha Gabriela Gonzaga de Souza Castro, dedico esta dissertação.

## RESUMO

Esta dissertação aborda a trajetória de vida e militância política do líder Kaingang Ângelo Cretã da Terra Indígena de Mangueirinha/PR. Ele foi um dos principais comandantes do movimento pela retomada das indígenas no sul do Brasil na década de 1970. E também o primeiro vereador indígena do país, que enfrentou demandas com madeireiros, políticos tradicionais, intrusos e latifundiários. Desenvolvida com base em depoimentos orais, valorizando a memória e o ponto de vista dos índios, esta pesquisa apresenta um panorama do contexto histórico e social em que viveu Ângelo Cretã. Para tanto também foram utilizadas informações de documentos oficiais, matérias jornalísticas, fontes bibliográficas e áudio visuais. Em sua conclusão este trabalho traz uma reflexão sobre a violência e os assassinatos de líderes indígenas no Brasil. E analisa o uso das imagens e discursos de Ângelo Cretã, após seu falecimento, pelo movimento social indígena.

Palavras-chave: Territorialidade, Memória, Movimento indígena, Kaingang, Guarani, Política e etnicidade.

## ABSTRACT

This research paper discusses the history of the life and the political militancy of the Kaingang leader Ângelo Cretã of the Indigenous Land of Mangueirinha / PR. He was one of the leading commanders of the movement for resumption of indigenous in the south of Brazil in the seventies and also the country's first indigenous councilor, who faced demands with loggers, traditional politicians, intruders and landowners. Based on oral testimony, enhancing the memory and point of view of the indians, and also with data from official documents, newspaper articles, audio and visual sources, this paper presents an overview of the historical and social context in which lived Angelo Cretã. In its conclusion this study presents a reflection on the violence and the murders of indigenous leaders in Brazil and analyzes the use of images and speeches from Angelo Cretã after his death by indigenous social movement.

Keywords: Territoriality, memory, indigenous movement, Kaingang, Guarani, politics and ethnicity.

## LISTA DE SIGLAS

ANAÍ	Associação Nacional de Apoio ao índio
APBKG	Associação de Professores Bilíngues Kaingang e Guarani)
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARPIN-SUL	Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CIMI	Conselho Indígena Missionário
COMIN	Conselho de Missão entre Índios da Igreja de Confissão Luterana no Brasil.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DGPI	Diretoria Geral do Patrimônio Indígena.
EDUEL	Editores da Universidade Estadual de Londrina
FCPI	Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
FUNDESTE	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IHU	Instituto Humanitas Unissinos
MEC	Ministério da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras.
NEA	Núcleo de Estudos Ameríndios
ONISUL	Organização das Nações Indígenas do Sul
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PR	Paraná

PRODEC	Programa de Desenvolvimento Agrícola das Comunidades Indígenas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PM	Polícia Militar
PSD	Partido Social Democrata
RS	Rio Grande do Sul
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNI	União das Nações Indígenas
UNIJUÍ	Universidade Regional do Rio Grande do Sul

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA	56
FIGURA 2 – ÂNGELO CRETÃ – IMAGEM 1	68
FIGURA 3 - ÂNGELO CRETÃ – IMAGEM 2	92
FIGURA 4 - ÂNGELO CRETÃ – IMAGEM 3	101
FIGURA 5 – MOBILIZAÇÃO KAINGANG - IMAGEM 4	113
FIGURA 6- MAPA DAS TERRAS KAINGANG	125
FIGURA 6 - ENTERRO DE ÂNGELO CRETÃ. - IMAGEM 5	138

## SUMÁRIO

I – A TRAJETÓRIA DE UM LÍDER KAINGANG NO SÉCULO XX.	9
II – METODOLOGIA: MICRO-ANÁLISE DE UM PROCESSO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA:	12
III– SÍNTESE DOS CAPÍTULOS:	18
CAPÍTULO I	21
MANGUEIRINHA: TERRA E SANGUE KAINGANG	21
1.1 DÉCADA DE 1940: NASCE UM FUTURO LÍDER KAINGANG	21
1.2 MEMÓRIAS DOS TRONCOS VELHOS DE MANGUEIRINHA:	36
1.3 RAÍZES ETNO-HISTÓRICAS DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA: ....	47
CAPÍTULO II	56
AÇÃO POLÍTICA: A LIDERANÇA DE ÂNGELO CRETÃ	56
2.1 A CONTENDA COM F. SLAVIERO & FILHOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS S.A.:	56
2.1 TEMPO DE MUDANÇAS E CONQUISTAS: A GESTÃO DO CACIQUE ÂNGELO CRETÃ:	68
2.1 O MANDATO DO PRIMEIRO VEREADOR INDÍGENA DO BRASIL:	93
CAPÍTULO III	101
AS RETOMADAS DE TERRAS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL	101
3.1 RIO DAS COBRAS: A PRIMEIRA VITÓRIA.	101
3.2 NONOAI, A GRANDE BATALHA:	112
3.3 CHAPECÓ, CACIQUE DOBLE E OUTRAS TERRAS RECONQUISTADAS:...	125
4.1 A IMAGEM DE ÂNGELO CRETÃ COMO ÍCONE DO MOVIMENTO INDÍGENA	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

## INTRODUÇÃO

### I – A TRAJETÓRIA DE UM LÍDER KAINGANG NO SÉCULO XX.

A história de vida e militância política de Ângelo Cretã, cacique da Terra Indígena de Mangueirinha (PR), é o principal objetivo desta pesquisa. Que através da seleção e análise de informações recolhidas em fontes orais, documentais, bibliográficas e áudio visuais apresenta um panorama social e político dos índios no sul do Brasil na década de 1970. Com o intuito de construir reflexões a respeito do movimento social indígena brasileiro em sua dimensão diacrônica, a partir de um exame crítico das contradições estruturais geradas pelo processo de ocupação e colonização não indígena dos territórios dos povos Kaingang e Guarani. Para assim buscar uma compreensão mais profunda da luta indígena contemporânea, da resistência física e cultural empreendida por povos que tiveram seu território invadido, seu ambiente natural devastado e seu modo de vida radicalmente alterado. Mas considerando sempre que os índios no sul do Brasil historicamente defenderam seus interesses nas relações assimétricas de força com os colonizadores.

Meu interesse pelo tema se iniciou quando realizei oficinas teatrais na cidade de Mangueirinha no ano de 2002 para estudantes de famílias não indígenas que tiveram suas terras alagadas na construção da Usina Hidrelétrica de Segredo. Pouco conhecia a respeito de Ângelo Cretã, nome de um conjunto habitacional naquela cidade, e também pouco sabia sobre as culturas, a história e a condição social dos povos Kaingang e Guarani. Todos os dias em que me dirigia a escola rural de Santo Antônio do Segredo I, passava por um povoado chamado Covó<sup>1</sup>, e este nome me intrigava. As pessoas do lugar em sua maioria desconheciam a origem do termo, alguns me disseram que significava buraco na língua dos índios, outros me contaram que era o nome de um antigo cacique. Os índios viviam em uma área bem próxima ao distrito do Covó, onde resiste uma parcela das matas nativas de araucária angustifolia da região. Mas a área indígena era descrita como um mundo distante, apartado por muralhas invisíveis de preconceito, desconfiança

---

<sup>1</sup> “Goio-Covó” é a denominação Kaingang para o rio Iguazu, sendo que a palavra “goio” tem o significado de rio e “covo” pode ser traduzido como profundo.

e incompreensão. Os não-índios de Mangueirinha com quem conversei demonstravam pouco ou nenhum interesse por seus vizinhos índios. Uma professora municipal que trabalhou em uma missão evangélica dentro da terra indígena me falou da gente que lá morava com um pouco mais de conhecimento. Muitos me contaram histórias que escutaram de seus avôs, os colonos pioneiros que desbravaram aquela região, narravam casos dramáticos sobre aquela “gente do mato”, que rondava as fazendas e sítios recém instalados.

Somente uns poucos moradores antigos não índios lembravam-se de Ângelo Cretã como o cacique que enfrentou intrusos e madeireiros, o único índio daquela cidade que foi eleito vereador. Recordavam igualmente da comoção causada pelo seu falecimento e da multidão que acompanhou o funeral. Mas ficavam as dúvidas sobre as causas de sua morte, teria sido um acidente ou uma emboscada criminosa? Se realmente foi um assassinato, quais teriam sido os mandantes? Por que o cacique Ângelo Cretã desagradava tanto aos poderosos? Quem eram os Kaingang e os Guarani, permaneciam índios ou já estavam “aculturados” como afirmaram para mim muitos brancos regionais?

Deste momento em diante iniciei uma busca por informações através de leituras de trabalhos de historiadores como Romário Martins e Lúcio Tadeu Mota e antropólogos como Darcy Ribeiro, Sílvio Coelho dos Santos e Cecília Helm. Assisti repetidas vezes os filmes: “Mato eles”, “Cantos da Terra Sagrada”, “Terra dos Índios” e “Póstuma Cretã”. Pesquisei no “portal Kaingang”, nos portais do Museu do índio, da FUNAI e do Instituto Sócio Ambiental. Realizei visitas ao Museu Paranaense onde localizei com o auxílio da antropóloga Fernanda Maranhão e da arqueóloga Cláudia Parrelada precioso material de pesquisa, como os textos de José Loureiro Fernandes e Telêmaco Borba. Também analisei fotografias dos índios de Mangueirinha e matérias em revistas e jornais relativas ao cacique Ângelo Cretã e as lutas indígenas contemporâneas. Em 2003 conheci Romancil Cretã, na época líder de um movimento dos índios não aldeados moradores de Curitiba<sup>2</sup>, que lutava por espaço adequado para os índios que vivem na capital paranaense. Naquela ocasião falei da intenção de escrever a respeito da história de seu pai. Desde então, Romancil e seu irmão Márcio Kokoj vem colaborando

---

<sup>2</sup> Como resultante deste movimento no ano de 2004 foi criada em Curitiba a aldeia-urbana de Kakané-Porã no bairro da Cachimba, atualmente dirigida pelo cacique Carlos oriundo da T.I. de Mangueirinha, lá vivem índios Xetá, Kaingang e Guarani.

com meus esforços e abrindo as portas e os arquivos da ARPIN-SUL<sup>3</sup>. Mas principalmente me propiciando contato com seus familiares que habitam na Terra Indígena de Mangueirinha, onde em várias ocasiões estive hospedado na casa de sua mãe, dona Elvira dos Santos Cretã.

Nesta fase inicial da pesquisa me deparei com uma questão de amplitude macro-regional, que envolvia todas as comunidades indígenas do sul do Brasil. O processo de retomadas de terras indígenas, no qual Ângelo Cretã foi um dos principais articuladores ao lado de Nelson Xangrê. A respeito destas lutas indígenas foram produzidos documentários e reportagens em jornais de grande circulação nacional, artigos acadêmicos, panfletos e boletins de entidades como a PRÓ-ÍNDIO, ANAÍ e o CIMI. Comecei a reunir todo o material vinculado ao tema e realizar entrevistas com pessoas que pudessem me auxiliar a esclarecer os fatos. Procurei então a Assessoria Especial de Assuntos Indígenas do Governo do Paraná, onde fui recebido por seu coordenador na época Edívio Batisteli, que me forneceu novas informações relativas ao cacique Ângelo Cretã. No 11º andar do edifício Tijucas, bem no centro da capital paranaense, fica a sede da ARPIN-SUL, local onde passei algumas tardes entrevistando líderes do movimento indígena de todo sul. Aproveitei ocasiões durante reuniões da FUNASA, da FUNAI e do Ministério Público para entrar em contatos com caciques, ativistas e estudantes universitários indígenas.

No transcorrer do curso de Mestrado em Antropologia Social na UFPR pude ampliar minha compreensão sobre a etnologia enquanto método de pesquisa. Aprendizado adquirido nas aulas, nas reuniões do Núcleo de Estudos Ameríndios (NEA) e no convívio e diálogo com professores e colegas. E através de muitas leituras dos trabalhos relativos aos Kaingang, desde registros de missionários, colonizadores e viajantes do século XIX. como o padre Chagas Lima e Telêmaco Borba. E o estudo de etnografias de autores como Curt Nimuendajú, Cecília Helm, Maria Lygia Moura Pires, Kimiye Tommasino, Silvio Coelho dos Santos, Juracilda Veiga, Robert Crepeaux e Ricardo Cid Fernandes. Todas estas referências foram fundamentais no estudo do contexto social e das raízes históricas e culturais das demandas enfrentadas pelo cacique Ângelo Cretã e seu povo. De modo que atualmente consigo visualizar os Kaingang com mais nitidez quando eles circulam

---

<sup>3</sup> Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil.

nas cidades de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida, ou em grupo vendem artesanato nas ruas de Curitiba, Guarapuava e Londrina. Agora sei de onde eles procedem, são Kaingang que tem seus umbigos enterrados em alguma Terra Indígena, seja ela em Rio das Cobras, Nova Laranjeiras, Palmas, Apucarantina, Mangueirinha, Marrecas, Manoel Ribas, São Jerônimo da Serra (PR), Vanuíre (SP), Chapecó, Abelardo Luz (SC), Cacique Doble, Ligeiro, Guarita, Votouro, Rio da Várzea ou Nonoai (RS). Povo este que guarda com zelo em sua memória as histórias de opressão e resistência que seus antepassados vivenciaram. E conscientemente transmitem aos seus filhos como seus avôs conquistaram o território onde estão instaladas na atualidade suas aldeias.

## **II – METODOLOGIA: MICRO-ANÁLISE DE UM PROCESSO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA:**

Ao pesquisar assuntos tão abrangentes e complexos a partir da trajetória de um indivíduo, optamos por uma perspectiva de análise micro-histórica que possibilite a percepção do seu ambiente social e dos fatores culturais envolvidos. Carlo Guinzburg (1987), destacado representante da micro-História social italiana, reflete:

Na seção transversal de qualquer presente encontramos também as incrustações de numerosos passados, de espessura temporal diferente, que podem remeter a um contexto espacial muito mais extenso.

Esta transversalidade temporal no caso dos Kaingang contemporâneos apresenta-se cotidianamente nos fazeres, idéias e memórias de sua gente, seus grupos familiares que se entrelaçam e convivem nas aldeias do sul do Brasil e interior de São Paulo. Um tecido cultural único, ainda que impactado pelas rupturas radicais advindas de um processo violento de dominação e discriminação étnica ocorrido desde os primeiros contatos com a sociedade colonialista. Curt Nimuendajú (1913), poeticamente descreveu a relação estrutural entre as duas metades exogâmicas da cultura Kaingang, como: “O fio vermelho que se estende por toda a vida social e religiosa dessa tribo”.

Uma linha ancestral que entrelaça os clãs Kamé e Kayrú, suas memórias, seus saberes, seus mitos. Em muitas aldeias no Rio Grande do Sul, Santa Catarina

Paraná e São Paulo a língua Kaingang é viva e de uso corrente dentro das casas e nas rodas de chimarrão em torno do fogão à lenha. E com o uso da língua Kaingang persistem também os nomes indígenas, com suas particularidades, suas raízes etimológicas e simbólicas. Alguns Kaingang já não seguem as regras matrimoniais tradicionais, mas para muitas famílias o casamento preferencial continua sendo entre indivíduos de metades diferentes. O cacique Valdir dos Santos Kokoj da T. I. de Mangueirinha me falou que por ele ser Kayru e sua esposa Kamé, eles casaram-se do jeito correto, mas por acaso. Mesmo assim Valdir Kokoj (sobrinho de Ângelo) vê com bons olhos o fato de seguir a tradição, e demonstrar com isso que é um “Kaingang-pê”, um “Kaingang verdadeiro”. Seu tio Argemiro Ferreira dos Santos me revelou que seu nome Kaingang é Kaprăy. E também que sua “marca” do “fandango dos índios” é “răhror”, denominação do círculo que os Kaingang da metade Kayru pintam com carvão vegetal em seus rostos nas cerimônias do Kiki Koi<sup>4</sup>. Mas também entrevistei índios que já não sabiam mais à qual metade eles pertenciam, diziam que as marcas eram coisas dos antigos, de outros tempos quando seus ancestrais vivam nas matas. É esclarecedor ressalvamos que nas aldeias de Mangueirinha a repressão cultural foi muito forte, situação que só começou a ser alterada durante a gestão de Angelo Cretã como cacique. Assim muito da cosmologia dualista, do idioma, dos saberes tradicionais do povo Kaingang, ficou sobreposto por camadas de silêncio e dos novos hábitos e ideologias impostos pelos funcionários do governo, pelas igrejas e pela ação integracionista do SPI e da FUNAI. Hoje os Kaingang de Mangueirinha trabalham pelo reavivamento de sua língua e de seus mitos, pois entendem que eles são seu mais importante patrimônio, matriz cultural que os diferencia, os une e fortalece politicamente. Giovanni Levi (1998), outro autor ligado à micro-História aponta para o exame dos contextos sociais e culturais presentes nos estudos biográficos, suas considerações se adéquam aos propósitos desta dissertação:

Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações. (...) Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual de poder, por maior e mais coercitiva que

<sup>4</sup> O Kiki Koi é o principal ritual do povo Kaingang, onde os mortos e os ancestrais são reverenciados e cada metade clânica e respectivas seções exercem suas funções rituais específicas, que envolvem aspectos cosmológicos, políticos e sociais. H. Baldus e Curt Nimuendajú realizaram estudos a respeito do Kiki Koi no início do século XX.

seja, sempre deixa margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. Talvez seja apenas uma nuance, mas me parece que não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irredutível de uma certa liberdade vis-à-vis as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação.

Ao investigar as ações concretas de resistência cultural e luta pela terra, protagonizadas por Ângelo Cretã na década de 1970, outras temporalidades afloram a superfície das evidências decorrentes da pesquisa documental e de campo. Estas “camadas de temporalidades” se apresentam não apenas nos comportamentos e hábitos das pessoas, mas na sedimentação de uma consciência crítica decorrente da resistência indígena. Bem como na percepção da importância das referências étnicas próprias, como norte para a defesa e manutenção das terras e dos povos Kaingang e Guarani. Um estudo biográfico (mesmo tratando de um indivíduo excepcional como Ângelo Cretã) inclui a percepção do contexto sócio-cultural em que transcorreu a trajetória de vida. Desde que as bases estruturais e representações simbólicas consideradas sejam analisadas dialeticamente, em movimento contínuo e sujeitas a alterações. E não como elementos estáticos, determinantes isolados dos fatos sociais e processos históricos. E tampouco imunes as conseqüências das ações individuais nas articulações coletivas, e suas decorrências concretas nas relações interétnicas. A escala micro-analítica que utilizo enfatiza a biografia de Angelo Cretã destacando sua atuação política em âmbito local e interno como cacique da T. I. de Mangueirinha. E externamente como primeiro vereador indígena eleito no Brasil em 1976, até sua liderança alcançar abrangência regional nas lutas pela retomada das terras indígenas do sul do Brasil. E a posterior repercussão nacional e internacional destas ações, que deram visibilidade à causa indígena no sul do Brasil. Por tanto conhecer as raízes históricas e culturais é imprescindível para um exame crítico do contexto social em que se desenvolveu a trajetória de vida de Angelo Cretã, até seu falecimento em 1980. O antropólogo Fredrik Barth (1968), esclarece:

Metodologicamente, creio que o elemento decisivo é o foco sobre as causas eficientes, ou seja, as possibilidades e restrições culturais e interacionais que afetam os atores. (...) Desse modo, podem ser integrados o nível micro, no qual são realizadas a maioria das observações antropológicas, e o nível macro das formas institucionais e processos históricos.

Tais argumentos aproximam-se da proposta de abordagem micro-social de Alban Bensa que em seu artigo: “Da Micro - História a uma Antropologia Social Crítica” (1998), afirma:

Toda concepção historizante da Antropologia, ao restaurar a originalidade do “presente passado” (do passado enquanto ele foi um presente) ressalta a força do acontecimento e o papel determinante das individualidades que nele participaram. Mas é preciso para isso renunciar a toda generalização.

Fredrik Barth em suas reflexões analisou relações interétnicas e a sobreposição de fronteiras físicas e culturais entre os povos Pathan e Baluchi em regiões do Afeganistão e Paquistão. Suas premissas teóricas ajustam-se na construção de uma estratégia de pesquisa a respeito de um líder Kaingang do século XX. E também sobre as repercussões de seus atos em defesa das terras indígenas em escala local, nacional e internacional. A atenção dispensada por Barth às minorias étnicas, e suas estratégias de ação frente aos grupos hegemônicos é uma referência fundamental para estudarmos as demandas dos povos Kaingang e Guarani. Fredrik Barth (1968), afirma:

Muitas situações de minoria tem um traço dessa rejeição ativa por parte da população receptora. Mas a caracterização geral de todas as situações minoritárias está na organização das atividades e da interação no sistema social total, todos os setores de atividade estão organizados de acordo com o status abertos para os grupos majoritários, enquanto o sistema de status da minoria é relevante somente para as relações entre os membros da população minoritária e apenas em alguns setores de atividade, sem oferecer uma base para ação nos demais setores, também valorizados na cultura minoritária.

Angelo Cretã participou ativamente de articulações em prol dos direitos dos povos indígenas, que envolveram também diversos setores da sociedade brasileira. Para tanto, ele reafirmou, incorporou e transformou valores simbólicos em suas estratégias de luta. Angelo Cretã se utilizava de códigos, normas e sistemas próprios do mundo dos brancos, demonstrando possuir bom entendimento sobre o sistema político hegemônico e seus intrincados e vagarosos trâmites jurídicos. Bem como dos limites e contradições das esferas de poder do Estado Brasileiro, em plena crise de autoridade no epílogo da ditadura militar. Porém Cretã conhecia também as relações de autoridade características da sociedade Kaingang, como suas práticas de reciprocidade tradicionais e o domínio da língua materna. Estes saberes foram

decisivos para a legitimidade interna do exercício de sua autoridade. Portanto são as atitudes, as idéias, as declarações e a militância do índio Kaingang e cidadão brasileiro Angelo Cretã, que serão tratados nesta pesquisa. Sem desconsiderar que seus atos e palavras só fazem sentido quando inseridos dentro de um contexto maior, pois Cretã contou com a colaboração de muitos companheiros do movimento social indígena. E também com o apoio de parceiros e simpatizantes não-índios, missionários católicos como o padre Natalício Weschenfelder da diocese de Palmas (PR), jornalistas como o casal Haroldo e Flávia Farias de Castro, militantes de movimentos sociais e antropólogos. E a oposição tenaz de latifundiários e madeireiros, via suas milícias de jagunços e representações políticas. Esta opção de focar um indivíduo para compreender a dinâmica social é próxima das concepções teóricas do sociólogo Max Weber, sintetizadas por Maria Ligia Barbosa (2002), desta forma:

O agente individual é a unidade de análise sociológica, a única entidade capaz de conferir significado as suas ações. Ao agir socialmente tendo em vista a validade de uma determinada ordem cujo sentido é compartilhado por aqueles que dela participam, ele o faz de acordo com os padrões que são específicos de tal ordem e, assim articula em sua ação sentidos referenciados à esferas distintas.

Os conceitos de “fricção interétnica”<sup>5</sup> e “colonialismo interno”, desenvolvidos pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, também foram utilizados neste estudo dos fatos históricos e sociais envolvendo conflitos entre índios e brancos no sul do Brasil. Cardoso de Oliveira (1964) nos apresenta as situações de contato interétnico como “totalidades sincréticas”, com a seguinte definição:

Situação de contato entre duas populações dialeticamente unificadas através de interesses diametralmente opostos, ainda que independentes por paradoxal que pareça.

O contexto das relações interétnicas do sudoeste paranaense reflete parcialmente este tipo de situação, onde as representações sobre os grupos antagônicos, produzidas tanto pelos índios como pelos brancos são fatores que

---

<sup>5</sup> “Fricção interétnica é o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituosos, assumindo esse contato muitas vezes, proporções totais, isto é, envolvendo toda a conduta tribal e não-tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964.

devem ser considerados. Pois os índios já estavam lá antes dos brancos invadirem seus territórios, mas sua presença hoje minoritária ainda causa desconforto. Por exemplo: em Cascavel no oeste do Paraná um grupo de moradores recentemente foi procurar a FUNAI, para que se proibisse a circulação de índios na cidade vendendo artesanato, este fato aconteceu no ano de 2010. As representações simbólicas depreciativas dos grupos étnicos minoritários enraízam-se no senso comum em categorias estáticas, tornando-se hegemônicas na percepção dos fatos e sistematicamente disseminadas regionalmente. Configurando-se assim em instrumento de segregação étnica que passa a operar nas relações políticas, econômicas e culturais entre os grupos distintos. Porém os fatos sociais decorrentes deste intenso contato interétnico gerado pela expansão das frentes agro-pastoris e da indústria madeireira sobre os territórios indígenas devem ser examinados à luz de dados documentais, depoimentos orais e teorias antropológicas. E para tanto é preciso compreender o conceito de etnia, como um grupo social com as mesmas referências e práticas culturais (não estáticas e por tanto sujeitas a mudanças). Segundo uma definição baseada nas contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira, podemos segmentar etnia em duas seções que se complementam mutuamente, sendo uma a dos padrões culturais e a outra a da identidade. A cultura possibilita a identificação étnica por seus sinais diacríticos, mas ela também é diretamente relacionada com o processo histórico das populações envolvidas. As identidades étnicas podem ser ativadas em diferentes escalas do jogo social, por exemplo: na sua utilização como ferramenta política, visando articular uma ação social em determinado contexto. Assim passa-se a ter uma utilização intencional de premissas ideológicas e culturais, dentro dos confrontos de interesse e das relações sociais interétnicas. Os grupos minoritários podem atuar também com regras e valores da sociedade envolvente, participando do seu jogo político e recorrendo às instâncias jurídicas oficiais na defesa de seus interesses. Acionando para estes fins diferentes estratégias de ação, desde negociações pacíficas à procedimentos radicais como obstrução de rodovias e remoção à força dos invasores de suas terras. Neste ponto o diferencial étnico transforma-se em referência para mobilização e reivindicação de direitos e definição de territorialidades. Neste processo estão contidas as representações simbólicas dos grupos envolvidos, imagens e valores por vezes conflituosos entre si, mas que expressam os pontos de vista e interesses opostos das partes envolvidas.

João Pacheco de Oliveira Filho questionou o conceito de “fricção interétnica”, sobretudo por seu caráter generalizante que não especifica as particularidades e complexidades de cada situação de contato. Este antropólogo discorda também do conceito de “integração social”, pois tal idéia enfatiza a passividade política dos índios diante das estratégias de dominação das “frentes de expansão colonizadoras” propostas por Roberto Cardoso de Oliveira. Em contraposição a tais premissas teóricas João Pacheco, propõe a análise de cada situação enquanto processo, examinando o caso dos índios Ticuna, que readaptaram suas estruturas culturais diante das novas condições históricas e sociais advindas das relações de contato com os brancos. Em seu livro: “O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar” (1988), João Pacheco demonstra que operam nos contextos de contato interétnico diferentes esferas de relações de poder, desde o ambiente social dos índios até o dos muitos agentes da sociedade nacional envolvente. No caso específico dos povos indígenas no sul do Brasil no final do século XX, são determinantes as estratégias de resistência cultural e política dos Kaingang e dos Guarani. E a partir da análise de tais estratégias é possível compreender o ponto de vista e as aspirações políticas e sociais destes povos indígenas, que articulados lutaram sobre tudo para reaver direitos usurpados e por sua auto-determinação frente aos agentes oficiais do governo brasileiro.

Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira Filho, que pesquisaram as situações de contato, assim como Fredrik Barth e seus escritos sobre etnicidade, foram referências antropológicas que me auxiliaram na análise das demandas enfrentadas pelos Kaingang e Guarani na época de Ângelo Cretã. Ressalvando apenas que fiz uso das formulações teóricas supracitadas não como verdades cristalizadas, mas como possibilidades de examinar as questões sob diferentes ângulos, para assim poder alcançar uma visão mais abrangente do assunto.

### **III– SÍNTESE DOS CAPÍTULOS:**

O primeiro capítulo desta dissertação inicia tratando do nascimento e do processo de nomeação Kaingang de Ângelo Cretã, utilizado como um instrumento de reafirmação étnica e política. Em sequência é detalhado o contexto histórico e

social do sudoeste paranaense na década de 1940, um tempo de segregação étnica e redução das terras indígenas no sul do Brasil. Neste período em que Ângelo viveu sua infância, acentuou-se a devastação ambiental e a tutela do governo sobre os índios. Também são apresentadas informações da T. I. de Mangueirinha, desde suas características físicas e geográficas até as particularidades dos grupos ameríndios que lá vivem. Relações de parentesco, articulações de grupos familiares e locais, bem como o dualismo Kaingang com seus clãs exogâmicos e seu faccionalismo político, são aspectos também abordados neste capítulo. Características culturais que já existiam anteriormente à chegada dos “fóg” (brancos), e que continuam influenciando nas relações internas de força, de prestígio, de alteridade e autoridade entre os Kaingang. Em nosso trabalho de campo valorizamos o depoimento dos índios mais antigos e representativos da T.I. de Mangueirinha, amigos, companheiros de militância e parentes de Ângelo Cretã que pertencem à uma categoria Kaingang denominada “tronco velho”. As memórias dos troncos velhos de Mangueirinha não aparecem apenas no primeiro capítulo, pois são utilizadas no transcorrer desta dissertação para esclarecer muitos pontos que as referências bibliográficas e os documentos oficiais não conseguem alcançar.

No segundo capítulo o enfoque será pautado pelas ações políticas e no desenvolvimento da liderança de Cretã, e para tanto apresentamos uma descrição detalhada da longa disputa de terras com a empresa Slaviero & Filhos Comércio de Madeiras S/A. E também o processo de sua eleição para cacique, e sua singular gestão no P. I. de Mangueirinha, que promoveu uma ruptura com as práticas segregacionistas do Estado brasileiro. A palavra dos índios que acompanharam as transformações concretas ocorridas durante a gestão do cacique Ângelo Cretã, é o fundamento principal de nossas reflexões nesta parte da dissertação. Também são analisados episódios como a desarticulação do degradante sistema do “panelão<sup>6</sup>”, a desativação da serraria da FUNAI e a construção de casas novas para os índios. Assim como o mandato legislativo do primeiro vereador indígena no Brasil, com destaque para a importância simbólica desta vitória para os índios de Mangueirinha. E a interação política de um líder Kaingang com a sociedade brasileira, pois Cretã dominava as regras e os códigos de conduta dos brancos, conquistando assim maior visibilidade e representatividade para as comunidades indígenas.

---

<sup>6</sup> Projeto de lavouras coletivas imposto arbitrariamente pelo SPI, onde os índios eram alimentados em um “panelão” e nada recebiam pelas tarefas realizadas obrigatoriamente.

O terceiro capítulo é uma síntese da participação de Angelo Cretã no processo conhecido como: “Retomadas das Terras Indígenas no Sul do Brasil”. Lutas épicas onde os Kaingang e Guarani nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul retiraram sob intensa pressão os intrusos não índios de suas terras. Neste capítulo são examinadas as relações de poder internas e externas dos povos Kaingang e Guarani, a mobilização política indígena e o papel desempenhado por Ângelo Cretã naquela conjuntura social em ebulição. Matérias jornalísticas e registros áudio visuais tratando das lutas indígenas na década de 1970 foram fontes de informação valiosas para compreensão daqueles episódios. Neste capítulo constam depoimentos de lideranças indígenas contemporâneas de Cretã, como Nelson Xangrê e José Domingos que comandaram as “retomadas” em Nonoai-RS e Chapecó-SC. Também recorri as fontes bibliográficas e documentais que foram utilizadas com o devido cuidado analítico, para auxiliar na elucidação dos fatos históricos e sociais.

Na conclusão desta dissertação a morte anunciada ou suposto assassinato encomendado de Ângelo Cretã, será vista sob diferentes perspectivas. A sua relação com toda uma história de violência e homicídios contra as lideranças dos povos indígenas no Brasil e a repercussão destes fatos em escala nacional e internacional. Mas sobre tudo seu impacto no cotidiano das comunidades diretamente envolvidas, e o uso da imagem e dos discursos de líderes como Angelo Cretã e Marçal Tupã-I, transformados em ícones do movimento social indígena após suas mortes. Analisando as conseqüências e conquistas decorrentes destas lutas, como as retomadas de terras, e o alto preço pago por suas lideranças. Assim sendo, com esta pesquisa pretendo contribuir para o estudo do movimento indígena no Brasil, valorizando a memória das lutas Kaingang e Guarani, com ênfase na trajetória do cacique Ângelo dos Santos Souza Cretã.

## CAPÍTULO I

### MANGUEIRINHA: TERRA E SANGUE KAINGANG

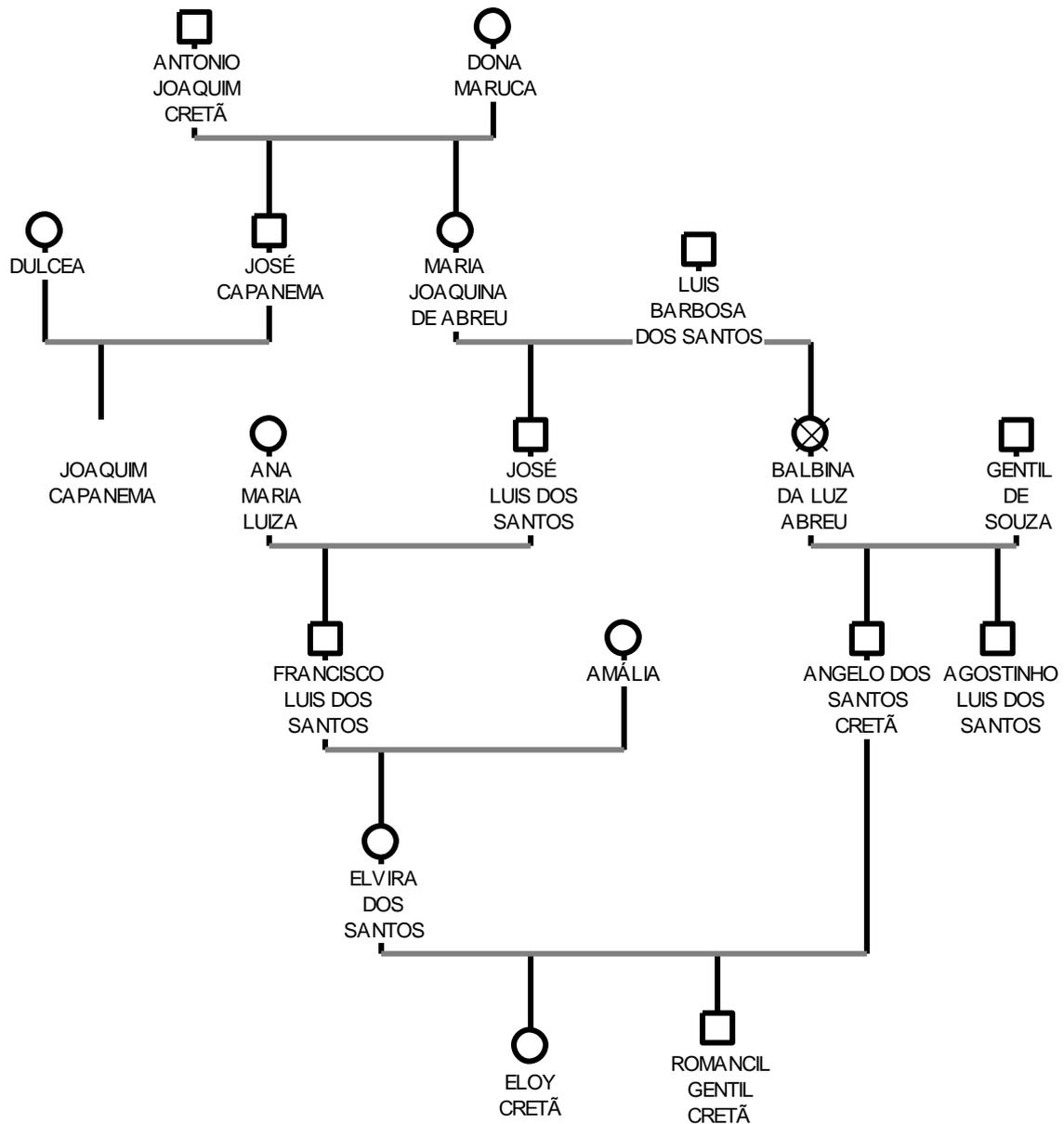
A tradição dos Kaingang afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo, por isso são cor de terra. Numa serra não sei bem onde, no sudoeste do estado do Paraná, dizem eles que até hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea, essa parte se conserva lá até hoje e a ela vão se reunir as almas dos que morrem aqui em cima.(Curt Nimuendaju)

#### 1.1 DÉCADA DE 1940: NASCE UM FUTURO LÍDER KAINGANG

No Posto Indígena Cacique Capanema em Mangueirinha-PR, no dia 12 de dezembro de 1942 nascia Ângelo dos Santos Souza Cretã, filho de Balbina da Luz Abreu dos Santos e de Gentil José de Souza Pinto. Seu pai era um professor “branco” oriundo de Ponta Grossa-PR, que abandonou a mãe de seus filhos “índios”, para retornar a sua cidade natal onde constituiu uma família “branca”. Pelo lado materno Ângelo descende de uma antiga família Kaingang, cujas raízes estão profundamente arraigadas naquela porção de terra coberta pelas matas de pinheirais. Sua avó materna era a índia Maria Joaquina de Abreu, filha do major Antonio Joaquim Cretã e irmã do cacique José Capanema. Maria Joaquina foi esposa de Luiz Barbosa dos Santos, o pai de Balbina da Luz Abreu dos Santos. A mãe de Angelo Cretã, Balbina da Luz Abreu declarou para a antropóloga Cecília Maria Vieira Helm (2005):

O meu vovô já vivia aqui, quando chegaram os ‘portugueses’, nossa terra foi reservada e compreendia uma área de terras e matas, desde a Campina do Cretã, até o rio Palmeirinha, a partir da cabeceira do rio Lageado Grande, à cabeceira do ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios abaixo até o Iguaçu, na divisa norte. O meu vovô, os meus parentes colocaram os marcos nas divisas de nossas terras.

Genealogia de Ângelo Creta, elaborada a partir da genealogia das famílias Capanema e Luís dos Santos. (HELM, 2011)



Durante o trabalho de campo nas sete aldeias de Mangueirinha, entrevistei pessoas que conviveram com Ângelo desde a sua infância e acompanharam sua trajetória de vida, nestas ocasiões registrei algumas referências ao nome “Kretã”, “Krintan” ou “Krintón”. Seu primo Argemiro Ferreira dos Santos, afirmou que o significado deste nome em Kaingang seria: “as nuvens do céu”. Já seu amigo Domingos Goitoto me falou que o nome verdadeiro seria Krintón, com uma curiosa explicação: “Kretã sabe o que quer dizer? Era o nome de um cavalo que tinha aqui,

eu conheci ele. O nome dele (do Ângelo) era Krintón.”Romancil Gentil Cretã que é filho de Ângelo, traduziu para mim seu sobrenome de raiz indígena como: “aquele que enxerga mais alto”, ou “aquele que vê por cima dos morros”. Significados idênticos ao que seu avô materno Francisco Luís dos Santos (cujo nome Kaingang também era Krintón) já havia informado para Cecília Helm. Esta antropóloga que dedicou muitos anos de seu trabalho etnográfico aos índios de Mangueirinha traduziu o nome Krintãn como: “o dono da montanha” e por extensão “da própria terra”. Kimiye Tommasino (2004) referenda esta informação com base na cosmogonia Kaingang:

(...) Portanto, ao mundo visível corresponde um mundo invisível, que é necessário reconstituir. A mata possui um espírito guardião ou dono, que é o ‘nen tãn’. O rio tem o seu ‘goj tãn’; a serra, o seu ‘krin tãn’, e assim por diante. Sendo a natureza múltipla, também são múltiplos os espíritos donos.

Cecília Maria Vieira Helm (2007), também aponta:

(...) As investigações que realizei sobre a antiguidade da ocupação da Terra Indígena de Mangueirinha pelos Kaingang permitem afirmar que Krintãn, junto com seu grupo, foi o primeiro chefe indígena que ocupou as terras entre os rios Chopim e Iguazu, por volta de 1819.

Baseando-me em conversas com seus familiares mais próximos, entendo que Ângelo foi batizado intencionalmente por Dona Balbina com o “nome do mato” Cretã (forma aportuguesada de Krintã). Atitude cultural que reafirmava a sua descendência direta do primeiro chefe indígena que ocupou aquelas terras, marcando assim a identidade pessoal e social daquela criança no âmbito da sociedade Kaingang. De modo que Ângelo herdou do bisavô materno (índio puro) o “nome do mato” Cretã e o pertencimento à metade Kamé, cuja marca são riscos transversais pintados na face. Fato atípico ocorrido em função de seu pai biológico ser branco, pois entre os Kaingang é a linhagem paterna que define o clã e o nome, salvo raras exceções como a de Ângelo Cretã. O ato de sua nomeação foi permeado de valores simbólicos e de objetivos políticos pautados por sua unidade social familiar, em um momento histórico particularmente crítico para os índios do sul do Brasil. Assim como os Kaingang, outros povos de língua Jê como os Kayapó e os Xavante também determinam identidades sociais via o processo de nomeação. Aspectos cosmológicos pertinentes a socialidade e a memória destes povos ameríndios, são

ativados e reproduzidos culturalmente em cada nome, de cada indivíduo, repercutindo-os de modo significativo em uma abrangência coletiva. A antropóloga Juracilda Veiga (2006) que conviveu e desenvolveu pesquisas com os Kaingang de Chapecó nas décadas de 1970 e 1980, baseada em estudos da lingüista Ursula Wiesemann, afirma:

O nome de uma criança Kaingang, deve corresponder à seção (ou marca) do seu pai. Eles acreditam que o ser humano é formado de organismo e espírito, sendo este último relacionado com o nome. (...) O nome Kaingang (jǐjǐ) é uma identidade social e cerimonial: com o jǐjǐ o indivíduo recebe os papéis sociais e/ou cerimoniais correspondente ao nome.

A partir de Ângelo o “nome do mato”: Cretã, passou a ser efetivamente utilizado como sobrenome registrado oficialmente por seus descendentes. Antes dele os nomes de família dos índios de Mangueirinha eram em sua maioria de origem portuguesa, como Santos, Souza, Guedes, Mendes e Ferreira. Ainda que nos livros de registro do Posto Indígena de Mangueirinha conste o nome de batismo português e também o nome indígena. Cecília Helm consultou os livros de registro do encarregado do posto Deocleciano de Souza escritos em 1934, e confirmou a veracidade desta informação. É comum os Kaingang, possuírem um nome português registrado nos documentos pessoais e ao mesmo tempo um nome Kaingang. O nome indígena é recebido em cerimônia própria que gera fortes laços de compadrio, ficando quase sempre reservado às relações internas de sua gente, já o nome português é utilizado principalmente nas relações com os brancos. Além deste batismo indígena onde a criança é tratada com um banho de ervas, ocorre também o batismo oficial na Igreja Católica. Entre os Kaingang ligados a igrejas pentecostais em muitos casos o batismo indígena não é mais realizado.

Há uma tendência entre as novas gerações de incluir nas certidões de nascimento de seus filhos os seus nomes Kaingang, passando a utilizá-los como nome de família, principalmente nos grupos mais atuantes no movimento social indígena. Este fato traz consigo dois aspectos constitutivos, primeiro: a transformação concreta da tradição cultural, pois até então eram raros os sobrenomes Kaingang, e apenas os nomes portugueses eram registrados. Os nomes Kaingang pertencem ao repertório específico de cada uma das metades exogâmicas e patrilineares: Kamé e Kayrú, e constituem-se em atributos individuais provindos de uma ancestralidade comum.

Um segundo aspecto demonstra a clara percepção dos Kaingang contemporâneos em relação ao valor de sua cultura e da força política advinda do pertencimento a um grupo ameríndio. Tais transformações no processo de nomeação Kaingang, ocorreram com maior freqüência a partir do surgimento de um movimento social genuinamente indígena nos anos 1970. Neste momento histórico o sentimento de honra do povo Kaingang em relação aos seus antepassados, sua cultura e a sua resistência frente ao impacto da expansão colonizadora, foi revigorado nas lutas de reconquista das terras indígenas no sul do Brasil.

O major Antônio Joaquim Cretã recebeu do governo do Paraná o direito de usufruto da área de Mangueirinha em nome dos índios, sendo assim seu “nome do mato” é uma garantia da posse legítima Kaingang sobre aquelas terras. Tradicionalmente o sangue está diretamente vinculado à terra dentro da cultura Kaingang. A descendência entre os Kaingang traz consigo uma conotação jural, conforme a formulação do conceito desenvolvida pelo britânico Radcliffe- Brown em suas pesquisas no campo da Antropologia Política. De modo, que dentro de um grupo de descendência Kaingang organizado em suas metades clânicas, estão contidas virtudes e direitos<sup>7</sup> relativos ao uso do seu território, e com eles os deveres em relação à sociedade, seus ritos, seu status e suas potencialidades implícitas, como por exemplo: a de liderar seu povo em tempos de guerra e de paz.

Para situar cronologicamente o início da trajetória de vida e militância política de Ângelo Cretã, se faz necessário um panorama detalhado do período em que ele nasceu e viveu sua infância e juventude. Bem como uma compreensão da situação em que se encontravam os povos indígenas no sul do Brasil, pois os fatos ocorridos neste período com os índios de Mangueirinha (seus avós, sua mãe, irmãos, tios, primos), foram por ele observados e vivenciados. E seguramente tais fatos eram semelhantes em muitos aspectos estruturais com situações enfrentadas pelas demais comunidades Kaingang e Guarani daquele período. Histórias de dominação e resistência que ficaram registradas em sua memória, casos verídicos que circulavam em narrativas dentro das casas Kaingang. Espaço privativo dos núcleos

---

<sup>7</sup> Segundo pesquisa da antropóloga Itala Becker (1999), antes da presença colonial em seus territórios, os índios Kaingang delimitavam com marcas nos troncos das araucárias, áreas para caça e coleta de pinhões, frutos, raízes e mel, nas extensas florestas de pinheiros. As áreas delimitadas para cada grupo local deveriam ser respeitadas por todos, a invasão destes territórios era um dos motivos das guerras entre os grupos Kaingang.

familiares onde a transmissão do conhecimento tradicional e as relações internas de poder, operacionalizam-se pela oralidade no convívio diário.

Mas é também esclarecedor que se contextualize o ambiente micro-social do Posto Indígena Cacique Capanema em relação às demais comunidades indígenas do sul. E suas interações com a sociedade regional envolvente, o “mundo dos brancos”, que na mesma época (anos 1940/50), estava dividido por contendas fundiárias e marcado pela violência e pelo terror, que mancharam de sangue a história da colonização do sudoeste paranaense.

No ano de 1940, em plena vigência do Estado Novo do ditador Getúlio Vargas, foi criado pelo SPI o Posto Indígena Cacique Capanema, na área onde José Capanema (filho do major Cretã) liderava uma comunidade Kaingang. Esta mesma política indigenista do Estado brasileiro que transformava antigos aldeamentos em postos indígenas do SPI, também trazia consigo outras implicações sociais que afetavam os índios. A partir deste momento histórico, lideranças indígenas tradicionais (como o cacique Capanema) perderam espaço político para os “chefes de Posto”, que passaram a impor sua autoridade sobre os “povos tutelados”. Neste período funcionários brancos dirigiam a vida das comunidades indígenas “pacificadas” e confinadas em pequenas porções de terra pelo Serviço de Proteção ao Índio.

Porém os Kaingang com zelo preservavam sua memória, estes índios sempre estiveram conscientes de seus direitos históricos sobre as terras onde vivem. E mesmo nos momentos de maior repressão nunca deixaram de defender seus interesses e pontos de vista diante das autoridades brancas. Tal resistência de caráter político e cultural naqueles períodos de arbítrio e opressão desenvolvia-se veladamente no seio das famílias. Escutei de velhos índios, que até um passado recente assuntos polêmicos eram tratados com o cuidado de se evitar que o chefe do Posto ou seus informantes escutassem. Conversas reservadas, praticadas pelos Kaingang sempre à noite e com os lampiões apagados, que tratavam de ancestralidade, descendência e da posse indígena sobre aquelas terras. Dona Balbina da Luz Abreu havia escutado muitas histórias de seus pais e avôs, e fazia questão de sempre recordar seus filhos e netos que eles eram “Kaingang-pê”, “índios verdadeiros”. Ela lhes contava sobre os processos que seus antepassados

enfrentaram com a chegada dos “portugueses”<sup>8</sup>, os “fóg” (brancos) que invadiram e colonizaram a região.

A década de 1940 foi muito desfavorável aos povos indígenas do sul do Brasil que viram seus direitos desrespeitados e suas terras mesmo quando já demarcadas serem intrusadas e reduzidas por decretos. Neste período a política indigenista oficial submeteu-se as prerrogativas do regime de arbítrio que propagava uma marcha para o oeste e a ocupação dos “vazios demográficos” em nome do “progresso”. O historiador Lúcio Tadeu Mota (1998) nos demonstra que esta ideologia dos “vazios demográficos” e de povoamento dos “sertões”, referendou a venda de terras para companhias colonizadoras no norte do Paraná. Acontece que tais vazios encontravam-se habitados por povos indígenas, e na região sul do Brasil as poucas terras a eles destinadas eram cobertas por cobiçadas matas repletas de madeiras de lei. No próprio órgão oficial de proteção ao índio, os idealistas companheiros de primeira hora do marechal Cândido Rondon, estavam sendo substituídos por militares, sub-oficiais, policiais e funcionários civis. Na maioria dos casos eram burocratas descompromissados com os povos indígenas, que exerciam a função de chefe de Posto (hoje extinta). Naquele período acentuou-se a repressão oficial aos costumes tradicionais, com a proibição de rituais como o Kiki Koi, a perseguição aos Kuyãs (xamãs Kaingang) e até mesmo coibindo o uso da língua Kaingang.

Em 12 de julho de 1945 os índios do sul do Brasil, além de tutelados e confinados ficaram privados da liberdade de se locomover, neste dia é expedida pela “Inspetoria Regional do SPI” uma circular instituindo a “guia de trânsito”. Este procedimento que vigorou até pouco tempo, impedia qualquer índio de se afastar das reservas sem que possuísse uma guia de trânsito assinada e carimbada pelo “chefe do Posto”. Este controle exercido sobre os índios por autoridades administrativas brancas, que na maioria dos casos os oprimiam dentro de suas próprias terras, é representativo da coerção oficial que eles estavam submetidos. Sem a “guia de trânsito” os índios que saíssem das reservas, estavam sujeitos a serem presos e sofrerem inclusive castigos físicos.

Neste período a região sudoeste do Paraná passava por tensões sociais envolvendo pequenos agricultores brancos vindos em sua maioria do Rio Grande do

---

<sup>8</sup> “Portugueses” é a forma como os Kaingang se referem aos brancos de modo geral.

Sul, que viviam sob constantes ameaças e pressões das companhias colonizadoras de terras. Muitos desses colonos eram posseiros, “sem-terras” que incentivados pela propaganda oficial migraram a partir de 1930 para aquela região. O governo federal além de não regularizar as terras por eles cultivadas, estimulava a vinda de novos “posseiros” para desbravarem os sertões com promessas de assentamento para aqueles que desmatassem e produzissem grãos. Setores madeireiros das elites políticas e econômicas do Paraná que tinham suas bases no latifúndio, também cobiçavam o potencial dos recursos naturais das florestas de araucárias ainda praticamente intactas. No dia 1º de outubro de 1943, Getúlio Vargas cria o Território Federal do Iguaçu, composto por parte do oeste e sudoeste paranaense e do extremo oeste de Santa Catarina. Justamente uma região de grande presença indígena Kaingang e Guarani, porém o Decreto-Lei 5.812 não se preocupava com os destinos destes povos. Seus objetivos estratégicos e geopolíticos tinham por meta principal a ocupação progressiva do interior do Brasil, a já citada “marcha para o oeste da civilização”. Buscava-se com tal medida a defesa das fronteiras nacionais com a instalação de novos núcleos urbanos e o desenvolvimento econômico através de frentes de expansão agro-pastoril. E obviamente a derrubada das matas para a exploração da madeira. Neste projeto desenvolvimentista do governo federal, não havia espaço para idéias preservacionistas relativas às florestas, pois as questões ambientais estavam fora da pauta. Como igualmente ignoradas estavam as necessidades das populações indígenas, que segundo a ideologia oficial deveriam paulatinamente ser integradas à sociedade nacional, para tornaram-se mão de obra barata e desaparecerem pouco a pouco enquanto etnias singulares. Em 1946, três anos após sua criação o Território Federal do Iguaçu foi extinto, voltando suas terras, sua gente, suas contradições sociais e problemas fundiários aos Estados do Paraná e Santa Catarina. O historiador Aimoré Índio do Brasil Arantes e o jornalista Luís Manfredini (2010), descrevem assim aquela região e os interesses dos madeireiros e especuladores imobiliários:

A companhia<sup>9</sup>, no entanto, não esperou nenhuma definição da justiça para instalar-se na região, em 1951. Afinal o sudoeste paranaense era região riquíssima. Abrigava, na época, invejável quantidade de seis milhões de araucárias. Era a

---

<sup>9</sup> Esta companhia é a CITLA: Clevelândia Industrial Territorial Limitada que recebeu do governo estadual em 1950 a titulação de duas grandes glebas no sudoeste do Paraná, totalizando 484.680 hectares de terras.

maior reserva mundial. A quantidade de pinheiros era de fato tão pródiga, que no inverno as pinhas se soltavam e o solo ficava avermelhado de pinhões. Ademais, eram pinheiros enormes, de cerca de 80 centímetros de diâmetro aproveitável, o suficiente para 20 dúzias de tábuas.

É neste cenário de grandes alterações tanto sociais como na paisagem natural do sudoeste paranaense, que Ângelo Cretã ainda menino presencia a destruição das florestas em benefício de uma minoria de “empresários” madeireiros. É interessante perceber que todos estes conflitos propiciaram uma consciência crítica na população regional, formada por trabalhadores agrícolas, posseiros e pequenos proprietários rurais. Esta consciência crítica é marcada pelas histórias de abusos, assassinatos, expulsão de famílias camponesas de suas terras por jagunços, fruto da opressão das companhias colonizadoras sobre os posseiros e sertanejos. Tal consciência crítica foi ainda mais fortalecida, pelo levante popular vitorioso de 1957, evento conhecido como: “a revolta dos posseiros”. Quando estes camponeses enfrentaram os jagunços da CITLA e a polícia do governo Lupion, para garantir a propriedade das terras onde moravam e trabalhavam, pondo um fim ao terror na região.

É evidente que os índios que lá viviam não estavam imunes a todo este contexto de violência e dominação dos grupos hegemônicos sobre posseiros e colonos, e também de firme resistência popular empreendida. Os Kaingang e os Guarani foram igualmente afetados pela ação predatória dos mesmos grupos que tomavam à força e especulavam com as terras dos seus vizinhos agricultores brancos<sup>10</sup> sem capital, nem prestígio político. Nesses tempos de “progresso” a terra dos índios foi alvo de uma negociata perpetrada pelo Governo do Estado do Paraná com anuência do Ministério da Agricultura e do seu órgão subordinado o Serviço de Proteção ao Índio em 1949. Sob a alegação de regularizar as terras destinadas aos índios e com a finalidade de delimitar as áreas indígenas no Paraná<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> ARANTES, Aimoré Índio do Brasil e MANFREDINI, Luís– (pg. 98- 2010) -(...) Vigia de fato, a lei do mais forte, ‘a lei do cão’, a lei das poderosas companhias imobiliárias. Protegidas pelo Governo Moisés Lupion, do PSD, beneficiadas pela cumplicidade da polícia estadual, armaram sanguinário exército privado e instalaram, no sudoeste paranaense, terror jamais visto. (...), o então senador Othon Maeder (UDN), conseguiu documentar, entre março e outubro de 1957, 14 mortes, dois desaparecimentos e 47 outros casos de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, etc...”

<sup>11</sup> O governador do Paraná era o senhor Moisés Lupion de Tróia, do Partido Social Democrata (PSD), o mesmo do então presidente da República general Eurico Gaspar Dutra.

O governador Lupion foi eleito com apoio dos grupos madeireiros, do qual era o mais expressivo representante, seu mandato ficou marcado por controversas questões fundiárias. Fatos que geraram disputas judiciais e confrontos armados, como em Porecatu e Jaguapitã na região norte, além da já citada “revolta dos posseiros” no sudoeste do Paraná. Aquele governador também avançou sobre as terras indígenas, ávido em lucrar com a exploração de seus recursos naturais, ignorando até mesmo solicitações da Assembléia Legislativa do Paraná. Os deputados mesmo sendo em sua grande maioria pertencentes aos partidos da base política aliada de Lupion, aprovaram em plenário a criação do Parque das Sete Quedas. Proposta sugerida pelo etnólogo José Loureiro Fernandes, com intuito de garantir uma reserva florestal ao Paraná e terras para os índios Xetá no extremo noroeste do estado, porém Lupion vetou o projeto.

O povo Xetá de língua Tupi, contatado no final da década de 1940 em plena expansão da cafeicultura, foi praticamente dizimado. Seus descendentes hoje vivem em outras terras indígenas junto aos Kaingang e Guarani, mas persistem lutando pela demarcação de um território Xetá, preferencialmente próximo a Serra de Dourados. Mas os sertões do extremo noroeste do Paraná transformaram-se rapidamente em extensos cafezais, com suas florestas derrubadas. E seus índios mortos por epidemias, assassinados por bugreiros ou retirados daquela região e confinados pelo Estado em reservas indígenas. Muitas são as denúncias contra o ex-governador Moysés Lupion, sobretudo a de desconsiderar direitos adquiridos de colonos, posseiros e índios, e vender mais terras para companhias colonizadoras do que realmente havia no Paraná.

O próprio SPI expôs nestes episódios suas ambigüidades e limites, por um lado constatei nos depoimentos recolhidos e na leitura de outras etnografias, a presença de chefes de posto despóticos e contrários aos interesses indígenas. Mas é preciso considerar que o SPI, através de seus mais altos dirigentes, questionou formalmente os argumentos apresentados pelo governo para efetuar as reduções. No “Termo de Acordo de 1949”, assinado pelo Ministro da Agricultura Sr. Daniel Serapião de Carvalho e pelo Governador Moysés Lupion, está escrito:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Serviço de Proteção ao Índio determinará e localizará as áreas, compreendidas nas terras reservadas aos índios pelo Governo do Paraná, a partir de 1900, que deverão formar as glebas a serem cedidas pelo Estado do Paraná, na forma da lei,

para constituírem propriedade plena das tribus ou agrupamentos indígenas que ali se encontram localizadas em caráter permanente.

CLÁUSULA SEGUNDA - Nos termos dos Decretos Estaduais que determinam as reservas de terras para os índios do estado do Paraná, serão reestruturadas para efeito de cessão a que se refere a cláusula anterior, as áreas que se encontram atualmente estabelecidos os Postos Indígenas de Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha.

CLÁUSULA TERCEIRA – Tendo em vista a população indígena atualmente existente em cada um destes Postos e adotando-se como critério básico para as respectivas extensões a área de cem hectares por família indígena de cinco pessoas e mais quinhentos hectares para localização dos Postos Indígenas e suas dependências, será feita pelo Estado do Paraná a cessão definitiva, para plena propriedade tribal, das seguintes áreas compreendidas nos limites das atuais reservas: seis mil e trezentos hectares na região de Apucarana, mil e setecentos hectares na região de Queimadas, sete mil e duzentos hectares na região do Ivaí, dois mil hectares na região do Faxinal, três mil oitocentos e setenta hectares na região de Rio das Cobras e dois mil quinhentos e sessenta hectares na região de Mangueirinha

CLÁUSULA SÉTIMA – As áreas das atuais reservas territoriais indígenas do Estado do Paraná, excedentes das áreas medidas, demarcadas e entregues aos índios nos termos deste acordo, reverterão ao patrimônio do Estado que as utilizará para fins de colonização e reforma agrária.

O governo federal e o estadual firmaram aquele acordo partindo do pressuposto que as terras retiradas dos índios seriam melhores aproveitadas pelos colonos brasileiros e estrangeiros. E argumentavam que os índios não necessitavam mais da totalidade da área de suas reservas, porque já não viviam da caça e da pesca e sim da pequena agricultura. O SPI, ao menos de modo burocrático reagiu contra à redução das terras indígenas em pareceres enviados ao Ministério da Agricultura. Principalmente argumentando não ser excessiva a área original das reservas, lembrando que os índios habitavam antes dos brancos em todo o Paraná. E inclusive afirmando com coerência que as matas preservadas não atendiam apenas aos interesses indígenas, mas que constituíam reservas florestais necessárias à Nação. Apesar do empenho formal dos dirigentes do SPI, para preservar a integridade das terras indígenas paranaenses, a expropriação foi executada a revelia das comunidades indígenas. A 7ª Inspeção Regional do SPI, através do Ofício nº173, de 25/07/1951, argumentou em prol da ampliação das áreas indígenas do Paraná, reduzidas para apenas 23.630 hectares. Neste documento oficial, o SPI demonstrava com argumentos etnológicos e demográficos, a necessidade de se demarcar um total 50.645 hectares para as terras indígenas no

Estado do Paraná. Os técnicos do órgão indigenista aconselhavam no mínimo 12.100 hectares para a reserva de Manguaerinha. Tal proposta a princípio foi acatada pelo Conselho Fiscal da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, porém esta restauração de parte das terras indígenas foi indeferida pelo governador Moysés Lupion. O parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná<sup>12</sup> (apud: Cecília HELM, 1996) que embasou sua decisão, expressa exemplarmente a mentalidade discriminatória das classes dirigentes brasileiras daquela época em relação aos povos indígenas:

(...) sobreleva a qualquer outro aspecto nitidamente econômico do problema indígena devido seu nomadismo, os silvícolas são elementos negativos ao desenvolvimento da prosperidade material do Estado. Ceder-lhes mais terras é contribuir para a devastação maior de nossas matas, subtraindo áreas úteis a lavoura racional, para convertê-las em desertos improdutivos. Parece que o Governo já demonstrou solidariedade humana aos aborígenes, cedendo-lhes espaço razoável para as suas exigências de conservação e crescimento, em atenção aos fatores psicológicos e históricos que informam o problema. Preservada a tradição de respeito às origens da nacionalidade, cumpre agora orientar a política agrária no sentido de proteger o esforço pioneiro e estimular sua energia criadora de riquezas e esperanças no futuro promissor da terra paranaense.

Em Manguaerinha estes argumentos etnocêntricos e tendenciosos do governo estadual, jamais foram admitidos passivamente pelos índios, como tampouco o “Acordo de 1949”. Muitos embates foram travados para retomar a porção de terra confiscada, nela ainda em nossos dias graças a resistência indígena estão de pé aproximadamente 150 mil pinheiros araucária. Muitas foram também as medições e re-demarcações dos limites do então P.I.<sup>13</sup> Cacique Capanema, sempre com o intuito das autoridades brancas de subtrair o território dos Kaingang e dos Guarani. Como atesta o depoimento em entrevista que obtive com o senhor João Antônio de Moraes em 2010, que na atualidade tem sua propriedade rural em área contígua a T. I. de Manguaerinha. Este senhor de pele branca, com 93 anos de idade em 2010, me afirmou com convicção ter uma avó Kaingang. Vindo ainda jovem do Rio Grande do Sul, ele chegou ao sudoeste paranaense na década de 1930 com sua família, seu pai trabalhava como tropeiro de gado. Casado com a índia Kaingang Juliana Maria

<sup>12</sup> Fls. 295.296 dos autos nº 00.OO.48148-3.

<sup>13</sup> P.I. – abreviação de Posto Indígena, denominação utilizada pelo SPI. O termo Terra Indígena (T.I.), atualmente utilizado, tem maior abrangência e refere-se tanto a territórios já demarcados, como a áreas ocupadas tradicionalmente por povos indígenas. Reserva indígena é um termo que legalmente não é utilizado. Mas na oralidade cotidiana, a expressão “reserva indígena” continua sendo utilizada em Manguaerinha tanto por índios como por não índios.

Luiz, seu João Antônio foi o pai de criação de Angelo Cretã, a pedido de sua comadre Balbina da Luz Abreu, para “fazer de seu filho um homem”, segundo suas próprias palavras. Assim o senhor João Antonio de Moraes, um homem da lida no campo que construiu sua vida junto com os Kaingang, foi quem criou Ângelo Cretã como filho transmitindo-lhe valores éticos vinculados ao trabalho e o apreço pela agricultura. Quando cheguei em sua residência na companhia de seus netos afetivos Romancil Cretã e Márcio Kokoj, fomos recebidos por suas filhas, depois de uma benção em seus familiares seu João Antônio apoiado em uma bengala, sentou-se em sua cadeira de balanço e relatou:

(...) Na época vinha diretor aqui dos índios, vinha de fora, assim como vinha pessoas boas, de repente vinha uns que não eram de acordo. Agora um que trabalhou aqui e só deu satisfação boa foi o Atílio Mazaloti, era um italiano crioulo ali de Palmas. O Atílio Mazaloti ajudava os índios e explicava, vamos fazer assim. (...) Porque nós nessa maravilha de terra boa dizer que não tem porco para vender, que não tem feijão para vender. Vocês tem que trabalhar, vocês tem que fazer plantação de milho e criar porco, amanhã vocês tem um lote de porco para vender, que já é uma grande coisa (...). Foi um homem muito ótimo, o Atílio.

Após este testemunho, seu João Antônio nos esclareceu quanto às funções políticas e administrativas por ele assumidas, contando que chegou a ser “Capitão dos Índios”. Bem como de sua atuação em prol do desenvolvimento econômico e social daquela comunidade, e pelo aperfeiçoamento das atividades agrícolas dos índios. Assim sendo é possível compreender os motivos que levaram Dona Balbina da Luz Abreu a delegar-lhe a tarefa de criar seu filho Ângelo Cretã. O casal João Antônio e Juliana, teve também oito filhos biológicos: dois rapazes e seis moças. O exemplo de vida de seu João e sua convicção na agricultura enquanto caminho para o desenvolvimento da comunidade indígena de Mangueirinha, foram seguidos por Ângelo quando no exercício de sua gestão de cacique. Como veremos prosseguindo em seu depoimento, João Antônio de Moraes efetivamente esteve envolvido com as polêmicas demarcações daquela área indígena:

Mas depois entrou outros, onde veio aquele homem, inclusive ele me judiou bastante. Porque ele negociou a área e daí ele veio de fora, era o Alberico Labatuti. Aí ele mandou o capitão dos índios avisar o povo numa reunião direto tudo, homem, mulher tudo, porque ele tinha um assunto a falar. Marcaram o lugar numa enfermaria, daí fumo para lá, no tempo do Atílio eu assumi de autoridade indígena, capitão dos índios, seis anos eu fui autoridade. Trabalhei bem e eles me

obedeceram bem, encaminhei eles. O primeiro ano de serviço foi pesado, porque tinha partes de índios que não tinham recurso nenhum. Então eu e o Atilio Mazaloti demos recursos para fazer as roças, mas depois só demos uma ordem: vocês podem vender o seu milho só depois de colhido, porque precisa saber o que você vai gastar.

Nesta importante parte de sua fala, João Antônio de Moraes retrata um tempo em que Ângelo Cretã vivia com ele e era um menino de aproximadamente sete anos de idade. Período imediatamente posterior aquele em que seu João chegou ser “Capitão dos Índios” do Posto Cacique Capanema, com apoio do senhor Atilio Mazaloti. Este “italiano crioulo de Palmas” é descrito por João Antônio como honesto e bem intencionado em sua função de “Diretor dos Índios”. Ambos trabalhavam pelo desenvolvimento econômico daquela comunidade indígena, incentivando e instruindo os índios nos trabalhos agrícolas para se tornarem auto-suficientes. Atitudes condizentes com as premissas ideológicas positivistas do SPI, que visava a integração do índio na sociedade nacional. Em certo momento seu João afirma: - “(...) Trabalhei bem, eles me obedeceram bem, encaminhei eles.(...)”. No caso de seu João, os índios eram seus parentes, sua esposa, seus compadres e suas comadres, sogros, cunhados e seu afilhado Ângelo Cretã. Porém novos eventos políticos e econômicos ocorriam no país e interromperam aquele período de colaboração e solidariedade entre alguns brancos e os índios de Mangueirinha. Na continuidade de seu depoimento, seu João Antônio de Moraes nos narra com precisão acontecimentos que marcaram esta fase de sombrias mudanças na política indigenista oficial, quando foram nomeados chefes de Posto que “não eram de acordo”:

Então daí veio o Alberico, nós se reunimos tudo lá na enfermaria, e ele entrou com um parente dele e bem assim ele falou: \_ “Gente vocês sabem por quê. essa reunião aqui?” E eu falei:- “Se o senhor explicar daí nos ficaremos sabendo.”. Daí ele disse: “Veio uma ordem para medir a área indígena, para sair o título definitivo para vocês. Mas vocês tem que dar a picada aberta, abrir a linha para o agrimensor passar o instrumento”. Ah, ai ninguém quis...Tinha um cunhado meu o Augusto que trabalhou na primeira gestão de medição, ele, João Cipriano e Joaquim Severino. Então existiam aqueles três que tinham trabalhado. Mas ninguém quis, e ele caminhando para lá e para cá disse: -”Aqui não tem um homem que diga eu faço?”. Eu levantei de pé e disse: -“O senhor está enganado, eu faço essa picada, eu abro essa linha. Porque o senhor disse que aqui não tem homem, e eu quero lhe mostrar que tem.” (...) E ele disse: “Certo, sente. - E eu me sentei, então o Augusto e o Cipriano disseram: ‘mas você não abra essa língua’. (...) E eu disse, eu não sou cego, do primeiro marco acho o segundo, do segundo o terceiro e assim por diante. Rapaz do céu, me arrependi por tudo. (...) Peguei

lá da Canhada Funda e fui na cabeceira do Caçadorzinho, de lá da cabeceira eu tive um auxílio porque lá era colonização , então tudo os proprietário me disseram nós vamos te ajudar (...), daí cheguei na última propriedade, e fui trabalhando ao barranco do Iguaçu. (...) Ah, meu Deus...E começou um tempo de chuva, e eu cortei e cortei, peguei a margem do rio Lageado Grande e fui sair lá na tal da Canhada Funda. Rapaz do céu, mas o que eu sofri, chuva e chuva. (...) Daí o dia que eu saí lá tinha vindo meu cunhado Augusto que chamou uma turma para me ajudar, mas só faltavam uns dois quilômetros. Daí eu fui na casa da minha sogra e almocei, cheguei no Posto e bati na área assim, o encarregado saiu do escritório e eu disse: - 'Bom dia, receba o serviço que está pronto.' (...) Quando fez trinta dias, ele tinha um agrimensor lá para dividir a área. (...) Daí ele disse": - " É um agrimensor que está aí para dividir a área." E eu disse – 'e o senhor deu consentimento?' E ele disse: "Isso é uma coisa que nem eu, nem você manda." E eu disse: 'mas aquele dia que você foi para fazer essa grilagem, por que isso é grilagem tua. Daí você disse que não tinha homem, e eu me apresentei como homem e fiz essa linha para você vender essa área e me perseguir.' (...).

Esta re-demarkação a que se referiu o senhor João Antônio foi determinada pela "Portaria nº 75 de 20/07/1949" do SPI, e concluída em no dia 14 de março de 1950. Ângelo Cretã estava então com 08 anos de idade e morava com seu João Antônio quando o levantamento da extensão da área foi efetuado a mando da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FCPI). A "grilagem oficial" até meados de 1950 fora ocultada dos Kaingang, sua efetivação gerou conflitos e conseqüentes punições aos índios que protestavam contra o esbulho. Pode-se perceber no relato deste senhor, que configurava-se neste episódio um período de tutela autoritária, quando o SPI, através do chefe do Posto trabalhava oficialmente contra os interesses indígenas. Na continuidade de seu depoimento, ele descreve as perseguições sofridas quando chegou a ser obrigado a se retirar da reserva e arrendar outra terra para morar e cultivar. Ângelo Cretã esteve junto com seu "pai de criação" neste exílio da terra dos seus ancestrais, só retornando a morar na reserva no início dos anos sessenta.

Durante sua infância e juventude, Ângelo acompanhou todo este processo de segregação que foi imposto sobre seus parentes e a violação das terras indígenas pelo governo brasileiro. Na casa de seu tutor João Antonio, na casa de sua mãe Balbina da Luz Abreu, na casa de seus tios e até mesmo durante o trabalho no campo e nas brincadeiras com seus primos certamente o assunto do confisco das terras era corrente. Neste ambiente de tensão, ameaças, prepotência oficial e constante resistência popular e indígena é que Ângelo Cretã cresceu, forjou seu caráter e sua visão de mundo.

## 1.2 MEMÓRIAS DOS TRONCOS VELHOS DE MANGUEIRINHA:

A trajetória de vida e militância política do cacique Ângelo Cretã está diretamente relacionada a Terra Indígena de Mangueirinha, sua história e sua gente. Portanto se faz necessário um prévio conhecimento das raízes e das particularidades etnográficas desta comunidade onde convivem atualmente 1.612 <sup>14</sup> índios Kaingang e Guarani M'byá em 17.308,0775 hectares. Composta por sete aldeias: a Campina ou Sede, (onde estão edificadas uma escola, uma igreja católica, uma igreja evangélica, o cemitério, o posto de saúde, o ginásio de esportes, o campo de futebol, o Centro Cultural Kaingang e o escritório da FUNAI), o Paiol Queimado; o Mato Branco; a Água Santa, a Linha Luís, o Paço Liso (antiga Fazenda) e a Palmeirinha do Iguaçu<sup>15</sup>. Todas estas aldeias localizam-se numa área de divisa entre os municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho no sudoeste paranaense. Nesta Terra Indígena que fica no terceiro planalto da bacia hidrográfica do rio Iguaçu, encontra-se a maior reserva natural de floresta de araucária angustifolia do mundo. Bioma característico da mata atlântica meridional, rico em diversidade de fauna e flora, que há poucas décadas ainda predominava na paisagem da região sul do Brasil. No Estado do Paraná restam preservadas menos de 3% das florestas nativas. Trágica estatística resultante do modelo desenvolvimentista conservador que desconsiderou impactos ambientais e favoreceu a concentração de terras para poucos privilegiados.

Grupos de língua Jê migraram há cerca de três mil anos passados rumo ao sul, conforme apontam pesquisas lingüísticas e arqueológicas, dando posteriormente origem aos povos Xokleng e Kaingang. Os Xokleng por utilizarem bодоques labiais receberam dos brancos a alcunha de Botocudos, e já no princípio desta migração afastaram-se dos Kaingang. Estes índios Xokleng passaram a viver nas matas entre o sudeste paranaense, centro-leste catarinense e nordeste gaúcho, falando um idioma próprio. Os índios Kaingang por sua vez primeiro se estabelecem

<sup>14</sup> FUNAI, 2006.

<sup>15</sup> Segundo Cecília Helm em 1979 os Guarani da Palmeirinha do Iguaçu perderam parte de suas terras e foram reassentados na "Vila Palmeirinha", em razão dos alagamentos decorrentes da construção da usina hidrelétrica de Salto Santiago pela ELETROSUL e FUNAI.

na região do atual estado de São Paulo, posteriormente alguns grupos cruzaram o rio Paranapanema. Aquelas famílias que partiam isolavam-se das que ficavam, e assim foram surgindo os dialetos regionais<sup>16</sup>. Movimento contínuo de grupos e segmentos familiares que transformavam-se em novas unidades sociais, reproduzindo assim uma mesma cultura. Os grupos Kaingang desmembravam-se constantemente, decorrência da tradição faccionalista de sua organização social, ocupando progressivamente os campos e florestas meridionais. Esta gente veio da região onde atualmente é o Brasil central e pertence ao tronco lingüístico e cultural Jê, aparentados portanto com os Xavante, os Xerente, os Panará, os Kayapó, os Krenak e os Aimoré. O arqueólogo Francisco Silva Noelli (2004), esclarece:

(...) Análises das relações internas da família Jê colocam a língua Kaingang no conjunto Akwén (Xacriabá, Xavante e Xerente) e Apinayé. Já os Xokleng foram incluídos no grupo das línguas Kayapó, Timbira, Kren-Akarôre e Suyá. (DAVIS, 1966,1968; RODRIGUES, 1986).

Juracilda Veiga (2006), identificou similaridades culturais presentes na estruturação social dualista dos Kaingang com as sociedades de outros povos de língua Jê:

Os Jê Centrais – Xavante e Xerente – e os Kaingang possuem metades exogâmicas patrilineares. (...) As metades Xerente, como a dos Kaingang, estão relacionadas a Leste e Oeste, e as pinturas corporais redondas e compridas. Entre os Krahô, que possuem vários pares de metades, as que possuem maior proximidade com as dos Kaingang são as metades sazonais Wakmeyer e Katameyer: 'a cada uma corresponde um repertório de nomes pessoais, portanto cada indivíduo receberá um nome do estoque da sua metade.(Melati,1978:81)'. (...)

Porém a língua, a cosmogonia e a organização social tradicional das etnias presentes em Mangueirinha: Kaingang e Guarani são muito distintas. Aos Kaingang é atribuído um ethos guerreiro, Curt Nimuendajú nos informa da identificação deste povo com o jaguar (mig), ressaltando seu caráter belicoso. Suas principais metades clônicas reivindicam parentesco totêmico com o jaguar, segundo seus mitos Kayru criou o jaguar acanguçú (de malhas pequenas) e seu irmão Kamé criou o jaguar fagnareté (de malhas grandes). As pinturas corporais de cada clã têm por referência

<sup>16</sup> Segundo Wiesemann a língua Kaingang possui cinco dialetos: o paulista, o paranaense, o central, o sudoeste e o sudeste (estes dois últimos localizados ao sul do rio Uruguai).

os padrões: pintado ou malhado do jaguar, de modo que todos os Kaingang se apresentavam como jaguares em seus rituais. Kimiye Tomasino (1995:57), reflete:

Estas considerações apontam para a importância desta simbolização na reprodução das relações sociais e da própria sociedade, produtora de homens valentes, homens-jaguares.

Quanto ao povo Guarani, sua língua é um ramo do tronco lingüístico Tupi e seu ethos está vinculado à espiritualidade, marcado pelas constantes migrações de caráter messiânico e escatológico conduzidas por pajés em busca da “terra sem males”. Nimuendajú (1913) argumenta que para os Guarani o jaguar é a personificação do mal e da força bruta, que entre tanto pode ser vencida pela firmeza do espírito. Tais significações elaboradas sobre o jaguar demonstram as auto-imagens antagônicas destes dois povos. Ideologias míticas e representações simbólicas que sintetizam suas culturas. Ao conviverem durante séculos em uma mesma região, estas referidas etnias ameríndias construíram relações históricas de estranhamento, rivalidade e confronto. No período pós-contato com os brancos, suas relações inter-tribais foram transformadas, configurando novas articulações políticas conjuntas de cooperação indígena. O antropólogo Silvio Coelho dos Santos (1987), afirma que os grupos Guarani foram assentados em terras demarcadas a princípio para os Xokleng (Posto Indígena de Ibirama-SC) e para os Kaingang (demais reservas do sul). De modo que todos estes povos alteraram suas relações recíprocas devido à drástica redução territorial, e assim influenciaram-se e transformaram-se. Mesmo convivendo em um contexto de fricção inter-tribal (entre si) e interétnica (com os brancos), os Kaingang e os Guarani mantêm em nossos dias suas singularidades culturais, evidenciadas através de práticas sociais próprias e distintas. A territorialidade transitória e o uso corrente do idioma materno, bem como a cosmogonia Guarani destacam-se como referências maiores de sua resistência política e cultural. As constantes migrações dos grupos Guarani , promovem na atualidade a ocupação de novos territórios por estes índios, é o caso da aldeia Araça-Y situada em área de preservação da Serra do Mar, na cidade de Piraquara-PR. Os Guarani desta aldeia vieram da T.I. de Mangueirinha na década de 1990, liderados pelo cacique Marcolino.

Mobilização, resistência e pressão sobre as autoridades públicas instituídas caracterizaram a nação Kaingang desde os primeiros contatos com os brancos.

Documentos oficiais relatam que líderes Kaingang no século XIX e início do XX empreendiam longas caminhadas aos centros de poder dos brancos, como Curitiba e Porto Alegre para reivindicar direitos e sobre tudo a demarcação de suas terras. Romário Martins em sua “História do Paraná” cita na página 38 um artigo de Luís Daniel Cleve publicado no periódico “O Guaíra”, em 1909:

(...) Da grande tribo Camé catequizada pelo padre Francisco das Chagas Lima restam na Comarca de Guarapuava poucos descendentes. Os toldos do Piquirí, Corumbatái e do vale do Ivaí ficaram desertos. (...) Daí desapareceram os caciques outrora investidos do comando supremo, dos quais o último foi Jongjó. Apenas existem algumas famílias dispersas cujos chefes como Bandeira, Joaquim Cadete e outros poucos, intitulam-se Caciques, Coronéis, Capitães e vão às vezes a presença do governo com suas exigências e reclamações, fingindo ter sob seu comando grandes hordas quando suas famílias não vão além de 20 ou 30 indivíduos.

As características culturais dos povos Guarani e Kaingang, bem como suas relações inter-tribais afetadas pela dominação colonial, são fatores relevantes para uma compreensão mais ampla dos levantes indígenas na década de 1970. A retomada da realização do ritual do Kiki Koi a partir de 1976 na T.I. de Xapecó, é considerada uma grande vitória pelos índios Kaingang. Outros sinais diacríticos como uso do “nome do mato” e a transmissão da língua materna às novas gerações, foram reavivados pelo movimento indígena que emergiu no sul do Brasil nos anos 1970. Elementos de forte identificação étnica entre os Kaingang, postos conscientemente em operação por estes índios com objetivos políticos e culturais específicos. Em certa medida para corresponder às imagens ideais que muitos brancos tem sobre os índios, pinturas corporais, cocares, bordunas, arcos e flechas foram utilizados como armas simbólicas em atos públicos. Com tais atitudes os índios do sul rompiam o muro de invisibilidade étnica que os apartava da sociedade nacional, promovendo bloqueio de rodovias, desintrusões de terras e entrevistas para redes de televisão. Os Kaingang e os Guarani que no passado foram belicosos inimigos passaram estrategicamente a se tratar publicamente como “irmãos”. E seus militantes foram chamados de “guerreiros”, dentro do movimento social indígena nascido na luta pela posse das terras onde estão enterrados seus ancestrais. A T. I. de Mangueirinha foi um dos epicentros destes acontecimentos que transformaram concretamente a realidade social dos índios no sul do Brasil.

Nas famílias Kaingang de Mangueirinha atualmente predomina o uso do português, em passado não muito distante chefes de Posto chegaram a proibir o uso da língua materna. Pretendiam eles com esta medida arbitrária controlar as conversas dos índios, por que não entendiam o que eles falavam, visando com isso evitar possíveis rebeliões, sempre latentes em um contexto social opressivo. Constatei em minha pesquisa na T.I. de Mangueirinha que apenas os índios mais antigos ou oriundos de outras aldeias dominam o Kaingang. Alguns índios me disseram entender o que ouvem, mas não falam o idioma, outros afirmaram que somente conhecem certas palavras e expressões. Nas igrejas católicas da T. I. de Mangueirinha, durante os cultos também entoam-se cânticos e rezas nas línguas indígenas, mas principalmente em português. Em 1974, Cecília Helm já constatava:

(...) Nesta reserva toda a população fala o português, sendo que poucos índios se expressam em Kaingang em casa, como se verifica em outras áreas, em que os Kaingang dentro do grupo doméstico e com os parentes falam o idioma, e também quando estão reunidos com os de sua nação. (...)

Em nossa pesquisa etnográfica recentemente nesta mesma terra indígena, muitas pessoas nos relataram que seus pais e avós propositalmente não lhes ensinaram a língua Kaingang devido a repressão que sofreram. É o caso do atual cacique de Mangueirinha, Valdir dos Santos Kokoj sobrinho de Ângelo Cretã e neto de Francisco Luís dos Santos, que assim narrou em depoimento no dia 30 de julho de 2010:

A gente mora no meio da sociedade, do lado que você sair vai se deparar com o não índio, são três municípios. (...) Onde o povo acabou esquecendo, por causa daquela perseguição que houve no passado. A minha mãe mesmo ela falou para nós: - 'eu não vou ensinar vocês por que eu sofri. Eu fui colocada em cima de um caminhão e fui amanhecer em outro lugar que eu não conhecia. Eles me expulsaram da aldeia, a minha terra está lá, o cemitério esta lá, o rio está lá. Mas eu não sabia falar o português, meu pai não sabia falar, minha mãe não sabia. Então não quero que aconteça com vocês aqui, onde vocês estão com a família de vocês.' Então por causa disso a comunidade daqui perdeu, por causa dessa perseguição...

A perseguição de que fala o cacique Valdir é histórica e foi perpetrada tanto por bugreiros, como pelo aparelho de repressão do Estado e até mesmo por funcionários de órgãos oficiais de "proteção" ao índio. O caso de sua mãe que foi retirada à força de sua aldeia na região de Laranjeiras do Sul e confinada com seus

familiares na reserva indígena de Marrecas em Guarapuava, é semelhante a muitos outros ocorridos com os Kaingang e Guarani. Ambos os grupos convivem e desenvolvem relações inter-tribais na reserva indígena de Manguairinha desde 1915 quando ali chegaram os primeiros Guarani. A aldeia Guarani fica na localidade de Palmeirinha, em área localizada dentro do município de Chopinzinho. Segundo Maria Ligia Moura Pires (1975) este grupo Guarani M'biá é proveniente do Rio Grande do Sul e na época de sua chegada a Manguairinha tinha como líder o capitão Gervásio. Já a antropóloga Cecília Helm, aponta como sendo o índio Francisco Gabriel, o primeiro cacique Guarani na aldeia da Palmeirinha e que só posteriormente chegaram outras famílias desta etnia. Neste período a reserva indígena de Manguairinha era comandada pelo cacique José Capanema, que autorizou os Guarani a se instalarem na Palmeirinha. De acordo com Maria Ligia Pires (1975), outro grupo Guarani comandado pelo capitão Americano instalou-se na localidade do Butiá dentro da reserva, mas em virtude da constante mobilidade territorial, característica cultural do povo Guarani, este grupo de lá partiu e dele não restaram maiores informações. Cecília Helm (2002), analisou estes mesmos acontecimentos com diferente ponto de vista:

José Capanema cedeu um canto para nós', narrou o velho Aristides Gabriel filho de Francisco Gabriel, acrescentando que 'tudo era matão por aqui'. Depois chegaram mais famílias de Guarani e era três o número de aldeias'. Com a morte do cacique Capanema, seu filho Joaquim Capanema, permaneceu por mais alguns anos junto aos Kaingang e Guarani da Palmeirinha. Mais tarde, assumiu a liderança o índio Guarani Gervásio e os Capanema se retiraram da Palmeirinha, devido as arbitrariedades cometidas contra eles pelos dirigentes do então SPI.

Mas é fato que os Guarani consideram a Palmeirinha como seu território e o arroio Butiá a divisa com os Kaingang, que ocupam as demais localidades. Estes últimos por sua vez sentem-se como os legítimos ocupantes da Terra Indígena de Manguairinha. Mas os dois grupos ameríndios que compartilham aquele mesmo território, enfrentam igualmente as conseqüências da intensa pressão e tensão interétnica com a população não-indígena regional. E devido a esta condição semelhante de minoria étnica ameríndia, e seu enfrentamento com setores mais agressivos da sociedade nacional envolvente, que os povos Kaingang e Guarani irão aproximar-se e construir alianças em defesa de suas terras e suas culturas. Um caso

exemplar que corrobora esta afirmativa foi a parceria política e a amizade entre o cacique Ângelo Cretã e o líder Guarani<sup>17</sup> Norberto Gabriel, conhecido como ‘Paraguaio’. Ambos eram ativistas pela retomada das terras indígenas, e sofriam ameaças constantes. Ângelo Cretã foi gravemente ferido em uma colisão de veículos quando retornava de reunião com os Guarani da Palmeirinha comandados pelo cacique Aristides Gabriel em 22 de janeiro de 1980, vindo a falecer uma semana depois no dia 27 de janeiro. Norberto Gabriel, o “Paraguaio”, morreu em condições semelhantes no dia 30 de dezembro do mesmo ano.

A expansão da fronteira agro-pecuária sobre áreas pioneiras do sudoeste e a presença de companhias colonizadoras de terras a partir de 1930, trouxeram levas migrantes vindos do Rio Grande do Sul, reduzindo progressivamente as últimos sertões paranaenses. Territórios cobertos por florestas repletas de madeira de lei como o cedro, a imbuia e o pinheiro e também de erva-mate nativa, onde viviam tribos Kaingang e Guarani em “reservas” sob a tutela do Estado brasileiro. Outros grupos Kaingang mantinham-se fora do controle do Estado, vivendo livres em suas “emãs”, aldeias erguidas nas campinas que entremeavam as florestas, localizadas sempre próximas aos rios. É desta gente que vivia no mato que descendem os atuais habitantes da Terra Indígena de Mangueirinha, sobretudo os “troncos velhos” daquelas sete aldeias. “Tronco velho” para os Kaingang são aqueles indivíduos que tem sua história pessoal diretamente relacionada com a terra onde vivem, muitas vezes representados por casais de idosos em torno dos quais se estruturam os grupos familiares. Segundo o antropólogo Ricardo Cid Fernandes (2003):

Os ‘tronco velho’ de um lugar são aqueles, que tem ali seu umbigo enterrado e mais, são aqueles que participaram, em alguma medida, da constituição da própria comunidade.

A esta categoria Kaingang “tronco velho” pertence o senhor Argemiro Ferreira dos Santos, com 76 anos de idade em 2010. Este homem primo irmão de Ângelo, concedeu-me o privilégio de uma longa e esclarecedora entrevista em sua casa de

---

<sup>17</sup> O cacique Guarani da aldeia da Palmeirinha era o senhor Aristides Gabriel, liderança política e religiosa de seu povo, também destacava-se o guarani Marcolino, hoje cacique (e fundador) da aldeia Araça-Y, localizada na cidade de Piraquara (PR). Já Norberto Gabriel o “Paraguaio”, era um Guarani M’biá oriundo da região de Foz do Iguaçu que casou-se com uma índia Kaingang de Mangueirinha, ele vivia na aldeia da Campina e participava ativamente do movimento indígena. Apesar da coincidência do sobrenome Gabriel, não existe evidências de parentesco direto entre Norberto e o cacique Aristides.

madeira construída nos tempos do finado Ângelo. Seu Argemiro recordou com satisfação que foi o cacique Ângelo Cretã quem exigiu da FUNAI o cumprimento da promessa de construir casas decentes para os índios com a madeira que retirava de suas terras. Nos meses de março, abril e julho de 2010, e em fevereiro de 2011 gravei entrevistas com o senhor Domingos Goitoto e sua esposa dona Tereza Goitoto, dona Jurema Ferreira, Ambrósio Luís dos Santos, Aleixo Luís Honório, seu João Guedes, Valdivina Mendes, Belarmina Luís Paraná e sua irmã Elvira dos Santos Cretã. Todos antigos moradores da T. I. de Mangueirinha, que pertencem aquelas famílias Kaingang que lá viviam antes dos brancos chegarem e devastarem as florestas, ocupando as terras circunvizinhas com suas fazendas e cidades. Tais senhoras e senhores a maioria acima dos sessenta anos de idade, relataram-me com firmeza fatos impregnados em suas memórias, como o trabalho forçado das lavouras coletivas. Tarefas impostas por chefes do posto como o tenente Florisbaldo Antunes de Paula, funcionário do SPI que os ameaçava a berros junto com seus colaboradores indígenas cooptados pelo autoritarismo oficial. Os Kaingang com quem conversei denominam esta fase de arbítrio e trabalho forçado por “panelão”, em razão do modo como eles eram alimentados, uma versão brasileira de apartheid racial, que aquelas pessoas não esquecem. Histórias de opressão e desmando, coragem e resistência que ganham voz através dos testemunhos orais de pessoas que vivenciaram tais fatos, recordando assim o fio da memória dos Kaingang de Mangueirinha.

Para esclarecimento destes fatos tão relevantes na vida dos índios de Mangueirinha da geração de Ângelo Cretã, selecionei o testemunho oral de algumas destes informantes. A primeira é dona Jurema Ferreira, uma índia Kaingang de 72 anos, que conforme seu próprio relato “viu Angelo nascer, crescer e morrer naquela terra indígena”. Lugar onde ela também nasceu e vive atualmente em uma casa de madeira na aldeia do Paiol Queimado, também construída na gestão do cacique Ângelo Cretã. Esta senhora também nos contou que o pai do seu pai foi pego no mato, quando aquelas terras eram cobertas de florestas e a cidade de Mangueirinha ainda não existia. Outros registros das memórias dos troncos velhos contemporâneos de Cretã serão destacados no transcorrer desta dissertação. Agora, vamos examinar o que a memória de dona Jurema Ferreira revela-nos sobre os tempos sombrios do panelão:

(...) (risada) Eu lembro, também trabalhei, sofri bastante. Nós não tinha nem roupa, eu ia só com uma roupa trabalhar, e com aquela mesma eu saía para algum lugar que eu quisesse ir. Só trabalhando pro tenente, carpindo de enxadinha. Nós não tinha nem mais roupa. Carpindo, plantando arroz, limpando arroz, não tinha descanso. (...) Nós carpimos seis alqueires para plantar arroz, não tinha descanso. O panelão nos comia só quixerinha de milho, as vezes com banha e as vezes sem banha, nós tinha que comer nós estava trabalhando. Os que mandavam em nós não existem mais, era o finado Marcelino Oliveira, e o finado José Hiláudio, o dito Jeca. Eles eram os mandão que mandava em nós. Esses aí Deus o livre, nós não podia parar um minuto sequer, não podia descansar. (...) A gente que era mais fraquinho os mandão gritavam com nós, e a gente obedecia. O meu pai José Ferreira, ele estava doente tinha uma tosse e também ia trabalhar, ele era doente e ia trabalhar doente. (...) Mas o Angelo não fez isso para nós, ele foi o melhor, daí a gente trabalhava para a gente mesmo...

Antes desta entrevista dona Jurema questionou o motivo das perguntas, depois com certa desconfiança nos falou de episódios ocorridos em sua juventude, tempos de arbítrio e tutela autoritária sobre os índios. Período de transição do SPI para FUNAI, um novo órgão indigenista que ainda mantinha pessoas, procedimentos e idéias discriminatórias herdados do seu antecessor. No final dos anos 1960 os índios não se conformavam com tal situação, e aqueles que criticavam os desmandos do tenente Florisbaldo eram transferidos compulsoriamente para outras áreas indígenas. O empobrecimento dos índios decorrente das políticas arbitrárias do SPI e da FUNAI que se apropriavam dos rendimentos produzidos no PIN de Mangueirinha, confirmava a idéia vigente no senso comum regional de que os índios seriam improdutivos. Ignorava-se o jugo oficial a que os índios estavam submetidos e o trabalho forçado que realizavam em suas próprias terras. Fortalecendo assim o preconceito generalizado de que havia muita terra para pouco índio, afinal eles não progrediam mesmo vivendo em cima de terras férteis, situação que parecia evidente. De modo que os estereótipos sobre os índios presentes no imaginário dos brancos regionais, de que eles eram inferiores cognitivamente, indolentes e improdutivos, ficavam assim reafirmados.

Enquanto esse processo de segregação étnica ocorria, e madeireiras apropriavam-se de parte de suas terras e matas, os Kaingang e Guarani eram reprimidos pelo Estado brasileiro. A nação vivia sob os auspícios do desenvolvimento econômico da ditadura militar, o “milagre brasileiro”, mas os índios de Mangueirinha vestindo roupas velhas viam-se excluídos deste processo. Procurava-se desta maneira eliminar os direitos históricos adquiridos pelos Kaingang

e Guarani de uso e posse daquela terra, conquistada por seus antepassados. As atitudes e posições políticas de Angelo Cretã, seu nome e sua linhagem serão fatores decisivos nas articulações da resistência indígena para transformação daquela realidade de exclusão social.

Durante minha estada na aldeia, nas entrevistas ou mesmo nos intervalos e momentos de descontração, ouvi histórias sobre quando os antigos avistaram pela primeira vez um caminhão quebrado em uma estrada de chão, e que assustados embrenharam-se ainda mais nas matas. Também me contaram a respeito do que seus pais e avós falavam: como o espanto causado quando observaram incrédulos aviões sobrevoando seus refúgios. Estas eram histórias dos antigos, da gente do mato que comia coró<sup>18</sup>, pescava com pari, caçava antas, capivaras, macacos, veados e tatetos (ainda hoje presentes na reserva, mas em número reduzido, pois sua carne é apreciada tanto pelos índios, como por caçadores brancos que fazem incursões clandestinas em suas matas). Aquele tempo é conhecido por Wãxi época em que os Kaingang organizavam-se em seus clãs e sub-clãs exogâmicos e patrilineares, realizando com frequência o Kiki Koi<sup>19</sup> em memória dos ancestrais. Nestas celebrações rezas são entoadas e Kamés, Kayrús, Votouros, Wonhektys e Péins<sup>20</sup> bebem o Kiki, uma bebida a base de água, milho e mel preparada no tronco de uma araucária, chamado konkein. Nestes encontros cerimoniais os Kaingang acendem fogueiras representando os respectivos clãs ou marcas, o “fandango dos índios” como falou-me seu Argemiro Ferreira dos Santos. No tempo wãxi eram freqüentes estas festividades que congregavam as tribos Kaingang, e também celebravam-se as vitórias em combates. Nelas eram contadas e revitalizadas as histórias míticas dos irmãos Kamé e Kayru que recriaram o mundo após um dilúvio, de quem todos os Kaingang seriam os kren, palavra que significa descendentes na língua tradicional. Também é este o tempo dos kuiãs, aqueles que olhavam e enxergavam, os xamãs conhecedores dos segredos da floresta, que sabiam sonhar

<sup>18</sup> Coró é o nome Kaingang para as lagartas da palmeira que eram muito apreciadas pelos índios antigos, “pari” é uma espécie de armadilha de taquara para pesca nas corredeiras dos rios.

<sup>19</sup> O ritual do Kikikoi na atualidade é realizado apenas nas Terras Indígenas do município de Chapecó (SC), tendo sido reavivado em 1976 com apoio do Conselho Indígena Missionário da Igreja Católica.

<sup>20</sup> Terminologia para as seções clânicas kaingang utilizadas pela antropóloga Juracilda Veiga (1994) e pelo etnólogo Baldus (1952), sendo Wonhekty uma sub-seção Kamé e Votor uma sub-seção Kayrú. Já Péin é uma categoria extraordinária, com atribuições hierárquicas e rituais específicas como lidar diretamente com os corpos dos mortos.

e interpretar os sonhos, cada qual com seu aliado mágico e suas plantas sagradas, os remédios do mato.

Aliás, a mata tem lugar destacado na espiritualidade e na identidade cultural deste povo Jê, segundo Kimiye Tommasino (2003) etimologicamente Kaingang significa “povo do mato”. Telêmaco Borba em sua etnografia publicada em 1882 na revista “Actualidade Indígena” registrou esta autodenominação que conheceu através do cacique Araxó. Antes dele, Frei Luís de Cemitille em 1879 apontava que os mesmos não gostavam de serem chamados de Coroados, “(...) e por isso, a si mesmo chamam-se Caingangue.” Tommasino (2003) argumenta que:

uma auto-identificação como parte do meio ambiente, isto é, como gente do mato, remete à uma noção de um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade.

É este espaço mato que Eloy, filha de Ângelo Cretã, guarda em sua memória, recordando dos acampamentos e pescarias junto com seu pai:

(...) Que eu lembre do meu pai é dos meus três anos mais ou menos, que ele gostava muito de ficar conversando com a gente, eu e o Romancil, ele gostava de dar conselho para gente como a gente devia ser diante das outras pessoas, como tratar elas. (...) Ele gostava muito de sair passear com a gente, quando ele ia caçar ele levava a gente ficar junto no acampamento com ele, quando ele ia pescar nos acampávamos perto do rio Iguaçu junto com ele. Ele gostava de passar este lado de que enquanto família a gente devia ficar juntos, unidos.

Kimiye Tommasino (2000) nos traz também uma reflexão a respeito destes espaços sagrados Kaingang junto à natureza, onde a tutela, o controle dos funcionários estatais, e a lógica do mundo dos brancos não alcançam:

As matas, os rios e as margens são também espaços da memória, do tempo em que tinham imensas florestas. É nesses espaços, reduzidos mas importantes e imprescindíveis, que os ensinamentos antigos continuam a ser passados de geração a geração: nos rios, as crianças aprendem a construir o pari, na mata, toda a natureza animal e vegetal continua sendo o material pedagógico através do qual os mais velhos ensinam seu conhecimento prático e simbólico as novas gerações. (...) Quando mais, são espaços para uma revitalização psicológica, para recarregar forças para a guerra, que continua sob novas formas nos espaços de subordinação.

As questões ambientais e a preservação das florestas nativas remanescentes, sempre estiveram em primeiro plano para os caciques que se

destacaram nos anos 1970 como Ângelo Cretã, Nelson Xangrê, Mário Juruna e Marçal Tupã-Y. Em suas reivindicações políticas, o direito à terra era o principal ponto de convergência do movimento indígena no Brasil. O cacique Angelo Cretã em suas argumentações públicas contrapunha o modo de produção exploratório do sistema capitalista com uma perspectiva indígena e holística de relação com a natureza e seus recursos. Como deixam explícitas estas suas palavras registradas no filme “Terra dos Índios”:

Dizem que os índios não sabem aproveitar o que tem, estão errados. O índio não é igual ao branco que onde entra devora tudo. Os pinheiros de Mangueirinha não são nossos, são de nossos filhos e de nossos netos.

### 1.3 RAÍZES ETNO-HISTÓRICAS DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA:

Até o início do século XX ainda era vigente a regra de uxorilocalidade matrimonial entre os Kaingang do Covó (como era conhecida a região da atual Mangueirinha), onde o yambré (genro) deveria morar e trabalhar junto a terra do kakrõ (sogro). Nesta sociedade regida por um intrincado código de valores e regras fundamentados tanto na prática cotidiana como miticamente, a terra e o sangue (enquanto descendência) sempre estiveram interligados. Os casamentos obrigatoriamente ocorriam entre pessoas de metades clânicas distintas que se pintavam com riscos (kamés) ou círculos no rosto (kayrús), cada seção e sub-seção clânica possuía suas marcas e seus atributos sociais, suas funções rituais, atuando de modo assimétrico e complementar no contexto tribal de acordo com suas características específicas. O protagonismo político era exercido pelo rerakê ou pay-bang, o líder maior de uma região que organizava o ritual do Kiki Koi onde a estrutura dualista Kaingang era operacionalizada e seu prestígio de chefe reafirmado. O paí-bang exercia seu mando político sobre grupos locais em virtude do próprio ambiente decorrente das freqüentes contendas inter-tribais com os Guarani, Xokleng e outros grupos Kaingang . Como aponta Fernandes (1998):

(...) O exercício da autoridade política do Paí, entretanto, requeria contextos específicos para sua realização, notadamente os contextos rituais e guerreiros.

Aqueles eram os tempos antigos o “Wãxi”, com a presença cada vez mais intensa dos brancos e o advento de um novo tempo o “Uri”, os Kaingang precisaram se adaptar. Mas a figura do paí-bang, do grande chefe continuou centralizando a organização social e política das tribos Kaingang, ainda que sob constantes tentativas de manipulação por agentes coloniais civis e militares. Nos documentos oficiais e relatos históricos sobre os Kaingang nos primeiros contatos, ou nos aldeamentos do Diretório dos Índios e nos postos do SPI, aparecem muitas referências a seus importantes caciques. No território paranaense destacaram-se nomes como Paulino Araxó, José Tigre Gacon, Vaitom, Manoel Facram, Degaebang, Bandeira, Jongjó, Koikang, José Cafang, Jambré, Manoel Aropquimbe, Nhozoro, Joré, Viri, Condá e Candói. O major Antonio Joaquim Cretã e seu bisneto Ângelo pertencem a este seletto grupo de grandes líderes da nação Kaingang.

Os índios Kaingang resistiram à invasão de seus territórios e as pressões externas que afetaram sua estrutura social, mas nestes embates com os “fóg” ocorreram rupturas radicais e drásticas alterações em seu modo de vida. Surgindo assim uma nova situação social para os Kaingang, com níveis diferenciados de contato e atritos entre índios e brancos. Militares, missionários, agentes do SPI, fazendeiros, madeireiros, bugreiros, sertanejos ou pioneiros, cada uma destas categorias dos colonizadores tinha suas interações específicas com índios. A resultante deste processo de fricção interétnica é a configuração de uma complexa rede de interesses e relações sociais, constituída de segmentos muitas vezes antagônicos e paradoxalmente complementares. No entanto, mesmo quando passaram a viver em reservas sob tutela do Estado, os Kaingang seguiram valorizando suas tradições e suas terras, pois nelas é que está enraizada sua cultura, sendo condição básica para sua manutenção e reprodução. De acordo com Kimiye Tomasino (2004) “Os Kaingang readequam sua concepção de território a um novo tempo para continuar sendo Kaingang”.

No início destes novos tempos “Uri”, as guerras tornaram-se ainda mais constantes, alguns paí-bang como Vitorino Condá e Viri ainda no início do século XIX passaram a fazer alianças com os brancos. Estes caciques agiam com seus guerreiros combatendo grupos de índios arredios que viviam nas matas fechadas, ganhando assim armas, cavalos e a confiança dos colonizadores, e garantindo

terras para os índios sob seus comandos. A característica faccionalista e o ethos guerreiro dos povos Jê em geral e particularmente dos Kaingang, foi desde os primeiros contatos percebida e manipulada pelos invasores. Os governantes brancos necessitavam liberar territórios para implantação de seus projetos de ocupação agro-pastoril, e para tanto fomentavam as rivalidades inter-tribais. Porém é preciso considerar que os chefes guerreiros Viri e Condá, norteavam suas ações bélicas ainda dentro um sistema de poder Kaingang. Pois suas lideranças enquanto chefes regionais englobavam grupos locais, compostos por unidades sociais familiares, para combater outros grupos rivais e facções divergentes de sua mesma etnia. Tais fatos e ocorrências fortaleceram internamente ainda mais o centralismo exercido pelos “paí-bang”, alguns deles já assentados com seus grupos em reduções, como no caso da reserva indígena de Palmas, bem próxima de Mangueirinha. Neste lugar os Kaingang comandados pelo cacique Viri, estavam aldeados ao lado da Vila dos brancos desde 1840. Em relatório oficial de 1857 o vice-presidente da Província do Paraná descreve o aldeamento de Palmas:

(...) Se dizem mansos e vivem em completa ociosidade, que só abandonam para realizar expedições punitivas contra outros índios, encomendadas pelo governo ou por fazendeiros da região. Constantemente armados e abandonados aos seus instintos, não sei se deva considerá-los mais como um perigo do que como um meio de defesa para a nascente povoação de Palmas.

Outros grupos Kaingang mantinham-se independentes, ainda que de alguma forma já em contato com a sociedade brasileira, mas vivendo sempre que possível fora do alcance dela, em suas “emãs”<sup>21</sup> instaladas nas campinas e pinheirais do sertão. Os Korumbang-Rê<sup>22</sup> (denominação dos campos de Guarapuava na língua Kaingang) foram conquistados somente em 1810, pelo coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Antes dele, outras expedições militares partindo de Curitiba e comandadas pelo coronel Afonso Botelho, desde 1760 tentaram sem êxito conquistar à região devido a forte resistência indígena. Tais acontecimentos épicos foram examinados sob um ângulo crítico, levando em conta o ponto de vista indígena no livro: “As guerras dos índios Kaingang” do historiador Lúcio Tadeu Mota. Para que façamos uma reflexão mais apurada deste conturbado período, destaquei

<sup>21</sup> Emãs é a denominação Kaingang para suas aldeias tradicionais.

<sup>22</sup> Os denominações Kaingang para as regiões geográficas foram obtidas nos escritos de Lúcio Tadeu Mota, UEM, 1994.

o seguinte trecho da Carta-Régia assinada por D. João VI datada de 05 de novembro de 1808:

Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se achão os campos geraes de Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que deságuam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay (...), infestados pelos índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários (...) e fazendo-se cada vez mais evidente que não há meio algum de civilisar povos bárbaros, (...) sou servido por estes e outros justos motivos que hora fazem suspender os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar ordeno-vos: deveis considerar como principiada a guerra contra esses bárbaros índios.

É neste contexto político desfavorável, de “guerra justa” declarada aos “Bugres ou Coroados” denominações pejorativas dadas pelos portugueses para os índios Kaingang, que o “paí-bang” Hipólito Candói apresenta-se com sua gente na redução indígena de Atalaia próximo a Guarapuava. Porém devido às precárias condições de vida oferecidas pelos brancos, ao descumprimento de suas promessas e conflitos com outros grupos Kaingang, Candói retira-se com seus comandados rumo ao sudoeste. Eles seguiam para uma das últimas áreas de campos e florestas livres do jugo colonial na região, conhecida na língua nativa como o Kreie-bang-rê. Com base em informações presentes nos registros do padre Chagas Lima, o antropólogo Loureiro Fernandes afirma em sua etnografia “Os Cainganges de Palmas” (1941):

Os Caingangue chefiados por Candói, se dirigem em 1819, à região do Covó e ergueram seus toldos junto aos rios Chopim e Palmeirinha. Isolados do núcleo de Palmas, ficaram os Cainganges da região do Covó.

De modo que aqueles índios que aldearam-se no Covó, provavelmente sejam os ancestrais do grupo chefiado pelo cacique Antonio Joaquim Cretã<sup>23</sup>, que através do Decreto nº 64 de 1903, expedido pelo Governo do Paraná, tiveram suas áreas demarcadas oficialmente. Portanto a Terra Indígena de Mangueirinha é conquistada via uma luta dos Kaingang por seus direitos desde os primeiros encontros com os “fóg”, e pela defesa constante de seu modo de vida. Os índios fazem questão de afirmar que ela não foi ganha de presente, pois naquelas terras habitam descendentes de antigas linhagens de guerreiros Kaingang. O sangue derramado e

<sup>23</sup> Existem registros que Hipólito Candói retirou-se posteriormente com parte do seu grupo para a região onde localiza-se em nossos dias o município de Candói, onde ele faleceu vítima de emboscada. Assim sendo, é pertinente supormos que o grupo liderado pelo avô de Antonio Joaquim Cretã, represente uma facção da tribo de Candói que permaneceu nas matas de Mangueirinha.

transmitido de geração a geração legítima a posse do solo, como podemos verificar no depoimento do jovem cacique Ângelo Cretã para a antropóloga Maria Ligia Moura Pires em 1975:

Então essa terra é comprada. O governo não deu pra nós. Naquelas épocas, os meus avôs ganharam isso com honra. Isso não foi dado de presente, não. Isso aqui os meus avôs derramaram suor e sofreram para ganhar isto. Isto aqui é sagrado. Isso não foi uma coisa que o governo agarrasse e desse: - 'Vocês fiquem com isso aqui que eu vou dar.' Por que daí não custava nada, mas os meus avôs ganharam e nós temos que teimar nisso enquanto somos vivos, né. Por que é nosso mesmo.

A respeito do episódio da primeira demarcação da reserva protagonizado pelo major Antonio Joaquim Cretã, é elucidativa a fala de seu tataraneto Romancil Cretã. Este filho de Ângelo, em depoimento gravado nos apresentou sua versão de uma antiga história muitas vezes contada para ele por sua avó paterna. Dona Balbina da Luz falava a seus netos sobre passagens ainda mais remotas, narrativas de enfrentamentos dos Kaingang com soldados armados, quando seus avôs ainda viviam no mato. Romancil narrou-me uma destas histórias, em entrevista na sede da ARPIN-SUL<sup>24</sup>, no décimo segundo andar do Edifício Tijucas no centro de Curitiba, numa tarde cinzenta de 04 de junho de 2009:

Dona Balbina da Luz minha avó ela morreu com 116 anos, então ela contava histórias para mim quando tinha 07 ou 08 anos mais ou menos. Mas eu não dava muita importância para estas histórias, ela contava que o avô dela foi um líder. Que não existia o cacique, como hoje existe, a história do cacique é do tempo do SPI, eles davam o nome de cacique para o líder. Minha avó me contava uma história que seu avô, acabou matando doze soldados em um contato que teve com militares. (...) Mas eu acredito que pelo que ela falava, que ele resistiu a esse militares, para que o povo dele fugisse. Ele acabou enfrentando eles, porque antigamente quando era floresta, quando os militares atacavam, um índio sozinho podia liderar o processo da floresta e os militares não saberiam quantos índios estavam naquele grupo. Escondido no mato ele acabou matando doze, então eles achavam que era um grupo grande, mas era só ele. E pelo que ela contava para mim esse avô dela, depois que acabou as flechas e ele ficou só com o arco, acabou fugindo e os militares colocaram cachorros atrás dele. E perseguiram durante uma semana, ele fugindo e eles emboscando, e foi quando chegou um período que ele não podia mais correr, tudo cortado de mordida de cachorro e acabou sendo metralhado. Daí eles conseguiram ter acesso com esse povo que esse avô da minha avó liderava e acabaram pegando o pai dela com nove anos de idade e acabaram levando ele para São Paulo. Ele acabou retornando com dezenove anos para lá, eu não posso dizer que é Mangueirinha porque Mangueirinha é terra comprada,

---

<sup>24</sup> Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil.

mas ele veio para o interior do Paraná. E ele fez o contato com o grupo, já com dezoito anos de idade.

O líder guerreiro à que se refere Romancil é o avô paterno de José Capanema, bisavô de dona Balbina da Luz Abreu e tataravô de Ângelo, ele é o pai do major Antônio Joaquim Cretã. Segundo a memória de seus familiares, ele faleceu em confronto entre militares e os Kaingang do Covó ocorrido no final do século XIX. Esta linhagem é sempre lembrada por seus descendentes, sendo que Antônio Joaquim Cretã é uma figura quase mítica para os índios de Manguairinha, por ter garantido a posse legítima das terras onde vivem. Como podemos verificar nas palavras de Romancil Cretã:

É por que existiam duas colônias militares no interior do Paraná, uma em Palmas e outra em Chopinzinho. E eles precisavam ter acesso a essas colônias, e antigamente essa região do sudoeste era muita mata, era muito difícil acesso, e tinha muito índio também. Daí eles contrataram na época o avô da minha avó que se chamava Antônio Cretã. Esse que estudou e aprendeu a linguagem portuguesa, contrataram ele para que ajudasse a construir a estrada de Chopinzinho até Palmas que existe até hoje. E eles construíram a estrada e os militares queriam pagar em dinheiro esse avô da minha avó. Mas a mãe da minha bisavó falou, não pegue em dinheiro, por que nós não sabemos lidar com dinheiro, amanhã você vai gastar, pegue em terra. Daí que ele pegou em terra de papel passado e tudo.

Esta narrativa circula de geração à geração entre os moradores da Terra Indígena de Manguairinha, muitos deles pertencentes à família de Antonio Joaquim Cretã, também conhecido como major Cretã. Cujas alcunhas derivam da política indigenista do Império que utilizava termos como major, capitão, tenente-coronel, sargento, cabo para designar chefes e lideranças indígenas. Alguns caciques além dos títulos militares receberam soldo do Estado pelos serviços prestados no combate aos índios bravios e na derrubada da mata para abertura de estradas. Entre os Kaingang, a patente de “capitão dos índios” designava principalmente aquelas pessoas que mediavam relações sociais e questões administrativas internas das aldeias. Já o posto de “major” designava os chefes indígenas que representavam suas comunidades diante dos agentes externos como as diversas instâncias de poder da sociedade envolvente. Antonio Joaquim Cretã foi o único cacique a receber a patente de “major” em Manguairinha, seu nome inclusive consta na ata de fundação daquele município em 1927. Segundo, Fernandes (2003):

O uso de tais categorias militares para suas autoridades, hoje são consideradas tradicionais pelos índios que associam o passado e o presente à tradição Kaingang.

Porém, tal afirmativa não se aplica atualmente à T. I. de Mangueirinha, local onde a utilização de patentes hierárquicas militares foi há décadas abandonada pelos índios. Entretanto seu uso ainda ocorre com freqüência em outras aldeias Kaingang contemporâneas. O cacique Valdir dos Santos Kokoj, fez o seguinte comentário sobre este assunto:

Nós aqui é só liderança mesmo, antigamente existia aqui o capitão, o coronel. Mas o que deu da gente pegar da História, é que é uma coisa que vem de fora. Ainda existe em outras aldeias o sargento, mas nós aqui a comunidade é um pouco mais instruída, então a gente não partiu para esse lado. Estamos partindo mais como liderança, as pessoas que ajudam a liderar.

A transcrição de parte da entrevista do tronco velho Argemiro Ferreira dos Santos, falando sobre o episódio da permuta de mão de obra indígena pelas terras da reserva de Mangueirinha, possibilita-nos um exame desta relevante questão sob um novo ângulo. Tal fato histórico permanece vivo em sua memória, como uma certidão de posse daquelas terras pelos índios, seu Argemiro nos disse:

(...) Tem a fotografia do Ângelo Cretã aqui (na parede da casa dele) porque desde de que nós nascemos nos se criamos juntos, porque se ele era bisneto do Antonio Joaquim Capanema Krintãn, eu sou também bisneto dele. Que o Antonio Joaquin Capanema Krintãn foi o que comprou esta nossa reserva aqui, quando ele veio abrindo picada de Porto Alegre para se encontrar com os paraguaio na ponte da amizade. Quando eles se encontraram lá que ele veio, (...) sabe que qualquer um vem e conversa o índio e ele cai na armadilha, porque eles vem com a armadilha pronta. Quem ensinou o índio a tomar cachaça? Foi o branco. O senhor desculpe, o senhor as vezes é branco. Porque tanto faz ser branco, como ser preto ou ser amarelo, estando no Brasil é tudo cristão como todos nós. (...) Ele tomava muita pinga esse cacique, era Krintãn e não Cretã, que significa as nuvens do céu.(...) Aqui dentro dessa reserva não tem ninguém que seja um estranho do outro, é uma família que vive aqui. É tio, é sobrinho, é primo, é primo irmão. Esta minha velha que está aqui Maria Francisca Luis dos Santos, é neta do Antonio Joaquim Capanema Cretã. (...)

São pertinentes as colocações de seu Argemiro, ele descreve a T.I. de Mangueirinha como um lugar onde todos tem laços de parentesco entre si, fato que pude constatar em minhas visitas nas suas aldeias. Raízes genealógicas comuns

que nutrem uma história compartilhada por todos que lá vivem, pois suas vidas, casamentos, compadrios e rivalidades desenvolvem-se naquele ambiente micro-social. Porém tal perspectiva diacrônica é construída dentro de parâmetros que transcendem a história propriamente dita, seus fundamentos estão nas memórias de sua gente e em suas interpretações dos fatos. Seu Argemiro nos falou também da ambigüidade das atitudes dos brancos para com índios, para depois ressaltar que hoje no Brasil somos “todos cristãos”. Mas logo na sequência de seu depoimento, questões diretamente ligadas à terra foram por ele abordadas com muita propriedade:

(...) Todas essas coisas de área que foi vendida, área que hoje está vendida no Brasil, fazem do índio que nem bola de campo, chutam pra lá e chutam pra cá. (...) Esse que defendeu a nossa área que é 24 mil e quatrocentos alqueires, ele comprou com o suor dele, ele não ganhou dado. Ele não comprou para ele e sim para deixar pros filhos. Porque a índia velha a mulher dele disse: 'o tempo que você vai pegar e tomar tudo em cachaça então peça para o governo uma terra para deixar para os nossos filhos'.(...)

A memória de seu Argemiro recorda a presença do Exército no processo de ocupação daquela região pioneira, o que é fato, bem como a utilização de mão de obra indígena na abertura de vias de ligação entre às cidades de Palmas e Guarapuava. A alusão feita à ponte da amizade na fronteira com o Paraguai, edificação inexistente em 1903, é uma referência que remete-se a outras obras de infra-estrutura feitas pelo Exército no sul do Brasil, no início do século XX. Todos estes empreendimentos impactaram e tiveram participação dos indígenas, pois eram eles que conheciam o território e suas florestas. Nas histórias contadas oralmente de avô para neto falando destes episódios, muitas de suas partes são confirmadas pelos documentos históricos oficiais. Por exemplo: a Colônia Militar do Chopim e a de Chapecó, foram criadas pelo Decreto nº 2502, de 16 de novembro de 1859. Segundo este decreto o objetivo era: “a defesa das fronteiras e de proteção aos habitantes próximos contra as correrias dos índios e atraindo-os à domesticidade”. A Colônia Militar de Chopim foi efetivamente instalada em 1882, a margem esquerda do Iguaçu e a direita do Chopim a cinco léguas equidistantes de ambos, com uma população de sessenta pessoas entre nacionais, caboclos e índios mansos, conforme relatou o historiador Romário Martins (1941). Outro documento oficial que corrobora a versão indígena como legítimos donos daquelas terras (apesar de não falar explicitamente em compra, venda ou permuta por serviços prestados) é o Decreto nº 64 de 02 de março de 1903, assinado pelo governador do Estado do

Paraná, Francisco Xavier da Silva e pelo então secretário de obras públicas e colonização Arthur Pedreira de Cerqueira, que determina:

Ficam reservadas para o estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelos cabildos do cacique Cretã. com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do Ribeirão Lageado Grande à cabeceira do Ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios abaixo até o Iguassú que será a divisa norte respeitados os direitos de terceiros.

Nos dias atuais quando se passa de automóvel pela rodovia BR-373 que atravessa a Terra Indígena de Mangueirinha percebe-se claramente a mudança da paisagem em relação as propriedades que a circundam. Apenas na reserva avista-se mata nativa, observando imagens de satélite desta área indígena, ela apresenta-se como uma mancha verde escura em meio a tons verde-claro e amarelo esmaecido das extensas plantações de soja das fazendas dos não-índios. É possível afirmar seguramente que a área demarcada para os Kaingang no início do século XX, constitui-se hoje em pleno século XXI em uma ilha de preservação da natureza. Basicamente é o que restou das florestas de araucárias nativas no sudoeste paranaense, diante do desmatamento avassalador promovido pela cobiça das companhias colonizadoras e da indústria madeireira. Ocorre que este privilegiado patrimônio natural, bem com o valioso patrimônio humano e cultural representado pelas comunidades Kaingang e Guarani que habitam aquela área, sempre estiveram sob constante ameaça de dilapidação e descaracterização. Muitas foram as investidas governamentais e de grupos particulares para redução de seu tamanho. Pois ao mesmo tempo em que consolidava-se a colonização da região, fortalecia-se o senso comum de que eram destinadas muitas terras para poucos índios. E intensificava-se a ação coercitiva de grupos madeireiros, aliados a setores das elites políticas do Paraná, que articulados buscavam reduzir significativamente a extensão das terras indígenas. Mas para os índios de Mangueirinha a terra “comprada” por seus antepassados não estava à venda, nem tampouco suas sagradas florestas.

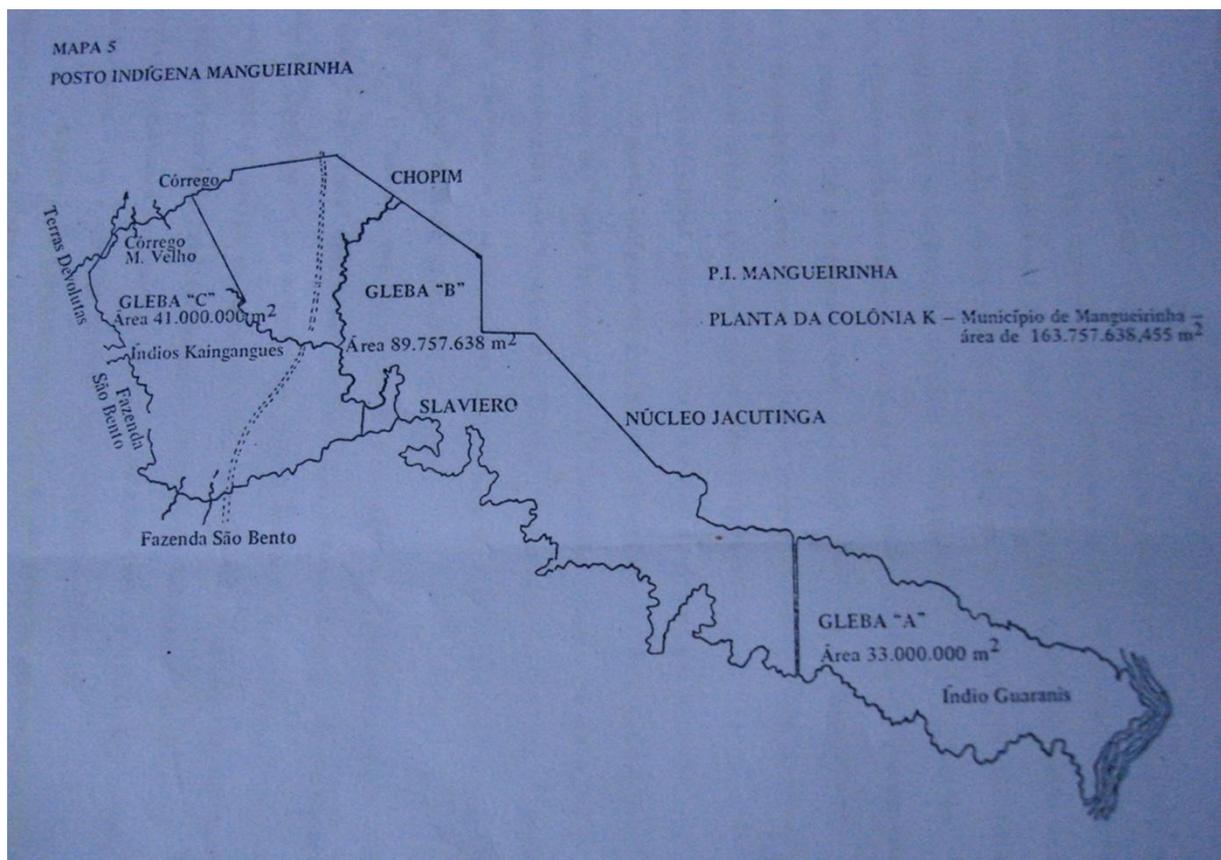
## CAPÍTULO II

### AÇÃO POLÍTICA: A LIDERANÇA DE ÂNGELO CRETÃ

Uma vez falaram assim: ‘podem matar um Cretã, que nascerão outros mil!’ Que nada, depois dele não apareceu nenhum outro. Não tem liderança hoje, eu estou lhe contando... Ah, líder o senhor sabe, a pessoa que representa nós lá, vamos fazer uma comparação ali em Guarapuava vamos falar com o governo, qualquer coisa vou pegar o telefone, se não tá dando certo de lá eu vou lá para Curitiba. Mesma coisa que o pessoal do MST, o pessoal sem-terra, esses tem liderança, quando eles saem daqui chegam em Curitiba, daqui eles estão lá, certo eles irem para Brasília. E como que eles ajeitam as coisas? E o índio por que ele não pode ajeitar? (Argemiro Ferreira dos Santos)

#### 2.1 A CONTENDA COM F. SLAVIERO & FILHOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS S.A.:

FIGURA 1<sup>25</sup>



Fonte: PIRES (1975)

<sup>25</sup> Neste mapa de 1975 a “Terra do Meio”, ainda está denominada de “Gleba B” e consta o nome da madeireira Slaviero que havia se apropriado indevidamente daquela área da Terra Indígena. Atualmente os Kaingang e Guarani recuperaram o uso frutífero de toda a área, depois de retirarem os madeireiros invasores.

As reduções unilaterais de 1949 no Paraná ignoraram os direitos e a opinião dos indígenas, além do Posto Indígena Cacique Capanema atingiram as terras dos P.I. de Guarapuava, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Cândido de Abreu, totalizando uma subtração de mais de 150 mil hectares. No norte do Paraná também em 1949, Moysés Lupion anexou ao município de São Jerônimo da Serra, terras legalmente doadas aos índios pelo Barão de Antonina em 1859. Em síntese os índios no Paraná foram confinados pelo governo estadual com anuência do governo federal, em apenas um terço da áreas originalmente demarcadas, segundo boletim da ANAI de abril de 1980. Em Mangueirinha foram exatamente 8.975,76 hectares expropriados, a chamada “terra do meio” como se referem os índios, através do acordo entre o governo Lupion e o Ministério da Agricultura/SPI para fins de localização de imigrantes e colonização. Como nos esclarece a antropóloga Cecília Maria Vieira Helm (2007):

Com respeito à área física da Reserva Indígena, chamada ‘Colônia K’ pelos técnicos da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, foi dividida em três partes ou glebas: A, B e C. Aos indígenas foram atribuídos 7.400 hectares, referentes as partes A e C. A parte central, B da Colônia K, foi destinada a projetos de colonização, com uma área de 8.975,76 hectares. Mais tarde, a área B passou a ser disputada por grupos econômicos interessados em explorar a cobertura vegetal, a mata nativa de Araucária angustifolia que integra o patrimônio natural da reserva indígena.

Após subtrair esta expressiva extensão do território indígena, o governo estadual repassa a área ao madeireiro Osvaldo Forte, sócio do então jovem deputado Aníbal Cury. Este senhor durante décadas influenciou na política paranaense, ganhando a alcunha de “guru” por aconselhar parlamentares, prefeitos e governadores. Na atualidade seu neto Alexandre Cury é um deputado estadual muito atuante da base governista, e tem como colega na Assembléia Legislativa do Paraná um neto de Moysés Lupion. Além do grupo Forte-Cury, outros trinta e sete (37) colonos adquiriram junto a FCPI, pequenas propriedades naquela gleba. Estranhamente em 26 de fevereiro de 1961, o grupo Forte-Cury e “todos os 37 colonos”, de modo conjunto, venderam a cobertura vegetal das terras da Gleba B, para Ercílio Slaviero & Outros. Na data de 03 de março de 1961, as terras que os colonos receberam para ocupar e cultivar, foram alienadas à empresa F. Slaviero & Filhos S/A – Indústria e Comércio de Madeiras.

Segundo a etnóloga Cecília Helm (2007) que produziu os laudos antropológicos para a disputa jurídica sobre aqueles 8.975,76 hectares de floresta, “líderes Kaingang como José Capanema opuseram-se às expropriações do território indígena. Este cacique que era filho do major Antonio Joaquim Cretã, deslocou-se juntamente com seu filho Joaquim e seu neto João Vicente Capanema seguidas vezes ao Rio de Janeiro na década de 1950 para denunciar o esbulho sobre as terras indígenas.” E também buscar apoio junto ao governo federal, através do SPI e do Ministério da Agricultura, para suas reivindicações. Em consequência destas atitudes os Capanema foram afastados pelo SPI da liderança indígena em Mangueirinha. João Vicente Capanema chegou a ser transferido compulsoriamente no início dos anos 1960, por protestar contra o despejo das famílias indígenas das áreas centrais da reserva. Assim agia o SPI em relação aos autênticos líderes indígena, a “terra do meio” nesta mesma época foi cercada a mando da madeireira Slaviero & Filhos, que passou então a denominá-la de “fazenda”. No ano de 1963 quando da ocupação efetiva pela empresa Slaviero & Filhos da “Terra do Meio”, ou como diriam os tecnocratas do FPCI: a “Gleba B da Colônia K”, foram cometidos muitos atos de violência contra os índios. Os madeireiros beneficiados pelo governo estadual destruíram lavouras, queimaram casas, expulsando com truculência as famílias indígenas que lá moravam. Algumas pessoas com quem conversei, como o casal Domingos e Tereza Goitoto, seu Argemiro dos Santos e dona Elvira Cretã, vivenciaram estes fatos e foram unânimes em confirmar que eles foram cometidos com violência. Existem inclusive fotografias guardadas pela família do índio Roberto dos Santos, de restos de sua casa incendiada na aldeia do Paço Liso após a expulsão das famílias Kaingang. Todos estas pessoas foram contemporâneas de Ângelo Cretã, que em 1963 tinha vinte anos de idade e havia decidido deixar a casa de seu tutor, para voltar a viver junto com seus parentes índios. Novamente recorro à entrevista de seu João Antônio de Moraes, que comentou este decisivo momento na trajetória de vida de Ângelo Cretã:

(...) Meu “fio” eu tô aborrecido com isso eu vou embora lá para minha terra. (...) E ele estava trabalhando de caseiro meu aqui, eu tinha oito boi de canga para fazer lavoura. E ele disse: - ‘Eu sozinho lá com esses peão que tem eu faço, mais me faz muita falta vocês, as vezes saio de lá e venho de noite para pedir benção para vocês.’ Daí mudei para cá (sítio vizinho da terra indígena onde seu João Antonio reside atualmente). - Daí que ele foi passear lá no Posto e eles convidaram ele, até o encarregado do Posto tinha morrido neste caminho de Brasília, tinha acidentado.(...) Daí ele veio e me falou: - ‘O chefe do

Posto e os índios me convidaram para mim ir para lá'. E eu disse: - 'Meu fio a tua cabeça é o teu dirijo, o que eu puder te ajudar te ajudo. O dia que você se lembrar que este velho te criou, venha almoçar comigo, jantar comigo, tomar um chimarrão, que as portas da minha casa estão abertas para você.(...) Então a gente não esquece as coisas que nós passemos.

As memórias de seu João Antonio nos esclarecem com precisão que Ângelo Cretã retornou a viver no Posto Indígena Cacique Capanema, justamente durante o transcorrer das arbitrariedades cometidas na ocupação da “terra do meio”. Logo em seguida o SPI implantou o já mencionado sistema do “panelão”, ou “lavoura coletiva”, que se manteve nos primeiros anos de atuação da FUNAI. Os chefes de Posto impunham um regime de submissão e trabalhos forçados, sob a máscara da ambígua diretriz de “proteção ao índio”. Neste período sombrio para os Kaingang e Guarani de Mangueirinha, os próprios representantes indígenas eram escolhidos conforme os interesses do chefe do Posto. Tais “lideranças” cooptadas pelos agentes do SPI eram também parentes dos demais índios, fator este que ainda causa desconforto entre os Kaingang quando recordam aqueles tristes acontecimentos.

De acordo com a antropóloga Cecília Helm (2011), depois que João Vicente Capanema foi transferido para o P.I. de Rio das Cobras em 1963, o SPI aliciou os Luis dos Santos, valendo-se da manipulação do faccionalismo presente na cultura Kaingang. Helm nos aponta também que tanto os Capanema, como os Luis dos Santos descendem diretamente de Antonio Joaquim Cretã. Cecília Helm nos informa também que o ramo dos Capanema cujo nome deriva do aportuguesamento do nome Kaingang: “Kapanim”, tem uma raiz patrilinear, pois o cacique José Capanema é filho de Antonio Joaquim Cretã. Já os Luís dos Santos descendem de uma filha do major Antonio Joaquim Cretã que casou-se com o índio Luís dos Santos. Mas com o desenrolar dos acontecimentos, o grupo dos Luís dos Santos percebe que o SPI e a FPCI os havia ludibriado. Ocorre que os índios de Mangueirinha sempre lutaram pela integridade de suas terras, e não seria neste episódio que cederiam facilmente aos interesses de seus novos algozes.

No início da década de 1950, outro grupo de especuladores imobiliários e madeireiros havia requerido judicialmente 500 hectares do “quinhão IX do imóvel Covozinho”, localizado dentro da terra indígena. Nesta ocasião o SPI não permitiu o esbulho, agindo por meios judiciais. Segundo Maria Ligia Moura Pires (1974) : “O

grupo só desistiu de anexar a área indígena, em virtude da decidida reação dos índios em defesa de suas terras”. Esta antropóloga colheu as seguintes declarações de um antigo líder Kaingang (não identificado) sobre aqueles fatos dos anos 1950, que estão diretamente relacionados com as demandas posteriores, sobre tudo na memória dos troncos velhos de Mangueirinha:

(...) Nós era uns cinqüenta índios armados de pistola, de espingarda, nós ia matar gente para valer por causa das nossas terras (...). Então quando começou isso aí (a questão com os Slaviero), eles traziam documentos assim do Estado, querer confundir nós, então os outros entraram também, prevaleceu-se todos de vereda. Queriam tomar tudo isso aqui. Foi duro sabe. Nós estivemos até de prontidão de armamento. Nós ia morrer, mas nós acabava com eles também.(...)

De modo que a defesa da terra e o enfrentamento com grupos exploradores que tentaram avançar sobre aquele território indígena, constituem parte fundamental da resistência histórica dos índios de Mangueirinha.

Agostinho Luís dos Santos, irmão mais velho de Ângelo Cretã, pressionado por funcionários do SPI cumpriu determinações contrárias ao interesses indígenas, como trabalhar na demarcação dos limites da reserva impostos pelo “Acordo de 1949”. Quando percebeu que estava sendo coagido e manipulado pelo chefe do posto e funcionários do FPCI, afastou-se voluntariamente do exercício da liderança indígena. Ângelo Cretã passou então a liderar em meados da década de 1960 o movimento pela retomada da área central da Terra Indígena. Uma causa justa que uniu parentes antes afastados, e aproximava também os Kaingang dos Guarani. Luta ferrenha e determinada presente em muitos depoimentos dos índios de Mangueirinha narrados a antropólogos e jornalistas, como este antológico que Dona Balbina da Luz Abreu narrou à Cecília Helm (2007):

Nós ocupamos essas terras há muitos anos. Nossa gente vive neste lugar desde antes do homem branco chegar, fazendo roças, catando pinhão para comer, tomando chimarrão, pescando, caçando, cuidando de todo este mato. Aqui se criaram os nossos parentes, enterramos os nossos mortos, criamos os nossos filhos e ensinamos para eles as coisas que aprendemos com os nossos avós. Toda essa terra e mata é dos índios, os brancos chegaram depois, foram empurrando os índios. A gente do governo quis tirar dos índios um pedaço grande desta terra e floresta. Aqui tem muito pinheiro. Até hoje estamos brigando na Justiça por aquilo que é nosso.

Diante de tão aguerrida resistência, o grupo Slaviero & Filhos S/A passou a utilizar muitos artifícios para tentar angariar a simpatia dos índios, como a distribuição de presentes e cestas básicas em ocasiões festivas como o “dia do índio”<sup>26</sup>. No início dos anos 1970, a FUNAI chegou a proibir a venda do pinhão e da erva-mate coletada pelos índios na reserva, por entender que os produtos do extrativismo pertenciam ao DGPI. Mostrando senso de oportunidade o grupo Slaviero, resolveu permitir que os índios colhessem pinhões dentro das matas da “fazenda da empresa”. Mas apesar destas ações aparentemente caridosas, os Kaingang e Guarani sabiam quais eram as intenções reais da Slaviero & Filhos S/A - Indústria e Comércio de Madeiras, e por isso persistiram pressionando e exigindo a desocupação da área em litígio.

A demanda na esfera judicial em defesa das terras indígenas, contou com respaldo dos advogados da FUNAI, e foi iniciada no dia 20 de novembro 1974 por iniciativa de Ângelo Cretã, então cacique de Manguairinha. Havia inclusive grupos como Carlos Gemin & Outros, que alegavam posse daquela mesma área, e também brigavam nos tribunais com os advogados da empresa Slaviero. Situação que tornava a questão sobre a legitimidade dos documentos de posse da Gleba C, um emaranhado de ações envolvendo grileiros, madeireiros, políticos, o governo estadual, a FUNAI e os índios. Os Kaingang e Guarani foram vencedores em primeira instância, mas em setembro de 1979, o juiz Lício Bley Vieira, da Segunda Vara da Justiça Federal em Curitiba deu ganho de causa a empresa Slaviero & Filhos. A partir de então, esta e outras sentenças foram proferidas, para posteriormente, serem anuladas judicialmente. E assim novos recursos e apelações foram sucessivamente interpostos pelas diversas partes envolvidas. Atualmente com mais de trinta anos de tramitação, este processo é composto por 70 volumes com mais de 14 mil folhas, segundo dados da 7ª Vara Federal de Curitiba. Um dos mais fortes argumentos em defesa dos índios apóia-se na constituição de 1934 (vigente na época do esbulho), que reza ser nulo qualquer negócio jurídico que busque ceder ou alienar terras ocupadas em caráter permanente por “silvícolas”.

Sob a liderança do cacique Ângelo Cretã, os índios de Manguairinha articularam-se ainda mais determinadamente para reaver suas terras e seus direitos.

---

<sup>26</sup> A partir da instalação do Posto do SPI em 1940 quando cerimônias indígenas tradicionais foram sistematicamente reprimidas, o dia do índio (19 de abril) passou a ser comemorado como uma festa cívica, com direito a hasteamento da bandeira e execução do hino nacional. Nestas ocasiões, eram frequentes a realização de bailes e almoços festivos. (PIRES, 1975)

Vivia-se um período conturbado em todo o sul do Brasil, quando os índios se insurgiram defendendo suas terras e suas culturas. Os Kaingang e os Guarani lutavam igualmente pela desativação das serrarias instaladas pela FUNAI em suas reservas, fruto de políticas impositivas e contrárias aos interesses dos índios. Ângelo Cretã foi um dos expoentes da luta indígena contra as serrarias da FUNAI, em defesa das terras tradicionais e pela autonomia dos povos indígenas. Alguns dias antes de sua morte, o cacique Cretã convocou índios de Nonoai-RS e Chapecó-SC, para ocuparem a área tomada pela madeireira Slaviero. No dia 06 de novembro de 1979, “O Estado de São Paulo” publicou:

ÍNDIOS PRONTOS PARA OCUPAREM ÁREA NO PARANÁ: ‘Sem falar em prazo ou mesmo em data, o cacique Ângelo Cretã de Mangueirinha (PR), deixou claro ontem em Curitiba que os 800 índios Kaingang e Guarani da reserva, vão ocupar a qualquer momento a área de 3707 alqueires, objeto de uma pendência judicial entre a FUNAI e uma madeireira. Depois de participar de uma reunião com funcionários da FUNAI e do INCRA, Ângelo Cretã deu uma rápida entrevista, durante a qual recomendou aos repórteres que não falassem em ‘invasão’ da área. – ‘Não tem sentido – afirmou – falar em invasão de uma área que sempre pertenceu aos índios, e da qual eles foram expulsos. Vamos simplesmente ocupá-la novamente. (...) Agora mesmo – afirmou Ângelo Cretã – fotografamos todos os sinais (ruínas de casas, árvores frutíferas, restos de cerca) que mostram que as terras sempre foram nossas.’(...) Segundo relatos, os Kaingang e Guarani foram expulsos da área em 1961 com violência, através de operação apoiada pelo delegado do SPI na época Alísio de Carvalho. ‘O Alísio – contou Ângelo Cretã – que só prejudicou os índios, morreu e não teve tempo de gastar o dinheiro que ganhou dos grupos madeireiros interessados nos pinheiros daqueles 3707 alqueires.’ Os índios enviaram uma carta ao presidente João Figueiredo na qual protestavam contra a decisão da justiça paranaense, que deu ganho de causa ao grupo Slaviero na disputa pela área. Eles afirmaram na carta ao presidente que se não recuperarem as terras ‘usando a razão social e a voz da verdade’, usarão suas armas: ‘arcos e flechas.’

Em suas entrevistas e depoimentos Cretã chamava a atenção da opinião pública, sensibilizando para a causa indígena a sociedade civil brasileira em sua grande maioria alheia a estas questões. Um ano antes de sua morte, e sofrendo ameaças contra sua vida, o cacique Ângelo Cretã declarou em 1979 para o cineasta Zelito Viana:

Seja qual for a decisão da justiça, contra ou a favor de nós índios, os Kaingang e Guarani vão invadir aquela área, mesmo que isto custe a nossa última gota de sangue.” “(...) Enquanto tiver vida um Kaingang, nos resistimos, peleamos por aquela terra, porque ela é nossa.

A invasão anunciada por Cretã ocorreu em meados da década de 1980, quando os Kaingang e Guarani de Manguairinha com apoio de lideranças de outras aldeias do sul expulsaram os funcionários dos Slaviero, retomando a “Terra do Meio”. Sobre estes fatos, selecionei algumas notícias como esta do Jornal da Tarde de São Paulo, publicada no dia 21 de agosto de 1980:

“ÍNDIOS EM GUERRA” Um grande conflito poderá acontecer caso forças policiais sejam usadas para expulsar os índios que invadiram terras litigiosas na reserva de Manguairinha (PR). Representante do CIMI opina: ‘- Tenho informações seguras de que os índios de pelo menos quatro reservas do sul: Nonoai, Xapecózinho, Palmas e Rio das Cobras, estão dispostos a marchar sobre Manguairinha caso seus patrícios sofram algum tipo de repressão’.

Nas páginas de “O Estado de São Paulo” de 16 de agosto de 1980, podemos verificar o posicionamento da madeireira diante da iniciativa indígena que não aguardou a sentença da Justiça, para reaver as terras que lhes haviam sido usurpadas:

PARANÁ INVESTIGA ATAQUES DE ÍNDIOS EM MANGUEIRINHA: ‘A direção da firma Slaviero, proprietária de uma área litigiosa no Sudoeste do Paraná, invadida pelos índios de Manguairinha, informou que desconhece o fato. Segundo o advogado da empresa, se os índios ocuparam mesmo as terras, tal fato caracteriza-se como invasão de propriedade alheia e desrespeito ao Judiciário.’

Esta primeira tentativa de reocupação da “terra do meio” cometida ainda sob o impacto emocional e político da morte de Ângelo Cretã, fazia parte de uma estratégia maior de retomadas das terras indígenas no sul do Brasil. Expulsar os madeireiros e intrusos da T.I. de Manguairinha tornara-se uma questão de honra para o movimento indígena. Muitos recuos e avanços, como invasões dos índios e posteriores reintegrações de posse para a firma Slaviero & Filhos S.A., ocorreram durante a longa disputa judicial sobre aquela gleba. Os Kaingang nos anos oitenta permaneceram mobilizados, promovendo fechamentos das rodovias que cortam suas terras em protesto contra a lentidão dos tribunais. O líder Ambrósio Luiz dos Santos falou-me que neste período turbulento os índios foram pressionados a assinar um acordo com a FUNAI e a Polícia Federal, onde comprometiam-se a não mais bloquear rodovias. O ex-cacique Ambrósio reiterou nos depoimentos que

concedeu-me, que as ações que liderou foram pacíficas e sem o uso de armas de fogo. Porém a imagem de índios bravos e belicosos lutando por seus direitos estava revigorada, como percebe-se nas entrelinhas da notícia publicada em 26 de janeiro de 1982, no jornal “O Estado de São Paulo”:

ÍNDIOS TEMEM INVASÃO DE ÁREA EM LÍTIGIO: ‘A disputa pela posse de uma área de 3.707 alqueires, localizada no Sudoeste do Paraná, envolvendo a FUNAI, a Madeireira Slaviero e o comerciante Jone Rodrigues de Lima, acabou levando o procurador-geral da FUNAI a viajar no fim de semana para a Reserva Indígena de Mangueirinha com a finalidade de convencer os líderes Kaingangues a não invadirem, nem reagirem armados contra eventuais invasores de terras. Há informações de que ultimamente o cacique Ambrósio – sobrinho do ex-cacique Angelo Cretã – e outros líderes da comunidade indígena passaram a rondar a divisa da reserva armados. E com o pretexto, conforme eles próprios alegaram, de caçar. Os Kaingangues não negaram porém, o fato de estarem contrariados com a liminar do TFR, que favoreceu o comerciante Jones Rodrigues de Lima. Os índios argumentaram que Jone, beneficiado pela de decisão do TFR de exercício pleno da posse dos 9 mil hectares na região, está ultrapassando os limites estabelecidos e invadindo a área indígena.’

A invasão das terras ocupadas pela madeireira Slaviero & Filhos, além de outros intrusos como Jone Rodrigues de Lima, vinha sendo planejada pelos índios desde o tempo em que Ângelo Cretã liderava seu povo. Porém esta atitude radical efetivou-se apenas seis anos após seu falecimento, como nos conta o próprio Ambrósio dos Santos:

(...) Na época tinha um senhor que era o chefe do Posto, um tal de Isaac Bavaresco, e a mulher dele fazia parte desses Slaviero. Então daí quando a gente entrava para cá (área em litígio), pra mór de fazer um movimento, aí esse Isaac da FUNAI dava contra nós. E já comunicava a polícia, e eles tiravam nós. Aí foi que eu assumi de cacique, depois da morte do Ângelo, e nós conseguimos tirar esse Isaac Bavaresco de chefe do Posto, aí a FUNAI mandou um tal de..., me esqueço o nome dele, e nós não conseguimos tirar o Slaviero, por que ele só dava contra. Aí veio outro chefe de Posto, um tal de Rômulo, aquele ‘nossa fazia tudo pelos índios’. Aí ele também incentivou nós: - “ (...) A terra de vocês tá pequena, tá aumentando a população e eu sou a favor de nós tirar os Slaviero. (...)” . Aí comunicamos uma reunião em Curitiba, a superintendência era lá, reunimos todos os caciques, e os caciques deram força para nós. Daí marcamos o dia e viemos, a meia-noite se reunimos tudo na sede, eram 3.000 índios mais ou menos. Foi em 1986 ou 1987, quando foi ali pela meia-noite nós reunimos todo o pessoal, viemos e tiramos tudo os Slaviero da reserva. E já ficamos morando. E ganhamos na justiça, e ganhamos de novo. Mas parece que eles estão recorrendo de novo...

Deste momento em diante, quando recuperaram à força a “gleba B da colônia K”, os índios de Mangueirinha permaneceram em estado de alerta e constante mobilização para manter a posse da área em litígio. Dez anos antes destes acontecimentos, em 1977 durante ato público de solidariedade<sup>27</sup> à uma greve de operários da construção civil em Curitiba, o cacique e vereador Ângelo Cretã declarou:

Quero prestar solidariedade, em nome dos Kaingang e Guarani, a todos aqui presentes, por que nós todos, índios, empregados, agricultores, passamos fome enquanto alguns ricos como os Slaviero se aproveitam do suor da gente, fazendo riqueza nas costas do povo. A nossa luta é uma só, é a luta da miséria contra a fortuna.

Estes inflamados e corajosos discursos vinham alicerçados por uma prática militante combativa, Ângelo Cretã articulava com diversos segmentos da sociedade civil, aproximando as causas indígenas das demandas dos trabalhadores urbanos. Tal exposição teve um alto preço, o líder que sofria ameaças de morte até mesmo pelo rádio, foi assassinado em uma emboscada segundo os índios com quem conversei. Estes mais uma vez divergiam da versão oficial do inquérito da Polícia Federal e da FUNAI, que defende a hipótese de uma casualidade fatídica. Após o falecimento de Angelo Cretã, os conflitos fundiários prosseguiram em Mangueirinha, em 28 de setembro de 1981, o “Jornal do Brasil” (RJ) publicou:

O cacique Kaingang Ambrósio dos Santos, 25 anos, seu pai Francisco, 61 anos, o avô Joaquim, 83 anos e mais alguns outros índios da reserva de Mangueirinha (PR), estão em Brasília para denunciar o tratamento dispensado à comunidade indígena pela Delegacia da FUNAI em Curitiba e reclamar os 8 mil e 976 hectares de terras, que estão de posse da empresa Slaviero S/A, mediante decisão judicial contestada pelo órgão tutelar no TFR. Em entrevista coletiva na sede da CNBB, o cacique Ambrósio – sucessor de Ângelo Cretã, morto em um acidente automobilístico suspeito – afirmou não se tratar de índios revoltados, mas se a solução demorar chegará o momento de partir para a luta. Afirmou ter apoio das aldeias de Chapecozinho(SC), Palmas, Marrecas, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Rio das Cobras (PR).

A luta pelos direitos Kaingang continuava envolvendo terra e sangue, na comitiva reivindicatória que viajou até Brasília em 1981, antigas famílias se faziam representar, como reiteram as palavras do cacique Ambrósio para o Jornal do Brasil. Estive com este homem em abril de 2010 e tomamos um chimarrão enquanto ele

<sup>27</sup> Fonte: Revista EM TEMPO, Sudoeste do Paraná, número 7, fevereiro de 2.000..

falava sobre os acontecimentos dos anos setenta e oitenta. O encontro foi em sua casa de madeira, com uma roça de milho em frente e a floresta ao fundo, nos limites da aldeia do Mato Branco. Afora os fatos políticos, ele contou para mim e para meus guias na T.I. de Mangueirinha: Romancil Cretã e Márcio Kokoj, que preparava uma “ceva” para caçar um tateto que rondava sua propriedade. Seu Ambrósio demonstrou satisfação em ter sua casa e sua lavoura justamente nas terras antes usurpadas pelos madeireiros. Sempre se referindo a Ângelo Cretã com o respeito e a admiração que um grande líder merece, como confirmam estas suas palavras:

Aqui onde eu moro era terra em litígio com o Slaviero, aí tiramos o Slaviero e estamos aqui, que era a idéia do finado Ângelo, retomar de volta o que era nosso. Quando ele faleceu, eu tinha 19 para 20 anos, daí a gente sempre viveu junto com ele, praticamente ele ajudou a me criar, me deu um pouco de estudo. Infelizmente daí ele faleceu, eu tive que abandonar os estudos e comprar a briga dele. Eu sempre participei com ele na parte da liderança, fazia viagens resolvendo problemas em outras reservas que tinha na época, ele sempre era procurado. E a intenção dele sempre foi resolver os problemas indígenas. de todas as reservas. e não só de Mangueirinha.

Em 16 de dezembro de 2005, o Juiz Federal Substituto da 7ª Vara Federal de Curitiba, sentenciou:

Reconheço a posse indígena dos índios Kaingang e Guarani sobre a Gleba B da Colônia K, e conseqüentemente, o domínio da União Federal sobre as mesmas e, se as referidas terras eram ocupadas pelos índios, eram constitucionalmente do domínio da União.

Seu Argemiro Ferreira dos Santos, esteve presente nesta audiência e recorda:

Foi na quinta instância que eu tive lá, nós entramos no fórum uma hora dessas (início da tarde) e quando saímos já era 07 horas da noite, a cidade (Curitiba) já estava toda iluminada, e já estava tudo amarrado e quem se amarrou foi os próprios defensores do Slaviero.

O cacique Valdir dos Santos Kokoj, também nos deu seu relato a respeito daquela histórica sessão da Justiça Federal:

A última audiência que teve, eu não lembro a data, que eu ia para audiência no outro dia como neto dos mais antigos que ainda moravam aqui. Que a professora Cecília Helm, citou o meu nome lá. Quando eu ia viajar, com meu tio Ambrósio e o Argemiro, os caras me perseguiram na noite. Fui fazer uma corrida para um índio na aldeia Paço Liso que era do Slaviero, quando eles viram meu carro sair daqui de casa eles me perseguiram. Eu deixei a família eles estavam numa subida me aguardando, eu peguei outro caminho e eles correram atrás de mim. E eu saí lá no município de Chopinzinho,

daí dei a volta e saí lá no meu tio Ambrósio para avisar ele que o pessoal me perseguiu. Daí peguei o número da placa e passei para polícia e a polícia descobriu quem era, e no outro dia a gente viajou tranqüilo, meio com medo mas viajou. Por que era uma audiência importante para o nosso povo, para terra indígena. E naquela audiência lá a professora falou que tinha um neto ainda do Capanema velho que era liderança. E os Slaviero não acreditaram que ainda tinham pessoas descendentes daquele Capanema que foi o cacique primeiro que teve. Foi lá que a gente conseguiu reverter a situação, conseguiu ganhar, aonde o pessoal dos Slaviero se perdeu tudo nos depoimentos, acabaram quase indo preso. Por dar um testemunho e de repente modificar no meio da audiência, e aonde a gente saiu de lá feliz. E hoje é definitivo, já ninguém tira mais nós dali. Mas houve perseguição em mim, até pelos Slaviero.

Esta decisão judicial foi uma grande vitória comemorada pelas comunidades Kaingang e Guarani, e muito significativa para o movimento indígena no Brasil. Atualmente este processo encontra-se no Tribunal Federal da 4ª Região em Porto Alegre, pois mais uma vez os advogados da madeireira Slaviero & Filhos S/A recorreram da decisão judicial, visando obter alguma indenização financeira do governo estadual. Mas nas sete aldeias da Terra Indígena de Mangueirinha onde vivem os parentes de Ângelo Cretã e descendentes do major Antonio Joaquim Cretã, os Luis dos Santos, os Souza, os Capanema, os Guedes, os Goitoto, os Crespo, os Ferreira, os Mendes, os Oliveira, o senhor João Antonio de Moraes e os Guarani da Palmeirinha, ninguém tem dúvidas há quem pertencem aquele solo e aquelas matas.

## 2.1 TEMPO DE MUDANÇAS E CONQUISTAS: A GESTÃO DO CACIQUE ÂNGELO CRETÃ:

Há homens que lutam um dia e são bons, há homens que lutam anos e são muito bons. Mas há homens que lutam a vida inteira, estes são imprescindíveis. (Bertold Brecht)

FIGURA 2 – ÂNGELO CRETÃ - IMAGEM 1



Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

Quando ascende no ano de 1971 à função de cacique do Posto Indígena de Mangueirinha, Ângelo Cretã estabelece o fim da subserviência imposta aos indígenas pelos chefes do Posto. A mediação entre as comunidades Kaingang e Guarani e a FUNAI era efetivada na relação assimétrica entre o chefe do Posto e o cacique. Antes da gestão de Cretã, os caciques simplesmente acatavam as determinações do chefe do Posto, ordens que retransmitiam aos demais índios. Com Ângelo à frente de seu povo estas posições começaram a ser alteradas, processando-se assim os primeiros movimentos de uma inversão estrutural nas

relações de poder daquela reserva. O chefe do Posto neste novo contexto passou a ter a necessidade concreta de negociar e ouvir de fato as reivindicações indígenas. Por sua vez o cacique Cretã, fiscalizava as ações do chefe do Posto e o andamento dos projetos da FUNAI, trabalhando decididamente para obter cada vez maior autonomia administrativa. De modo que os Kaingang e Guarani, começavam ter maior participação nas decisões políticas no P.I. de Manguairinha, e aos poucos passaram de tutelados à condutores do destino de suas comunidades.

Os índios antes tidos como rebeldes, aqueles que opunham-se à usurpação de suas terras e que transgrediam as ordens de chefes do Posto como o tal sargento João Bosco e o tenente Florisbaldo, já não eram mais transferidos compulsoriamente. Nem tampouco sofriam ameaças ou eram presos nas cadeias dos postos indígenas, agora eles retornavam para viver na terra conquistada por seus avôs. Estes companheiros de lutas de Ângelo Cretã, passaram a sentar à mesa de negociações com os novos representantes da FUNAI, para estabelecerem pelo diálogo novas regras e normas sociais. As relações entre os índios e o Estado brasileiro estavam naquele momento sendo reestruturadas na prática, porém este processo foi gradativo e dinâmico com retrocessos, impasses e avanços. As ações concretas de Ângelo Cretã enquanto líder Kaingang foram decisivas para o amadurecimento de uma nova conjuntura social interétnica no sul do Brasil. É bom não esquecermos, que em 1971 a ditadura militar encontrava-se em seu auge, aliando autoritarismo e desenvolvimento econômico sustentado pelo endividamento externo. Naqueles “anos de chumbo”, os povos indígenas estavam constitucionalmente sob a tutela do Estado, situação que só foi alterada com o advento da restauração democrática na “Nova República” e a promulgação da constituição de 1988. Apesar deste panorama político onde imperava o arbítrio, que privilegiava as elites econômicas e reprimia as classes populares, os índios de Manguairinha organizaram-se para conquistar cidadania e fazer valer seus direitos constitucionais.

Para tanto, muitas lutas foram travadas diariamente, onde a oralidade que retransmitia os pontos de vista Kaingang e Guarani de geração à geração, exerceu importante influência no processo de conscientização e mobilização política indígena. Um elo contínuo e ramificado de narrativas tratando da memória da terra, da gente do mato, da chegada dos brancos, da abertura de estradas, dos militares e da “compra” da reserva pelo major Antônio Joaquim Cretã, e sua posterior

usurpação pelo governo dos brancos. A repressão individual e coletiva (transferências, cadeia, espancamentos, queima de casas, trabalhos forçados), não apagou em nenhum momento a consciência étnica, nem tampouco a memória sobre os fatos ocorridos naquela terra indígena. As adversidades impostas pela segregação racial geraram por seu turno a necessidade para os índios de enfrentá-las, nestas lutas novos líderes e guerreiros foram forjados. Neste ponto, consolidou-se a união entre as facções Kaingang e também a aliança com os Guarani, pelo fim da “perseguição” e por maior autonomia indígena dentro de suas próprias terras.

Ângelo Cretã personificou o grande líder que comandou este processo entre 1970 e 1980, ocupando espaços políticos no mundo dos índios e no mundo dos brancos. No âmbito das relações políticas internas do povo Kaingang, Cretã atuou com a amplitude dos antigos paí-bang, construindo alianças com outras lideranças indígenas em toda a região sul. Sempre dialogando com seus pares, pressionando as agências governamentais para o cumprimento de suas atribuições e promessas para com os índios. Assim, ele utilizava sua visão política aguçada e seu conhecimento das “regras do jogo” entre os “civilizados”, para trabalhar a favor de sua gente. O engenheiro agrônomo vinculado a FUNAI, Edivio Batistelli, que coordenou na década de 1970 um projeto de desenvolvimento agrícola denominado PRODEC junto as comunidades indígenas do sul, fez a seguinte afirmação:

Naquela época vivia um processo de depopulação das sociedades indígenas no país, o Paraná ostentava naquela época 2.600 índios, para se ter uma idéia hoje são 14.000 aproximados. Vencemos este processo de depopulação, com base em três fatores importantes: a recuperação dos territórios, os tratos sanitários com base nas vacinações e em terceiro alguma produção de alimentos. E neste processo é que eu me encontro com Ângelo Cretã. Por que o Cretã viveu fora da aldeia de Mangueirinha trabalhando como tratorista, no que se chamava de granjas da região, as lavouras dos regionais. (...) Pelo conhecimento do processo interativo entre índios e não índios, ele tinha um conhecimento forte da sociedade não índia, por que viveu fora. Ao retornar para área, eu diria até que ele tinha um conhecimento mais de fora do que dentro. (...).

A opinião expressa por Batistelli de que Ângelo Cretã tinha um conhecimento “mais de fora do que de dentro”, deve ser questionada em alguns aspectos. As relações de Cretã com Batistelli, foram sobre tudo administrativas, relativas a FUNAI e pertinentes à projetos agrícolas como o PRODEC. E neste ponto concordo com Batistelli, afinal o conhecimento agro-pecuário de Ângelo foi desenvolvido na prática

e através dos ensinamentos de seu tutor branco João Antônio de Moraes. Como também é coerente a afirmativa de que trabalhar como tratorista para “granjeiros” da região e viver por um período fora das aldeias, trouxe a Ângelo uma maior compreensão da sociedade envolvente não indígena. Como lembrou dona Elvira Cretã:

(...) Trabalhou, ele empreitava roça assim fora para o pessoal daqui fazer para ganhar, por que daí não tinha meios, se não sair para fora não tinha meios de ganhar. Daí foi o Isaac Bavaresco, o chefe do posto. (...).

Porém internamente Cretã sabia muito bem articular-se com os grupos familiares e locais, promovendo assim uma unidade política nas aldeias sob sua liderança calcada nas oposições e complementaridades destes segmentos dentro da sociabilidade Kaingang. Outro fator que atesta Ângelo possuir “conhecimento de dentro”, da cultura indígena, é o fato declarado por seus familiares e amigos, que ele falava o Kaingang e compreendia o idioma Guarani. Tais saberes étnicos, foram determinantes para que sua liderança se expandisse para as demais comunidades indígenas do sul do Brasil. Cretã também estimulava seus familiares, amigos e companheiros de luta indígena a estudarem e praticarem o idioma Kaingang, buscando com isso reavivar a cultura tradicional em Mangueirinha. Através de um processo de enfrentamento e ruptura com as práticas etnocêntricas do governo federal e a dubiedade do seu indigenismo, iniciava-se a instauração de uma nova ordem no contexto micro-social do Posto Indígena Mangueirinha. Tais êxitos do cacicado de Ângelo Cretã, irão reverberar nas demais aldeias do sul do Brasil, e afetar suas relações institucionais com a FUNAI.

Destaco para análise e elucidação destes fatos históricos, o depoimento da viúva de Ângelo, dona Elvira dos Santos Cretã. Atualmente com 63 anos, ela é mãe de três filhos: Romancil Cretã, Márcio Kokoj e a professora Eloy Aparecida Cretã. Esta sua filha leciona atualmente na escola da T. I. de Mangueirinha e coordena projetos de “reavivamento da cultura e do idioma materno”, enquanto seus irmãos residem em Curitiba e militam na ARPIN-SUL. Tive o privilégio de ficar algumas vezes hospedado na casa de dona Elvira Cretã na aldeia da Campina, ela inicialmente sentiu-se constrangida em gravar entrevista. Mas no transcorrer de conversas informais quando bebíamos café em volta do fogão a lenha, ela me revelava aos poucos muitas coisas à respeito de seu falecido marido, de seus pais, seus tios e de si mesma. Quando enfim decidiu me conceder uma entrevista, dona

Elvira rememorou momentos decisivos de sua juventude, como a fuga empreendida para realizar seu casamento:

Conheci ele quando eu tinha treze anos, depois nos namoremos seis anos. Naquele tempo os pais não deixavam a gente casar e foi, foi que nós fugimos. Fomos para Ponta Grossa, depois voltamos e fomos para o Mato Branco na casa do tio dele o João Antonio.

Dados esclarecedores vem à tona no depoimento de dona Elvira à respeito de seu casamento com Ângelo Cretã, efetuado em uma fuga para contornar a oposição do poder paterno de seu Francisco Luís. Tradicionalmente eram os pais que arranjavam os casamentos das filhas, mesmo com a adoção do cristianismo e o abandono de práticas como a poligamia, entre os Kaingang o pai continuou tendo domínio sobre o destino de suas filhas. Além do que o casamento oficial requer um “serviço de noiva”, uma festa com convidados, comidas e bebidas e trajes apropriados, o que implica em novos gastos. O recurso da fuga é uma maneira de evitar tais despesas, e ocorre com certa frequência entre os Kaingang, situação já observada por pesquisadoras como Juracilda Veiga na T.I. de Xapecózinho, Maria Ligia Moura Pires e Ângela Sacchi em Mangueirinha. Na grande maioria das vezes os noivos transgressores das normas sociais vigentes, contam com a colaboração e o abrigo temporário de algum parente. Este apoio de parte da família à aventura amorosa dos jovens fugitivos, acaba legitimando o ato transgressor, e depois do casal ter passado uma noite juntos, o casamento é dado como fato consumado. Foi justamente desse modo alternativo que aconteceu o matrimônio de Ângelo e Elvira. Em entrevista para a antropóloga Ângela Sacchi (1999), dona Elvira Cretã falou do rigor de seu pai Francisco Luís quanto ao namoro das filhas:

(...) Não pode, não deixa... Nós namoremos seis anos com ele assim na casa, ficava ali um pouco, ele vinha na casa, no mato não, saía passear um pouco, ele vinha na casa, ficava ali um pouco, mas já ia de volta, nunca que ficava à noite. (...) Não podia dar beijo e nem a mão podia pegar, não podia fazer nada, só andar de lado, de par do outro (...).

Neste caso específico prevaleceu a vontade do jovem casal sobre a tradição e a autoridade paterna. E mesmo que o recurso da fuga não seja uma raridade entre os Kaingang contemporâneos, ele demonstra a determinação e as personalidades fortes dos jovens Ângelo e Elvira. Agora vamos retornar, ao depoimento que dona Elvira concedeu-me em 2011, onde situações de caráter político são abordadas:

(...) Daí depois eu fui para as Marrecas que meu pai estava morando lá, que tinham transferido ele. Eu fui para ter a menina, fazia oito meses que nós estávamos ali. Daí depois voltamos de lá, moramos na área Guarani, daí viemos para cá morar aqui. Só que aqui o chefe continuava o mesmo que tinha transferido o Ângelo daqui. O cacique eram os meus tios o José Hilaúdio e o Marcelino, mas não era cacique era liderança assim que nem tinha o capitão, o tenente, o sargento, mas quem mandava era o tenente Florisbaldo. Foi ele que afastou para as Marrecas o meu pai Francisco Luís daqui, por causa que ele não queria trabalhar de graça no panelão, não queria obedecer as ordens dele. E o Ângelo também foi afastado pelo mesmo motivo saiu daqui, foi em 1969. O finado pai deu um sítio para nós, nós não tínhamos nada, só a menina e os cachorros. (...)

Em certos momentos de sua entrevista, Elvira Cretã recordou das transferências forçadas dos índios que questionavam as ordens do tenente Florisbaldo. Medidas drásticas que afastavam as pessoas punidas de seus grupos familiares, e exilaram líderes como seu pai Francisco Luís e o seu próprio marido. Elvira destacou também o papel de “carrascos” exercido pelos seus tios que atuavam como lideranças indígenas fantoches, manipulados pelos chefes de Posto não-índios. Neste confronto de poder deparavam-se familiares, ampliando rancores entre grupos faccionais, os Kaingang sob pressão dividiam-se, alguns eram beneficiados pelo chefe do posto, trabalhando contra os interesses de sua própria gente. A condição econômica em que se encontrava o casal Elvira e Ângelo, era igual a de tantos outros jovens Kaingang. Eles nada possuíam de bens materiais, e o sítio que “ganharam” do seu Chico Luís, refere-se ao direito de uso para plantio de uma pequena área da reserva. Dona Elvira prosseguiu recordando:

Depois quando voltamos de lá (de Marrecas), o pessoal estava saindo tudo daqui, tudo embora, não estava ficando mais ninguém, só tinha quatorze famílias. Daí eles começaram vir falar com ele. Daí o finado pai já tinha voltado das Marrecas e estava morando aqui, daqui ele foi morar em Xanxerê. Daí o finado Ângelo disse nós vamos embora lá com o teu pai, por que aqui não está dando certo. Ele trabalhava um pouquinho para nós, e um pouquinho para eles de graça, para o chefe do Posto. (...) Mas os índios que ficaram aqui começaram a vir aqui em casa e falar com ele. E o Ângelo dizia, nós podemos mudar isso aqui que não está certo, vai vir outro chefe de posto e a perseguição vai continuar do mesmo jeito. Então vamos fazer uma reunião e falar com este chefe que entrou agora, o seu Artur. Depois do Florisbaldo, entrou um tal de João Bosco que continuou do mesmo jeito judiando dos índios. Daí veio esse Artur, daí o Ângelo disse vamos lá falar com esse chefe, ou ele muda e se ele não mudar eu também vou embora e vai sair todo mundo. Eles foram lá, se reuniram eram em quatorze, foi de manhã, daí disse de tarde vocês vem aqui fazer uma reunião, para por outra liderança, vamos trocar esses que tem. Eles não queriam mais os carrascos.

Daí eles fizeram a votação, eram quatorze votos e o finado Angelo tirou sete votos, aí ele ficou de cacique. Sei que vieram tudo alegre de lá. (...) Daí ele falou com o chefe do Posto e disse nós vamos fazer outra reunião e o senhor vai mudar, nós não queremos mais aquela vida dos outros chefes nós queremos mudança. Eu quero que meus índios trabalhem, quero arrumar serviço fora para eles. Sei que daí ele ficou de cacique, daí o pessoal começou a vim de volta, os que tinham saído foram voltando. Até meu pai voltou para cá (...).

O esvaziamento da população da reserva, chegando a ficar apenas 14 famílias Kaingang lá residindo<sup>28</sup>, demonstra o processo de descaracterização que sofreu aquela Terra Indígena. Ambrósio Luís dos Santos, cacique que sucedeu Ângelo, confirmou em entrevista os relatos de Elvira dos Santos Cretã, contribuindo também com significativas informações sobre aquele período de transição:

(...) Naquela vez foi com o tenente Florisbaldo que era o chefe do Posto, e ele perseguia muito os índios. Porque aqueles que não queriam mais ser escravos, ele mandava prender, mandava surrar. E daí eles começaram a sair para outras reservas, trabalhar fora e aqueles que não obedeciam ele prendia e mandava para outra reserva. Aquele lá judiou dos índios, era tenente reservado, foi o pior que teve (...). O Ângelo melhorou a agricultura, educação, a saúde ele sempre procurava melhorar. Antes dele entrar de cacique, aqui era tipo escravidão, ninguém podia fazer nada para si, tinha que fazer só para o chefe do Posto da FUNAI. Os índios trabalhavam bem dizer para eles, onde ali foi uma briga do finado Ângelo Cretã que não aceitava. Estava ficando difícil para as pessoas sobreviverem, daí tinha que comer no tal panelão, as crianças já estavam modificando o jeito de ser. Aquilo lá era tipo uma tropa de escravos, o índio trabalhava o dia inteiro, desde cedo. E quando chegava o meio-dia tudo reunido para comer no panelão, uma comida só e não era uma comida boa. E se o índio não obedecesse ia para cadeia e apanhava, era difícil. E o finado Ângelo uma vez comprou uma briga, eu tinha uns 16 anos, ajudei ele desde essa época, eu era pía. Daí tiramos, naquela época, nem cacique não era, era capitão que eles diziam, tiramos o capitão um tal de Gonçalves. Só quem comandava era o chefe do Posto que nessa época era um tal de João Bosco.

---

<sup>28</sup> – “(...) os índios foram obrigados virtualmente, sob a ameaça do uso da força, a trabalharem em lavouras coletivas que fracassaram, como era de se esperar. Seguiu-se um período de fome e penúria, que aliado ao clima de violência e insegurança criado pelo chefe do posto, fez com que das 54 famílias Kaingang existentes na época em que o chefe do Posto assumiu suas funções, ficassem apenas 14, dois anos e meio depois. As demais tinham fugido ou sido transferidas para outros postos, sob o pretexto de ‘perturbação da ordem e rebeldia’. (...) Esse chefe de posto, um tenente da reserva, procurou implantar no posto um regime de quartel, no que foi ajudado pelo ajudante de enfermagem que atualmente exerce a função de chefe do posto, sargento da Polícia Militar que deixou o cargo para trabalhar no Posto a convite do tenente. Os índios contam que as sete horas da manhã tocava-se a alvorada e eles tinham que ir para o trabalho. Se algum deles faltasse (homens e mulheres), o chefe do Posto mandava a polícia indígena a sua casa para buscá-lo. Esse chefe de Posto chegou ao cúmulo de criar uma ‘polícia feminina’ aos moldes da masculina, para poder castigar as mulheres faltosas.” –in: PIRES, Maria Ligia Moura (53: 1975)

Dona Elvira e seu Ambrósio analisaram os mesmos episódios sob diferentes perspectivas, ele ainda um “piá” de 16 anos que via no exemplo e liderança de Ângelo uma esperança concreta de mudanças. E ela como esposa e mãe dos filhos de Ângelo, que acompanhou o início da trajetória do futuro cacique, narrando fatos que vivenciou ao seu lado. Porém nos dois depoimentos transparece que o apoio da comunidade indígena conquistado por Ângelo Cretã, era fruto de sua postura corajosa de confronto com as irregularidades cometidas pelos tenentes e sargentos chefes do Posto.

A eleição de Ângelo Cretã para cacique foi a primeira realizada de forma direta em Mangueirinha, com o voto livre dos índios adultos. Procedimento democrático que após este pleito emblemático virou norma padrão para escolha do cacique entre os Kaingang daquela localidade. Havia ocorrido um vácuo na ocupação da posição de poder mais elevada para um índio naquela reserva, desde meados dos anos 1960 quando o grupo Slaviero apropriou-se da “Terra do Meio”. Todos os depoimentos que colhi entre os mais antigos afirmam que naquele período, não havia caciques e sim lideranças, no máximo índios promovidos à “capitão” que obedeciam ordens de um branco funcionário do SPI (até 1967) e depois da FUNAI. E até mesmo antes desta fase obscura, no Brasil os caciques de grupos aldeados á se encontravam subordinados aos chefes de Posto.<sup>29</sup> Os depoimentos colhidos em nosso trabalho de campo demonstram que matrizes ideológicas do século XVIII, persistiram na prática administrativa orientando as políticas do SPI e da FUNAI durante quase todo século XX. As funções dos chefes de Posto continuavam análogas às dos antigos Diretores de Índios: manter os nativos confinados em reservas, trabalhando sob seu controle e cumprindo suas ordens, visando com isso sua assimilação pela sociedade nacional.

---

<sup>29</sup> Para compreender esta complexa relação interétnica de colonialismo interno, entendo ser preciso analisar suas raízes, que se encontram na política indigenista implementada pelo Marquês de Pombal. Após a expulsão dos jesuítas do reino de Portugal e suas colônias, é instituído em 1757 o “Diretório dos Índios”, e com ele a figura do “Diretor dos Índios”, autoridade máxima nos aldeamentos. O cargo de Diretor dos índios continuou vigorando inclusive depois da extinção do “Diretório dos Índios” em 1798, e até mesmo após a independência do Brasil. A princípio aquela legislação preconizava que os “principais indígenas” governassem suas aldeias, para logo em seguida argumentar que os índios seriam incapazes de se auto-governar devido a sua rusticidade e ignorância. E por tais razões o “Estatuto dos Índios” pregava a necessidade de se ter um branco para dirigir os Índios, instruí-los em português e conduzi-los ao trabalho e a fé católica.

Ângelo Cretã com o auxílio de seus companheiros, questionou, enfrentou e desconstruiu tais diretrizes, desde o início do seu cacicado. Os arrendamentos de terras para não-índios dentro da T.I. de Mangueirinha, promovidos pelos chefes do Posto, acentuavam um processo de ocupação daquela reserva por não-índios. Ângelo exigiu uma reunião das lideranças indígenas com o recém chegado chefe do Posto, o senhor Artur Gastão Gora, para que tais coisas mudassem, iniciando um processo de desintrusão de suas terras. Estas negociações bilaterais acabaram definitivamente com o sistema do panelão, e permitiram aos índios a busca de trabalho remunerado fora da reserva. Novamente recorro ao depoimento do senhor Ambrósio dos Santos, índio Kaingang da metade Kayrú que considera seus avôs, como os “primitivos” de Mangueirinha, suas memórias elucidam as conquistas iniciais do cacique Ângelo Cretã:

Sim, ele assumiu de cacique e a primeira vitória que ele conseguiu foi essa, por que na época a gente trabalhava sem ganhar nada, só pela comida. E ele conseguiu um empréstimo com um fazendeiro de Coronel Vivida, aí ele pagava para nós sete reais por dia para nós roçar. Daí fizeram um alqueire de roça para cada família, e daí para frente foi cada um mandando no que é seu. Hoje está bem, praticamente cada um é senhor de si, obedecemos o cacique por que é uma tradição nossa.

A política de valorização do trabalho mediante a remuneração, possibilitando uma renda extra às famílias, vinha ao encontro dos anseios dos índios, especialmente dos mais jovens, e foi prontamente efetivada pelo recém eleito cacique Ângelo Cretã. Ele angariou recursos para o pagamento de diárias aos índios trabalhadores nas lavouras coletivas, via um empréstimo, demonstrando dinamismo e visão empreendedora. Através de medidas emblemáticas como esta, Cretã conquistou ainda mais simpatizantes entre seus pares. Vale recordar que antes de sua gestão, aos índios de Mangueirinha não era permitido trabalhar fora da aldeia, eles só saíam da reserva mediante autorização assinada pelo chefe do Posto. Fora isso as roças familiares não eram incentivadas, impondo o regime de servidão das “lavouras coletivas”, cujos excedentes eram apropriados pela FUNAI para suposta manutenção dos seus Postos. De modo que no período anterior ao cacicado de Ângelo Cretã, os índios encontravam-se reprimidos, descapitalizados, mal vestidos e explorados, mesmo vivendo em cima de terras riquíssimas em recursos naturais.

Já no final de sua fala Ambrósio dos Santos declara que o poder do cacique: - “é uma tradição nossa”, fator que é uma característica cultural marcante dos índios Kaingang. E vem sendo apontado por cronistas como o padre Chagas Lima e o engenheiro Pierre Mabilde, desde os primeiros relatos etnográficos a respeito deste povo. O centralismo político dos antigos paí-bang era exercido a partir de uma rede de relações entre grupos familiares que constituíam grupos locais convivendo em um mesma região. Ricardo Cid Fernandes (2004), destaca:

Sempre os chefes Kaingang estão no centro da própria composição das comunidades. Sempre de forma mais ou menos explícita, a atuação das chefias Kaingang é descrita como decorrente do caráter faccionalista da organização desta sociedade.(...) Nas descrições dos oficiais provinciais, missionários, autoridades e outros observadores do século XIX, a definição de grupo(s) Kaingang referem-se às unidades sociais de identidade político-territorial, as quais passam a ser designadas a partir do nome de seus chefes, ou a partir de referência territorial. Todos, no entanto, descrevem tais unidades como formada pela articulação de diversos grupos locais – ‘pequenas tribos, constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados’ – que com seus respectivos ‘chefes ou caciques estão sujeitas à uma autoridade superior’ (MABILDE, 1892, p. 42).

Tais considerações aplicam-se com precisão no caso específico da T.I. de Mangueirinha, que antes mesmo da criação do município, a área indígena era conhecida como “Campina do Kretã” ou “Campina dos Índios” . Pode-se verificar claramente que as relações de poder internas daquela comunidade estão estruturadas socialmente por unidades familiares que compõem os grupos locais. Os atritos e fissuras destes grupos, assim como suas alianças e articulações são as molas mestras que movimentam suas relações políticas e sociais. Novamente percebe-se que os laços consanguíneos permeiam a concepção Kaingang a respeito de seus territórios e relações de poder. Bem como suas práticas políticas seguem fundamentadas como no tempo dos antigos: em laços de parentesco e nos direitos e deveres que deles derivam. O cacique atualmente “governa” contando com auxílio de 12 “lideranças”, todos homens, na composição de seu grupo de líderes são observadas tanto a representação de cada aldeia (incluindo a dos Guarani na Palmeirinha), como a dos grupos familiares. Valdir Kokoj está no comando da T.I. de Mangueirinha há mais de dez anos, situação incomum naquela comunidade, Ângelo Cretã faleceu no oitavo ano de sua gestão. Antes deles, somente o cacique Capanema e seu pai major Antonio Cretã lideraram os índios de Mangueirinha por

longos períodos ininterruptos. O atual cacique é elogiado por alguns que o avaliam como laborioso e criticado por outros que o consideram autoritário, divisão interna que não foge ao caráter faccional Kaingang. O cacique Valdir Kokoj em seu depoimento fala de política Kaingang, administração da Terra Indígena e compara-se a seu tio Ângelo Cretã:

(...) É uma eleição igual a de fora, só que a nossa é mais democrática. Antes de mim quando o Angelo assumiu naquela época logo foi morto. Ele foi um dos primeiros que conseguiu quebrar aquela barreira do SPI de perseguição que tinha na época. Mas não durou muito tempo, que quando um líder começa a destacar os políticos de fora tentam derrubar a pessoa. E é o que aconteceu com ele, então a gente tem que tomar muito cuidado nesta parte. (...) E como eu falei depois do Angelo teve nove caciques, mas ninguém teve um pensamento igual o Ângelo, ele tinha um pensamento voltado para a comunidade. E foi eleito vários caciques ali, como meu pai, meu tio, mas ninguém pensou como o Ângelo, eles viram o trabalho dele mas não seguiram. Decerto de lá onde ele está, ele viu que não seguiram sua linha de trabalho. Ele deixou bem estruturada a terra, com casas, com equipamento agrícola para seguirem o trabalho. Mas como há mal líder lá fora, na aldeia não é diferente, acabaram com o que tinha. E só pensaram em vender madeira e arrendar terra, tinha mais de 200 famílias de fora arrendando terra e morando dentro da aldeia. Foi um trabalho difícil para nós, eu já era grande daí já participei nesta época da retirada deste pessoal de arrendamento em 1995 junto com o governo do Estado.(...)

Valdir dos Santos Kokoj aponta que os antigos problemas enfrentados por Ângelo Cretã, como a venda de madeiras e arrendamento de terras para não-índios, voltaram a ocorrer em Mangueirinha. Assim madeireiros regionais e atravessadores fizeram acordos ilegais com determinadas lideranças Kaingang para corte e retirada de madeira da reserva. Prática que é proibida pela legislação ambiental, e que foi coibida pela fiscalização do IBAMA, IAP, FUNAI, Polícia Militar do Paraná e Polícia Federal, diminuindo assim sua incidência. Atribuindo responsabilidade por estes desvios a outros caciques, também seus parentes, Valdir Kokoj coloca-se na posição de sucessor autêntico de seu tio Cretã, que “lá do lugar onde ele está, enxerga quem está seguindo sua linha.” Na continuidade de sua fala, o cacique Valdir nos traz informações sobre a sua própria eleição:

(...) Na verdade eu não queria esse cargo, não sabia o que era ser uma liderança, ser um cacique viajar para Curitiba, Guarapuava e Brasília. (...) Mas como tinha eleição e todo o pessoal me procurando, queriam que eu saísse, foram meia-noite na minha casa, tem eleição amanhã e você vai ser nosso candidato (dos jovens). (...) Daí lançaram meu nome e concorri contra nove candidatos, (...), meu pai, João Santos, quase só parentes meus concorreram comigo. Eu falei

como é que eu vou ganhar de pessoas que já foram cacique e que tem experiência grande? Eu não tinha experiência nenhuma, não conhecia nada. (...) Aí a eleição correu, votavam direto. Colocavam todos os nomes dos candidatos em um quadro de escola e votava embaixo, fazia um risco embaixo, na vista de todo mundo. Homem e mulher, tudo, desde os dezesseis anos. Os candidatos estão vendo quem votou e quem não votou. E eu fui me destacando, me despontando e eu tinha aquele frio na barriga. O que eu vou dizer para esse povo, que esperança eu vou dar? E se eu ganhar o que é que eu digo? Como é que vou fazer? (...) De certo as coisas eram por Deus mesmo, por que eu não queria, e quando chegou no final da eleição eu ganhei de todos os nove. (...) Agora que eu vejo que as coisas não é como a gente quer, tem que vir de Deus. Tem que vir já de uma trajetória, de uma família, todos os meus tios foram liderança dessa aldeia. Quando não foi cacique, era liderança que ajudava o cacique. Então as coisas já vem de cima, daí que eu fui ver que Deus queria que eu assumisse por que as coisas estavam difícil (...).

Em uma ligeira comparação entre os processos que elegeram os caciques Ângelo em 1971 e Valdir em 1998, podemos perceber algumas similaridades, como por exemplo: o grande número de candidatos e o voto aberto. Outro aspecto é que a disputa política em ambos os casos foi travada entre parentes, uma das prerrogativas exigidas para o cargo de cacique em Mangueirinha, é pertencer a uma família indígena tradicional, descender de tronco-velho daquela terra. Ângelo era “mestiço”, condição que foi usada para questionar a legitimidade de sua chefia por “índios puros”, como seu primo José Vicente Capanema. Porém as conquistas políticas de Ângelo Cretã, beneficiaram concretamente à todos os índios de Mangueirinha, fossem eles Luís dos Santos, Mendes ou Capanema, sobretudo a retomada das terras ocupadas pela firma Slaviero & Filhos Indústria e Comércio de Madeiras S/A.

No sistema tradicional Kaingang cada família zelava por suas próprias roças e nas atividades de caça e coleta, os genros (yamburé) auxiliavam o sogro (kakrón). Havia também a reciprocidade comunitária dos puxirões em que todos auxiliavam as famílias necessitadas e os idosos, em tempos de plantio e de colheita. Os puxirões ou ajudatórios eram celebrados com festas, onde a música, a dança, as comidas e bebidas aproximavam as pessoas. No sistema de “lavouras coletivas”, o famigerado “panelão”, não havia reciprocidade, inexistia o auxílio mútuo que revigorava os laços de amizade e parentesco. Este aspecto não foi olvidado pelo jovem cacique em 1971, muitos são os testemunhos que recolhi falando do senso de solidariedade de Ângelo Cretã. Dona Jurema Ferreira nos contou dos mutirões de auxílio promovidos

por Ângelo em seu benefício, por ser uma viúva com filhos ainda pequenos. Da mesma forma em sua entrevista a senhora Valdivina Mendes, recordou:

O finado Ângelo era cacique aqui, ele era muito mais novo do que eu. Mas ele trabalhou a favor da gente, trabalhou muito para tudo nós, e como ajudava o povo dele. Ele ajudava nas minhas lavouras, quando eu era nova eu trabalhava bastante e trabalho um pouco ainda, mas ele ia com o carro cheio de peão para limpar um arrozal meu, e que ele tomava conta e pagava tudo os peão. E eu ficava com a minha plantação limpa, por que eu era mulher, então decerto ele pensava como ela sofre pra fazer as coisas. Faz muitos anos que eu era sozinha, meu velho morreu. Mas ele (Angelo) batalhou muito por nós, morreu batalhando por nós.

Nas declarações do senhor Domingos Goitoto e sua esposa dona Tereza ficam evidentes o reconhecimento perante a dimensão humana das atitudes de Ângelo Cretã, que administrava sua comunidade com zelo e generosidade:

DOMINGOS GOITOTO – (...) Ele deu uns fogão para a turma. Nós ganhamos um fogão dele, logo depois que nós ganhamos a casa nova.

TEREZA GOITOTO – Antes de ele dar o fogão para nós, nosso fogão era do “tipo jipão”. Antes o fogão era feito de tábua com pedras e uma chapa em cima, quem não tinha chapa punha uma lata em cima.

Destaquei também o seguinte testemunho de seu Domingos Goitoto, pois demonstra com precisão a maneira singular de Ângelo relacionar-se com sua gente:

Um dia ele chegou cedo e pá, pá, pá na porta. Ele tinha um corcel branco com umas listas pretas. Saí na janela, meio esfregando os olhos. E ele disse acorda aí compadre, você tem café para eu tomar? Chegou com as ‘calça arremangada’ por aqui, com um cigarrão de palha dessa grossura na boca, daí ele olhou nossa cozinha tudo por ali, e disse vocês se aprontem eu vou lá em casa tomar um banho venho pegar você e a comadre para a gente ir na cidade. (...) Chegamos lá na cidade, num mercado de um tal de Clóvis onde hoje é o SICREDI. E ele entrou no escritório do homem e falou com ele. O homem saiu e disse: - “Vocês que são do Angelo? O mercado está livre, para vocês comprarem o que quiserem.” Mas a gente mesmo sendo pobre, a gente se segura, fizemos umas comprinhas, a mulher comprou umas roupas para as crianças. (...) Ele chegou pegou um par de botas de borracha, uma enxada, uma foice, uma lima, mais umas coisas e disse: - “Mas é só essa a compra de vocês?”. “Então deixe o resto comigo”, e pegou mais umas três sacolas de compras. Ele não era enjoado, comprou um litro de Jamel, não: era de Velho Barreiro me lembro até hoje, e eu disse: - “hoje não quero pinga”. E ele disse: \_ Leve para você.(...)

Neste relato que deixou o senhor Domingos Goitoto emocionado, transparece não apenas o senso de solidariedade de Ângelo Cretã, mas também seu trânsito na sociedade regional, descrito na negociação realizada no escritório do dono do mercado. Na lista das compras suplementares feitas por Ângelo, aparecem itens emblemáticos como as ferramentas e botas de borracha, necessárias para o trabalho na roça. E também uma garrafa de cachaça, o que demonstra o fato de Ângelo não possuir um pensamento moralista. Se por um lado estimulava seu compadre ao trabalho, por outro não via problema em que seu amigo bebesse moderadamente nos momentos de descontração. Seu Domingos Goitoto prosseguiu falando:

(...) Mas eu disse: - Como é que eu vou pagar tudo isso? E ele disse: 'Você vai cortar um alqueire de roça para mim'. (...) Naquele tempo lá era mato virgem, fiz a roça, rocei, derrubei de foice e machado de ponta à ponta, ficou retinho assim, depois tacamos fogo...Bom daí secou aquela roça. (...) Daí ele disse: - "Vá lá em casa buscar as sementes, só deixe uma quarta de roça para mim." Aprontei a dita roça, plantei o milho, a abóbora, o feijão e deixei a dita quarta. Um dia ele voltou lá em casa e fomos lá ver a roça, fomos por aqui proseando, ele aconselhando, explicando devagarinho. E ele disse: "Você não cansou?" Eu disse, não. E ele disse: - "Mas você faz, hein? Compadre, hoje não tem homem vadio, você pode, você faz, por que saco vazio não para em pé." (...) Chegamos na dita roça tava um mar, feijão dessa altura, abóbora, moranga, milho. Sentou em cima de uma coivara e disse: - "Está bonita a roça." E eu disse; -" Você vai colher milho de ficar rico". E ele disse: -"Com o seu suor sagrado, por isso que eu tenho raiva desses chefes de Posto de merda." Por que ele tinha raiva dos chefes de Posto, eles comiam na palma da mão dele. E ele disse: - Eles tão aqui para ajudar a comunidade, correr, fazer as coisas, ajudar o povo. Por que não fazem? Eu ajudo a comunidade por que não gosto de ver ninguém sofrendo. Essa roça daí é tua compadre, pode colher tudo. Você não me deve nada, aquelas compras que eu fiz, era só para ver se você fazia a roça mesmo.

Nas conversas que tive com os índios que conviveram com Ângelo Cretã, ele era sempre lembrado como um cacique presente que fazia questão de estar no meio de sua gente, visitando regularmente cada família de casa em casa. Como bem relatou-me, dona Tereza Goitoto:

Ele não se apartava da gente, foi o melhor cacique que teve, depois dele teve até uns que ajudaram. Mas não como ele.

Hoje o catolicismo é visto como tradicional pelos Kaingang, religião que foi imposta já nos primeiros anos de contato com os brancos e internalizou-se em sua

cultura. Na T.I. de Mangueirinha na atualidade existem também igrejas evangélicas como a “Quadrangular”, “Deus é Amor”, “Assembléia de Deus” e “Só o Senhor é Deus”. Senhoras como dona Valdivina e dona Jurema reclamaram que hoje praticamente só as mulheres freqüentam as missas católicas quinzenais, e que muitos jovens preferem as igrejas dos “crentes”. Durante o feriado da semana santa em 2010, estive fazendo trabalho de campo na aldeia e percebi a intensa atividade dos grupos evangélicos, distribuindo folhetos, promovendo seus cultos diários, músicas “gospel” podiam ser ouvidas vindas de algumas residências. O cacique Valdir Kokoj, analisou assim a presença das igrejas cristãs na T.I. de Mangueirinha:

As igrejas apesar de que elas vieram depois, não era essa a cultura do índio no passado. Mas com o andar dos tempos as coisas foram vindo, o progresso e as coisas vieram acontecendo. E veio esse tipo de coisa para dentro da comunidade desde a invasão do Brasil (...). E vieram os missionários tentando instruir os índios, mas hoje elas ajudam bastante. Principalmente por que a pessoa que está fazendo parte de uma entidade evangélica ou católica, o ensinamento é uma coisa de bem. Então ali a pessoa não vai ter muito pensamento mal, querer prejudicar a comunidade ou a família. Desde que a pessoa siga certinho às normas que regem o que foi escrito na palavra. Para nós é muito bom por que tira as pessoas do álcool, das drogas, do vício, do cigarro. A gente tem visto pessoas que eu achava que não tinha como reverter, mas quando começou a fazer parte foi trabalhada a cabeça da pessoa, e hoje a pessoa dá testemunho. Dá exemplo para muitas pessoas da comunidade de que a vida melhorou, por que seguir errado eu acho que ninguém quer, a pessoa sofre muito, as vezes vai para cadeia, as vezes cria problemas, brigas. Então a pessoa quando parte para aquele caminho ali as igrejas tem ajudado muito a gente enquanto liderança(...).

Na casa dos Cretã onde fiquei hospedado, uma rádio católica era sintonizada pela manhã, vi imagens de santos estampadas lá e em outros lares que visitei, acabei adquirindo números de uma rifa para auxiliar na preparação das celebrações da Páscoa. Dona Elvira Cretã contou-me que seu marido era católico praticante e movimentadas festas paroquiais foram incentivadas e promovidas por ele. As famílias católicas Kaingang costumam realizar em suas casas festas para os santos, ocasião para reunir os parentes e vizinhos, orar coletivamente, acertar casamentos e demonstrar força e prestígio. Sua esposa confidenciou-me que Ângelo tinha o hábito de pedir ao padre para celebrar missa em nome dele, para se guarnecer espiritualmente dos seus inimigos:

Ele era muito religioso. Inclusive naquele tempo eles faziam festas nas casas e ele ia em tudo, sempre nós participava junto. Era só a

igreja Católica, inclusive ele não queria que entrasse outra religião aqui, era o jeito dele.

E sua filha Eloy complementou:

(...) Ele era católico daqueles bem fanáticos. Tanto que minha mãe ficava muito chateada, muito triste com ele por que ele mandava rezar missa para ele mesmo. Ele pedia para o padre.

Seu Aleixo narrou-me um episódio envolvendo uma família Kaingang evangélica oriunda de Santa Catarina que havia sido transferida para Mangueirinha. Eles foram bem recebidos pelo cacique, porém foram orientados que ali eles “teriam de ser católicos”, para evitar divisão na comunidade. Dona Belarmina Luís Paraná cujo nome indígena é Kafey, cunhada de Angelo e viúva de Tucanambá José Paraná, um índio Xetá que ela conheceu na T.I. de Marrecas, falou-me em fevereiro de 2011, sobre esta mesma passagem:

Ele não deixava entrar outra igreja, só católica. Inclusive entrou um pessoal que moram aqui agora, (...), ele é falecido, o seu João Américo e a dona Antoninha. Eles vieram de Xanxerê-SC, e pediram para ficar morando em Mangueirinha. Só que eles eram evangélicos, eram crentes. E aí ele disse: -‘Olha se for para vocês ser crentes aqui eu não aceito, podem voltar para trás, aqui nós somos católicos. Ou se for para vocês seguir a minha religião, do meu povo, vocês podem ficar.’ Ai eles ficaram tudo, viraram católicos e conseguiram ficar morando lá. Ele não deixava isso, ele era muito enérgico.

Ambrósio Luís dos Santos também discorreu sobre as questões religiosas e suas correlações políticas, durante nossas conversas na aldeia do Mato Branco. Ele fez uma reflexão sobre a atual diversidade de religiões nas aldeias, recordando inclusive o nome de dois religiosos católicos que apoiavam o movimento indígena em Mangueirinha na década de 1970:

A igreja sempre participou, sempre deu apoio, por que na época nós não tínhamos outra religião, no nosso meio era só católica. Então nós só tínhamos uma igreja, era tudo mais fácil, hoje tá difícil dentro da reserva acho que tem umas vinte e poucas religiões. (...) Na época era o Frei José que ajudava muito, tinha a irmã Consumata que trabalhava de mangas arregaçadas. O Angelo não aceitava outra religião na reserva, até eu quando fui cacique não aceitava. Mas agora as pessoas aceitam, veio um pessoal do Rio Grande, próprios indígenas e já veio duas ou três religiões com aquele grupo.

O kuyã Valmir Cipriano Jési (Textos Kanhgág /1997), da Terra Indígena de Inhacorá-RS, definiu assim as relações entre padres, pastores, funcionários da FUNAI e a religiosidade tradicional Kaingang:

Nas áreas indígenas existem também outras religiões, e o relacionamento entre os pastores das igrejas e os kuyãs é muito difícil. Pois as pessoas não acreditam mais nos trabalhos dos kuyãs, e sim na salvação da igreja. Quando os índios recorrem ao hospital, a culpa é dos pastores brancos que através de sua pregação nas igrejas, convocam os Kaingang a não se tratar com os kuyãs. O padre católico respeita nossa religião assim como o pessoal da FUNAI, e por isso é possível o kuyã colocar remédios e ervas na enfermaria do P.I. Inhacorá.

Católicos ou evangélicos, muitos Kaingang em nossos dias mantêm o hábito de pedir licença ao “dono do mato” antes de entrar na floresta para caçar, pescar ou colher pinhões. Desde os primeiros padres que tiveram contato com os Kaingang no século XVIII, passando pelos positivistas do SPI, até os pastores neo-pentecostais nas décadas de 1970 e 1980, a religiosidade tradicional Kaingang foi severamente combatida. Rica em significados, com uma mitologia própria que ordena e explica o mundo, estabelecendo uma relação de reciprocidade e respeito com a natureza, a crença dos Kuyãs, era vista como atraso cultural “animista-fetchista”. Em casos extremos grupos cristãos fundamentalistas que se introduziam nas aldeias, viam as rezas, histórias e rituais Kaingang como “obras de Satanás”. Mas graças a “Topén<sup>30</sup>”, hoje verifica-se uma mudança de orientação entre alguns grupos missionários, sobretudo católicos e luteranos, e também em setores da FUNAI. A Igreja Católica, já no início da década de 1970 através da OPAN<sup>31</sup> e do CIMI, passou a colaborar com o movimento social indígena, e em muitos casos apoiar a valorização da cultura tradicional, como na revitalização do ritual do Kiki nas Terras Indígenas de Chapecó. A Igreja Luterana possui um relacionamento histórico de colaboração com os índios no sul do Brasil, e desenvolve entre eles continuadas ações no campo da educação e da preservação dos seus idiomas através do COMIN. Os missionários luteranos tem como lema: “Os Kaingang e Guarani podem encontrar Deus através de sua própria cultura”. Postura evidentemente mais respeitosa para com os índios, que em sua prática religiosa cotidiana sincretizam

<sup>30</sup> Denominação Kaingang para a divindade suprema, que deriva do nome Guarani Tupã.

<sup>31</sup> OPAN – Operação Anchieta, atualmente desvinculada da Igreja Católica denomina-se “Operação Amazônia Nativa. CIMI – Conselho Indígena Missionário, permanece vinculado a igreja e em atividade.

elementos do cristianismo com valores religiosos de matriz Kaingang. Muitos índios contemporâneos consideram-se cristãos, mas sabem à qual ‘marca’ pertencem e os mitos de onde elas originam-se, e que os espíritos dos Kaingang já falecidos vivem livres nas florestas e aldeias do “Numbé”. Outros conhecem a eficácia das ervas medicinais, dos “remédios do mato” colhidos na fase da lua mais propícia, de acordo com a sabedoria dos kuiãs preservada pelos antigos.

Nas aldeias Kaingang a aplicação da justiça é feita primeiramente a partir de um julgamento interno, existem regras e punições próprias de índio para índio, que são aplicadas aos infratores pelo cacique em conjunto com suas lideranças. A lei dos índios é priorizada diante da lei dos brancos, esta última sempre que possível é evitada, sendo acionada apenas em casos gravíssimos como estupros e assassinatos. No passado existiram punições como o “tronco” que derivava do sistema escravista, e foi introduzida pelos “Diretores dos Índios” no século XIX. Permanecem ativas nas T.I. do sul do Brasil as cadeias e os afastamentos compulsórios, assuntos polêmicos que alguns índios só abordaram comigo quando o gravador estava desligado. Mas com unanimidade todos com quem conversei estabeleceram comparações entre a maneira de Angelo Cretã promover a lei e a ordem e a de outros caciques, sobrando críticas até mesmo ao diligente Valdir Kokoj. Quanto aos caciques que sucederam e antecederam Cretã, muitos pessoas comentaram sobre surras e ameaças aos índios infratores. Entendo por tanto, ser esclarecedor mostrar o conteúdo desses depoimentos. Narrativas singulares de quem presenciou tais fatos, como dona Tereza Goitoto:

(...) No tempo do compadre Ângelo quando tinha que prender uma pessoa não tinha esse negócio de levar pedaço de pau, cacete, de insulteira, de bater... Quando ele precisava de ir atrás de uma pessoa ele ia sozinho, ou levava só uma pessoa, chamava o Domingos e eles traziam...Quando tinha necessidade de ir para cadeia, ele colocava na cadeia. Mas quando o problema era coisa pouca ele conversava com o sujeito, aconselhava.(...)

Eloy Cretã reside próxima a casa de sua mãe Elvira na aldeia da Campina e é casada com Milton Katahn ALves, natural de Santa Catarina que atualmente é liderança do cacique Valdir Kokoj. Eloy também não se esquece da maneira como as punições eram aplicadas por seu pai aos índios infratores, e descreve:

(...) Se alguém errava, principalmente os casais ele conversava, se ele tinha batido na esposa ele pegava e conversava, fazia o marido tirar uma tarefa na comunidade, roçar. E a mulher daquele homem ficava junto com a minha mãe ajudando na casa, não ficava sozinha. Ele procurava aconselhar para o bem dos dois, ele não punia só um, mas ela não ficava com o marido, ficava com a minha mãe esperando para ele vir comer quando era meio dia na nossa casa. Ele era respeitado, tanto que ele não tinha liderança na época, como agora o cacique tem liderança, são dez homens que ajudam a cuidar da comunidade. Ele não, se ele precisava conversar com alguém que tinha errado, ele mandava qualquer um ir buscar lá na casa aquela pessoa, e ela vinha bem e obedecia. Se ele ia visitar as casas e se ele via que alguém estava precisando de algum alimento, ele chamava qualquer um que estivesse passando na rua e dava comida para levar naquela casa que estava faltando.

Antes do cacicado de Ângelo Cretã, a escolaridade oferecida pelo Estado na T.I. de Mangueirinha era apenas até a quarta série, e os índios não podiam sair da aldeia para estudar. Pierre Bourdieu aponta que através do acesso (ou do impedimento) ao conhecimento formalizado pelo sistema educacional, bem como do domínio de seus códigos de linguagem, se reafirmam diferenças sociais. No caso dos Kaingang e Guarani, as diferenças étnicas se sobrepunham as questões de classe, com os índios sendo relegados ao extrato mais baixo da estrutura social brasileira. Até o início dos anos 1980 era muito raro um índio ser universitário ou mesmo ter cursado o ensino médio, o segundo grau como era chamado na época. Em muitos depoimentos, as pessoas espontaneamente fizeram questão de destacar o apoio que receberam do cacique Cretã para seguirem seus estudos fora da aldeia. A respeito deste tema Ambrósio Luís dos Santos declarou:

Na época ele tinha três índios que ajudavam, aí ele já começou a punhar nós para estudar fora, que nem eu mais outro parente meu. Daí nos estudava fora e dava cobertura para ele aqui dentro, conforme ele precisava a gente estava junto. Esse meu parente se chama Jesus Antonio Pedroso, ele é professor agora e fez até faculdade. Ele é mais velho que eu, ele mora ali no trevo. Eu fiz até a oitava série e parei, se o Angelo não tivesse morrido eu estaria formado hoje, ele obrigava a estudar.

Dona Elvira Cretã, também nos falou a respeito do incentivo do marido aos seus estudos:

Estudei até a quarta série, ele queria que eu estudasse o Kaingang, eu estava estudando, daí ele faleceu e não deu mais para mim ir, ficou difícil.

Na atualidade na escola pública situada na aldeia da Campina, os alunos podem cursar até 8ª série do ensino fundamental, onde ensina-se as línguas portuguesa, kaingang e guarani, sendo disponibilizado transporte regular para aqueles que prosseguem o aprendizado na cidade de Mangueirinha. Enquanto seus pais só estudaram até a 4ª série do ensino fundamental, Eloy Cretã graduou-se no curso superior de Magistério. Em seu relato, ela afirma ter sofrido preconceito por parte dos seus colegas:

Quando ele morreu a escola só ia até a quarta série, só que daí nos ia fora estudar, por que na época que ele morreu os alunos iam estudar ali no Covó, que a estrada era toda de chão e quando chovia tinha que empurrar o ônibus que atolava. Quando eu comecei a estudar na quinta série, era em Mangueirinha e a noite, não tinha outra alternativa. Eu fiz a faculdade de Normal Superior na UNILAR em Mangueirinha. Quando eu estudei lá, fui discriminada pelo fato de ser índia os colegas que eram brancos não gostavam de fazer trabalho comigo por eu ser índia. Daí eu e a minha cunhada que é índia também, a irmã do meu marido, nós sempre tínhamos que fazer os trabalhos juntas. Eles achavam que nós não tínhamos capacidade. E quando nós fomos fazendo nossos trabalhos, argumentando, tirando notas boas, ai todo mundo foi procurando fazer amizade, ficar junto. Eles tiraram aquela idéia de que nós não sabíamos nada, ou aquela outra palavra que eu não vou falar.

O desenvolvimento da agricultura familiar e comunitária, com a aquisição de ferramentas e tratores para as aldeias, foi outro feito incontestável da administração Ângelo Cretã. Além da própria FUNAI, o cacique Cretã acionava às prefeituras dos três municípios e os órgãos estaduais em busca de apoio técnico e parcerias para o fomento das lavouras. Na edição do “Jornal do Brasil” (RJ) do dia 02 de fevereiro de 1980, Haroldo e Flávia de Farias Castro assinam a seguinte matéria: “CRETÃ, O CACIQUE: UM ÍNDIO QUE JÁ NÃO CAUSA PROBLEMAS”. Esta reportagem de página inteira, publicada logo após seu falecimento, contém uma longa entrevista com Ângelo Cretã, onde o líder Kaingang trata também de temas relativos às atividades agrícolas na T.I. de Mangueirinha. Neste depoimento, é perceptível a sua preocupação com a preservação ambiental na reserva, quando o cacique demonstra sua desconfiança em relação ao uso de defensivos agrícolas e fertilizantes químicos:

(...) A gente deu duro para conseguir estes tratores. Fomos à Brasília e a FUNAI acabou liberando a verba. E é uma grande ajuda para nossa comunidade. Este lado daqui (disse apontando) são as culturas familiares, cada família trabalha o seu pedaço de terra e daí tira o seu sustento. Aquela grande faixa onde o trator está trabalhando é a plantação comunitária. Todos participam e a gente guarda parte da

colheita armazenada para caso de emergência ou para as famílias mais necessitadas. (...) Este ano só colocamos metade do que foi dito (fertilizantes). Esta terra não precisa disso, é boa demais. Pra que envenenar à toa? Vamos ver se no ano que vem a gente põem ainda menos destes químicos. (...)

O próprio título da matéria sugere algumas indagações. Primeiramente: ‘este índio não incomoda mais’, a quem? Ao regime militar? Ao governo do Paraná? Aos latifundiários? Aos colonos invasores de suas terras? Aos madeireiros? Aos Slaviero? Ou a FUNAI? Cercado de adversários poderosos e insaciáveis de riqueza e poder, certamente eram muitos os interessados em seu desaparecimento da arena política. Situação que não aconteceu mesmo após sua morte, pelo contrário, sua imagem passará a ser evocada como um mártir da luta indígena. O litígio com a firma Slaviero & Filhos Comércio de Madeira S/A, já foi abordado nesta dissertação e as tensões e conflitos com o SPI também, por isso trataremos nas próximas linhas das contradições da FUNAI, nos tempos do “finado Ângelo”. A primeira questão que será analisada é referente a serraria instalada pela FUNAI no Posto Indígena de Mangueirinha.

Na maior parte do cacicado de Angelo, o chefe do Posto foi o senhor Isaac Bavaresco, segundo Edivio Batisteli os dois mantinham boas relações pessoais e institucionais. Mas para alguns índios de Mangueirinha, o bom relacionamento só ocorria por que Ângelo “não dava sossego” e “ficava em cima” do chefe do Posto. Na reportagem supra-citada do “Jornal do Brasil”, Bavaresco é descrito como um dos chefes de Posto mais corretos: “um verdadeiro amigo dos índios”. Porém índios antigos fizeram comentários como estes: “a mulher dele trabalhou na firma dos Slaviero”, e também “o Isaac chegou em Mangueirinha sem nada, e quando foi embora levou um caminhão carregado de coisas”. Muitos índios com quem conversei desconfiam que o senhor Isaac Bavaresco, tenha se beneficiado pessoalmente de alguma forma através da serraria da FUNAI. Mas é preciso considerar o fato que este funcionário da FUNAI trabalhou uma década na T.I. de Mangueirinha, tempo suficiente para ampliar legalmente seu patrimônio pessoal. Também é fato real que a ação impetrada pela FUNAI em nome dos índios, que liderados por Cretã exigiram uma atitude concreta do órgão federal contra os Slaviero, ocorreu no período em que Bavaresco era o chefe do Posto. O indigenista Edivio Batisteli argumentou convicto que Isaac Bavaresco colaborava com Ângelo Cretã, dando-lhe suporte em Mangueirinha quando o cacique precisava ausentar-se

em função de sua militância no movimento indígena. Já dona Elvira Cretã afirmou que era ela própria quem assumia as funções de cacique quando seu marido precisava viajar em suas lidas políticas, ficando Bavaresco respondendo apenas pelos encargos administrativos da FUNAI. Ao ser indagada por mim se havia prendido muita gente nas ocasiões em que respondia pelas aldeias, dona Elvira Cretã respondeu-me sorrindo que não prendia ninguém, apenas soltava.

Junto ao órgão indigenista federal foram desenvolvidos projetos agro-pastoris, de manejo florestal e reflorestamento no P.I. de Mangueirinha, quando tais projetos não alcançavam as metas pretendidas, Ângelo Cretã não permitia sua continuidade. Foi este o caso da serraria instalada durante o período em que foi cacique por sugestão da FUNAI, que prometia com esta iniciativa gerar lucros para a comunidade. E também com a madeira retirada construir casas novas para os índios e outras benfeitorias. Ao constatar que na prática os recursos financeiros não vinham diretamente para os índios, mas passavam antes por Brasília onde o DGPI da FUNAI retinha boa parte do dinheiro, Ângelo passou a combater a serraria. A princípio seria retirada só a madeira desvitalizada, porém não era o que ocorria e madeira de lei ainda verde era cortada. A FUNAI indicava o gerente da serraria e os índios trabalhavam como assalariados. Por sua vigilância sobre os recursos florestais e exigência do cumprimento das promessas, Ângelo Cretã conseguiu em 1978 iniciar a construção das casas que continuam até hoje servindo de moradia para muitas famílias. Dois anos após sua morte e devido à forte oposição dos Kaingang e Guarani a serraria foi desativada. Sobre a desativação da serraria, Edivio Batisteli funcionário da FUNAI que acompanhou pessoalmente aqueles acontecimentos, declarou:

(...) Teve uma grande reunião em abril de 1979, o presidente da FUNAI já não era o general Ismarth de Oliveira, era Ademar Ribeiro da Silva um engenheiro civil. Os índios do sul se reuniram em Rio das Cobras sob a liderança de Cretã também, e pediram a extinção dos projetos econômicos que era um agrícola em Nonoai, e o resto eram seis serrarias no sul do país em terras indígenas. Por que isso? Por que o lado da proteção e assistência não tinha dinheiro nenhum, e o lado das serrarias tinha muito dinheiro. Por exemplo: até quando um índio morria tinha que comprar a madeira da serraria para fazer o caixão. Tinha que comprar o cabo do martelo, o cabo da foice, havia um conflito interno dentro da FUNAI, e nós estávamos do lado dos índios. (...) E o Cretã pediu ao delegado da região o Zé Carlos: -“Não feche a serraria de Mangueirinha antes de fazer uma casa para cada família com a madeira”. Eram todas as casas azuis e brancas de madeira de tábua serrada.

O senhor Aleixo Luís Honório, índio Kaingang de 56 anos também expôs seu ponto de vista sobre a serraria da FUNAI, desativada apenas em 1983 após a construção das casas:

Vou voltar a falar da tirançã de madeira quando a FUNAI entrou tirar. Foi um papel que a FUNAI sempre vinha, não tenho nada o que falar já digo contra a FUNAI. Mas eles vinham e faziam a cabeça com mais promessas e tantas promessas. E até hoje eu tenho para dizer, que para o Cretã decidir de colocar a serraria da FUNAI aqui foi com um propósito da FUNAI dar tudo reflorestado aonde eles tirassem o pinheiro, e ela não fez. E a FUNAI eu acho que só fez um canto lá em cima na divisa, e ele já vinha dizendo que estava errado e ia mandar parar e mandou...E ele trabalhava muito certo. Então a FUNAI, eles tentaram e sempre foi, eles vieram iludindo os índios, aqueles mais fracos. Hoje tem aqueles alunos que estudam pela FUNAI, não sei como é que é, este que chegou de moto é um deles. E é por aí que nós vamos descobrindo as coisas, mais para melhor, toda vida eu falo vamos melhorar cada vez mais.

Porém no final dos anos 1970 a situação das serrarias nos Postos Indígenas era caótica, com os índios apoiados pelo Conselho Indígena Missionário e a Associação Nacional de Apoio ao Índio, lutando contra a exploração madeireira da FUNAI em suas reservas. Ângelo Cretã, enquanto cacique acionava todos os meios possíveis que encontrava a sua disposição para buscar o encerramento dos desmandos nas serrarias. Inclusive utilizando-se dos espaços e lacunas propiciados pela própria legislação ambiental vigente no Brasil, para denunciar os supostos abusos. Em 18 de março de 1977, “O Estado de São Paulo”, informava:

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) DESLOCA TÉCNICOS PARA VER SE FUNAI VIOLOU A LEI: Se o técnico enviado pelo IBDF ao Posto Indígena de Mangueirinha (PR), confirmar as denúncias formuladas pelos chefe Kaingang Angelo dos Santos Souza Cretã, a FUNAI poderá ser condenada a pagar uma multa de 100 mil cruzeiros pelo desmatamento de cerca de mil árvores, sem permissão, nem registro.

Destacamos também outra notícia veiculada no mesmo jornal “O Estado de São Paulo”, no dia 08 de março de 1979, que exemplifica com clareza a situação das terras indígenas meridionais. A articulação do movimento indígena com jornalistas, antropólogos, religiosos e simpatizantes da causa, garantia visibilidade para suas demandas na imprensa brasileira:

FUNAI RECOMEÇA A VENDER A MADEIRA DAS RESERVAS: Através de anúncios em jornais de Curitiba, a Delegacia da FUNAI da região sul do país, está avisando os interessados que foram publicados no Diário Oficial do Paraná, editais de concorrência pública para a venda da madeira dos Postos Indígenas de Mangueirinha e Palmas. O CIMI volta a criticar a FUNAI por não reverter aos Postos os benefícios obtidos com a madeira indígena processada e industrializada.

Declarações como esta que se segue, do índio Argemiro Ferreira dos Santos, descrevem bem o que representaram tais serrarias para os Kaingang:

Lá em Guarapuava tinha uma serraria dos irmãos Maia que fazia 23 anos que já tinham destruído tudo, e onde a FUNAI tinha um pinhalzinho assim, e eles botaram a indústria. Eu trabalhei dois anos lá e eles não quiseram assinar minha carteira, viu como o índio é escravo? Fizeram dinheiro e não assinaram minha carteira, perdi tudo, este meu piá que esta ali e o outro mais velho eram tudo pequenos. Por isso eu digo que a própria FUNAI escraviza o índio, e por que eu digo que nós somos escravos? Por que dizem que o índio só tem direito na terra, mas quem preserva esta beleza no Brasil? Os brancos em roda daqui estão vermelhando a terra, e como que os responsáveis que se diz do mundo, não mandam eles plantar um pé de árvore? Mandam, mas a gente cruza aí e está vermelhando a terra. E aonde se encontra araucária e floresta é nas áreas indígenas, aonde sobrou um pouquinho. Quem ajudou o João Menezes a tirar fui eu, isso foi em 1971, trabalhei na serraria da FUNAI até 1972.

Sempre denunciando as incoerências do modelo indigenista vigente, Ângelo Cretã proferia declarações criticando abertamente as serrarias e os projetos agrícolas da FUNAI, como esta registrada no filme: “Terra dos Índios”, de Zelito Viana. Seu depoimento foi gravado na aldeia do Paiol Queimado, em frente à uma palhoça habitada por uma família Kaingang:

Há uma serraria aí que transporta madeira, mandam milhões de cruzeiros lá para cima, e veja os índios aqui vivendo nessas palhoças. Eu penso o seguinte, se essa serraria veio para fazer aproveitamento, então vamos construir as casas para esta gente. Uma indústria dessa aí só para dar dinheiro para os grandes, e nós só esperando, ficando na mão. Mas venha a verba ou não, nós fazemos as casas. No início de maio em diante nós começamos a fazer as casas no Paiol Queimado.

Para o boletim da ANAÍ-PR: “A verdade dos índios”, publicado em 1980, o cacique Ângelo Cretã sintetizou assim seu posicionamento sobre as serrarias e projetos agrícolas desenvolvidos pela FUNAI em sua época:

Jamais quero ser funcionário da FUNAI, porque não aceito ser funcionário de mim mesmo. Não quero viver do trabalho dos meus irmãos índios, vendendo madeira ou fazendo plantação onde os índios conseguem apenas algumas migalhas de tudo o que é vendido.

FIGURA 1 - ÂNGELO CRETÃ IMAGEM



Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

## 2.1 O MANDATO DO PRIMEIRO VEREADOR INDÍGENA DO BRASIL:

Trabalhei junto com ele, fiz campanha para ele. Ele teve muito voto fora da aldeia ele tirou lá a maioria até. Na época que ele se elegeu, foi elegido o Miguel Arlei Reis prefeito, então que ele assumiu como vereador. Um vereador que nem igual o Cretã, eu digo e torno a dizer eu acho que nós nunca mais vamos ter. Poderemos ter um vereador, como já tentemo várias vezes aqui, não sei quantos anos, nós tentando e não conseguimos de lá para cá. Eu fico imaginando as vezes... Eu tenho pouco estudo, estudei até o quarto livro...

(Aleixo Honório dos Santos)

No ano de 1976 ocorreram eleições municipais em todo o país, exceto nas capitais e em áreas de “segurança nacional” como as regiões fronteiriças, onde interventores eram nomeados pelos generais. O regime militar buscava legitimidade constitucional através de um simulacro de democracia, apoiado em um bipartidarismo imposto de cima para baixo. Neste panorama político de exceção os deputados e senadores da oposição viviam sob constante ameaça de cassação. Dissidentes das mais variadas matizes ideológicas estavam no exílio ou nos cárceres da ditadura e alguns grupos de esquerda na clandestinidade pregavam a luta armada. Nas urnas a população dava mostras de sua insatisfação com o governo autoritário votando em massa a cada novo pleito nos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro, sobretudo nos grandes centros urbanos. Por tal motivo o regime militar criou os “senadores biônicos”, indicados sem anuência do voto popular, para suprir a desvantagem da Aliança Renovadora Nacional na Câmara Alta. Pois eram os senadores que indiretamente elegiam o presidente da República, um jogo de cartas marcadas entre militares de alta patente, grandes grupos empresariais, latifundiários e políticos de direita que sempre optavam por apoiar generais do Exército. Assim sendo apenas eram admitidos legalmente dois partidos políticos no Brasil: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) da situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da oposição. No contexto das cidades pequenas e afastadas das metrópoles, as grandes questões ideológicas nem sempre afetavam diretamente a vida pública, ao menos para a maior parte dos eleitores. Sobretudo nas disputas municipais, onde as questões locais ligadas ao cotidiano das pessoas como pavimentação de ruas e estradas, saneamento básico, construção de creches e escolas, postos de saúde e acesso à serviços e cargos

públicas são prioritárias. O MDB era uma frente ampla que abrigava desde organizações de esquerda como o MR-8, o PC do B e o PCB, passando por antigos trabalhistas e políticos do centro democrático como seu líder maior Ulisses Guimarães, e até mesmo políticos de centro-direita. Mas é fato incontestável que naquele cenário político estar alinhado aos amigos do regime de exceção da ARENA, era mais cômodo e menos arriscado do que cerrar fileira no então combativo MDB. Na época o governador do Estado do Paraná era o senhor Jaime Canet Junior, eleito indiretamente e filiado à ARENA, partido que detinha a maioria das cadeiras na Assembléia Legislativa.

Angelo Cretã aceitando um convite de um dos candidatos majoritários do MDB à prefeitura de Manguaçu, o senhor Miguel Arlei Reis, optou pela legenda oposicionista e candidatou-se a vereador. Sua postulação foi questionada por políticos da ARENA e com ela sua cidadania plena, afinal Cretã era um índio Kaingang teoricamente sob tutela do Estado. Tamanha era a pressão sobre o jovem cacique, exercida inclusive pelo chefe do Posto, o senhor Isaac Bavaresco, que cumpria ordens vindas de Brasília. Todos estes obstáculos fizeram com que Angelo chegasse a pensar em desistir de postular uma cadeira de vereador. Para melhor elucidação deste significativo fato, que demonstra na prática às fronteiras étnicas à que estavam confinados os índios, vamos examinar o conteúdo de algumas notícias divulgadas na imprensa. “O Estado de São Paulo”, publicou em 29/08/1975:

ÍNDIO RENUNCIA À CANDIDATURA: Angelo dos Santos Cretã, cacique Kaingang do Posto Indígena de Manguaçu, pediu instruções para renunciar à sua candidatura à Câmara Municipal de Manguaçu. Após uma semana de assédio de jornalistas, de visitas de amigos, do cerco de políticos e das palavras desalentadoras do chefe branco do Posto, pelo fato de ser o primeiro índio brasileiro a ingressar na política. Ele diz que vai renunciar, pois a FUNAI não aceita sua candidatura e pode cancelar também sua documentação.

Este recuo estratégico foi temporário, uma atitude defensiva perante as ameaças vindas de políticos influentes, comprometidos com os interesses dos madeireiros. O projeto político pioneiro de Cretã também enfrentou oposição de dirigentes da FUNAI, que o enxergavam como uma afronta ao governo e suas diretrizes indigenistas fundamentadas na tutela sobre os índios. Mesmo vivendo uma situação paradoxal que negava seus direitos enquanto cidadão brasileiro, discriminado pelo fato de ser índio, o cacique Angelo Cretã não abandonou seus

planos. Com apoio da assessoria jurídica do Movimento Democrático Brasileiro, levou adiante sua postulação política. No dia 11 de janeiro de 1976, o jornal “Gazeta do Povo”, publica a seguinte nota:

SEGUNDO O JUIZ, ÍNDIO É CANDIDATO: O índio é candidato. Pelo menos o nome do cacique kaingangue Angelo dos Santos Souza Cretã está relacionado pelo juiz eleitoral Aroldo Antônio Clomb, da 101ª Zona Eleitoral de Coronel Vivida, como candidato pelo MDB à Câmara Municipal de Mangueirinha. A oposição concorre nesta cidade com 26 candidatos a vereadores, figurando o nome do cacique em terceiro lugar na relação encaminhada ao TRE. Para a Prefeitura, o MDB disputará com três candidatos: Miguel Arlei dos Reis, Edílson Linhares Serpa e Edson Luís Bini.

Com sua candidatura finalmente homologada pela Justiça Eleitoral, afinal ele era um cidadão brasileiro, alfabetizado, registrado em cartório e possuía título de eleitor, Ângelo Cretã inicia sua vitoriosa campanha. Neste episódio à condição de tutelados da FUNAI a que estavam submetidos os índios brasileiros, independente de seu grau de interação com a sociedade nacional foi efetivamente questionada. Inclusive com repercussão na grande imprensa nacional, que noticiava acontecimentos envolvendo um cacique Kaingang, da longínqua e pequena (e empobrecida) cidade Mangueirinha. A atitude ousada de Ângelo Cretã, que fez valer sua cidadania brasileira exigindo legalmente seus direitos políticos, levou o Poder Judiciário a ter que arbitrar sobre a questão da tutela indígena. A divulgação deste acontecimento nos jornais e na televisão, fez com que a opinião pública refletisse sobre o assunto, e por extensão a respeito da condição dos povos indígenas no Brasil. Depois da eleição de Ângelo Cretã, muitos outros índios candidataram-se e ganharam espaços na cena política brasileira, com destaque para o cacique Xavante Mário Juruna em 1978, o único índio (até hoje) a conquistar uma vaga como deputado federal no Brasil, sendo eleito pelo Rio de Janeiro.

Pelo fato de possuir um bom relacionamento com pequenos produtores agrícolas da região para quem já havia prestado serviços e também auxílio (muitas vezes emprestou o trator dos índios para seus vizinhos brancos), Angelo conquistou amigos, parceiros e votos. Nas sete aldeias de Mangueirinha seu nome era unanimidade, inclusive entre os Guarani, fato raro de ocorrer em virtude do próprio faccionalismo Kaingang e das divergências inter-tribais. Dona Jurema Ferreira ainda se lembra daquele pleito:

(...) Claro, foi nós que elegemos ele, ele nem precisou pedir ajuda pra gente, nós já sabia que tinha que ajudar ele, porque nos era muito ajudado bem antes dele se candidatar. E quando chegou aquela hora que ele precisou do povo dele, foi o mesmo que o enxame não deixar a rainha cair. Mas coisa mais linda que deu aquela votação pra ele, eu me lembro nós que elegemos ele, só índio quase, decerto ele tinha bastante (...).Mas depois que ele se elegeu, ele não aturou muito. Como diz o causo: o que é bom dura pouco. Mas quando ele faleceu foi muito triste, deus o livre nós fiquemo de um mundo pra outro. Agora nesta eleição deste ano o que carçou, é que nós índio votemo tudo pro cacique Valdir, a maioria das mulher aqui era campanhista dele, nós votemo tudo pra ele. Mais a coisa é que ele pois o Maneco (prefeito candidato a reeleição), aquele Maneco que nós não gostemo pra ele, por que cada vez que nós ia lá na Mangueirinha, nós falava pra ele arruma um carro as vezes pra nos trazer por que perdemo o ônibus, e o índio não pode ficar perdido por aí fora de hora. Nós votemo pra ele, mas o Valdir não ganhou(...).

Ângelo Cretã foi eleito em 15 de novembro de 1976, com 170 votos o primeiro vereador indígena do Brasil, uma situação inusitada que revelava a posição subalterna em que foram colocados historicamente os índios na sociedade brasileira. Apenas no final do século XX, quase 500 anos após a “descoberta do Brasil” um índio declarado assumia um cargo público eletivo no país. Na época Mangueirinha contava com 7.205 eleitores, e o MDB obteve 3.125 votos (43,40 %) contra apenas 2.036 da Arena (28,28%), elegendo prefeito o senhor Miguel Arlei dos Reis. De modo que na cidade de Mangueirinha um cacique Kaingang foi ungido pelas urnas vereador da base aliada do prefeito eleito, uma situação bastante favorável politicamente. Estes fatores foram fundamentais para um maior acesso às benesses das políticas públicas de saúde, educação, transporte e investimentos em infra-estrutura (pavimentação de estradas rurais, saneamento básico, construção e manutenção de escolas) na reserva indígena. Mas seu mandato terá relevância sobre tudo quanto a própria representatividade e visibilidade dos índios não apenas em Mangueirinha, mas em todo o Paraná e na região sul do Brasil.

Como vereador Ângelo trabalhou pela instalação de um posto de saúde descentralizado do INPS na Terra Indígena, benefício por ele conquistado. Como igualmente realizou esforços visando o asfaltamento da BR 277, estrada que liga Palmas à Mangueirinha e conseguiu a edificação de uma escola para a comunidade indígena. Na Câmara de Vereadores, Angelo participou ativamente da “Comissão de Redação e Justiça”. O vereador Cretã argumentava aos seus pares de parlamento municipal para que aprovassem projetos de implantação de redes de água e esgoto

nas aldeias e na periferia da cidade. Em seus discursos oficiais e projetos encaminhados como vereador o cuidado com o meio ambiente e a preservação da Natureza aparecem com frequência. Bem como o apoio ao desenvolvimento social e econômico da região, por exemplo: ele defendeu em plenário a proposta de expansão da rede de energia elétrica da COPEL às pequenas propriedades rurais e igualmente para as comunidades Kaingang e Guarani.

O senhor Francisco Custódio do Amaral, hoje com 69 anos de idade e taxista aposentado, foi também vereador naquela legislatura, tendo sido eleito pela ARENA. Chiquinho do Amaral como é conhecido popularmente em Mangueirinha, falou à respeito de seu colega Cretã:

A gente foi eleito em 1976 para um mandato de seis anos, e o Ângelo Cretã foi um grande amigo da gente, geralmente em dias de reunião ele vinha sempre em casa para discutir os projetos. Ele foi um vereador muito atuante, com alguns projetos referentes a área indígena. (...) Aquele tempo era pouco eleitorado, mas deu trabalho por que não tinham estradas e para ir para o interior era a base de correntes, até por sinal Mangueirinha evoluiu dali para cá. Era unida a Câmara, eu entrei com 58 projetos de estradas, pontes e escolas, e ele foi um dos vereadores que me ajudou muito. Inclusive ele também na área dele indígena ele entrou com alguns projetos, como construção de escola por lá. E a gente ajudou ele também, e o prefeito era o Miguel Arlei Reis. Ele era do MDB e eu fui eleito pela ARENA, mas era tudo de acordo. (...) A gente lutou com tudo, aquele tempo estava tudo iniciando, Mangueirinha não tinha nem bandeira, eu indiquei a pessoa para fazer o hino. A arrancada do progresso de Mangueirinha foi ali, foi feita escolas a cada seis quilômetros. (...) Ele dava um apoio nos projetos que eu entrava, e eu apoiava os dele na área indígena, projetos de águas da SANEPAR, asfalto, levar o INPS.

O depoimento de seu Chiquinho do Amaral, coincide com o de outras pessoas com quem conversei na Câmara de Vereadores e na área indígena, quanto ao fato de Ângelo ser bastante participativo. Em sua vereança Cretã articulava-se com seus colegas para aprovação de projetos que beneficiassem as aldeias onde era o cacique, bem como apoiava iniciativas que trouxessem melhorias para a cidade como um todo. Alguns índios contemporâneos seus, descreveram-me cenas de Ângelo saindo direto da roça para reuniões na prefeitura, com as roupas suadas e marcadas pela terra. Mas além de participar ativamente das questões políticas locais, Cretã utilizou sua legislatura para defender a causa indígena (especialmente a desintração de suas áreas) junto às autoridades municipais, estaduais e federais. Como vereador e cacique, Angelo ganhava maior representatividade em suas

viagens à Brasília e Curitiba, em busca de políticas públicas e recursos para o desenvolvimento das comunidades indígenas meridionais.

A excepcionalidade de um índio conseguir através do voto popular uma cadeira de vereador, ainda hoje é motivo de honra e certamente melhorou a auto-estima dos Kaingang e Guarani de Mangueirinha. A eleição de Ângelo representou um passo significativo na efetiva inclusão dos índios na sociedade envolvente, dando a impressão de que as perseguições haviam cessado e um novo tempo estava nascendo. Após sua eleição, várias foram as lideranças indígenas que lançaram suas candidaturas à vereador em Mangueirinha, inclusive dona Elvira Cretã e o ex-cacique Ambrósio, mas nenhuma delas obteve êxito. Uma pequena nota publicada no jornal “O Estado do Paraná”, do dia 22 de setembro de 1982, expõem de forma clara esta questão e nela também é possível perceber a divisão política e o faccionalismo Kaingang:

CANDIDATO INDÍGENA LANÇADO PELO PMDB: A reserva indígena de Mangueirinha está lançando dois candidatos à vereador um pelo PMDB e outro pelo PDS (partido sucedâneo da ARENA). Joneval Teles dos Santos saiu pelo partido do governo e Ambrósio Luiz dos Santos, ex-cacique e cunhado de Ângelo Cretã pela oposição.

Novamente aqui os partidos políticos tradicionais utilizaram-se das divisões internas dos Kaingang, e na resultante deste processo eleitoral os votos indígenas pulverizam-se entre as duas candidaturas. Ressalvando apenas que naquele momento político o Brasil já vivia um processo de abertura, mas os representantes do regime militar ainda dispunham de inúmeros mecanismos de pressão e força política, ainda que a cada nova eleição ficassem mais enfraquecidos.

O atual cacique de Mangueirinha Valdir Kokoj, assim como seu tio Ambrósio também é filiado ao PMDB, ele candidatou-se nas últimas eleições municipais. Valdir dos Santos Kokoj alegou que candidatos ligados ao PSDB distribuíram cestas básicas e telhas de “eternite” para comprar votos dos índios. De modo que mesmo sem recursos para a campanha, lhe faltaram apenas 06 votos para conseguir uma cadeira de vereador, ficando como primeiro suplente na bancada de seu partido. O cacique Valdir concluiu resignado sobre o resultado insatisfatório que obteve nas urnas, que esta foi a vontade de Deus. Mas ponderou também que os dirigentes políticos brancos de seu partido, que na ocasião governavam o Estado do Paraná e a prefeitura de Mangueirinha, não cumpriram as promessas de apoio à sua

candidatura. Refletindo com coerência que as autoridades políticas brasileiras, em geral não tem interesse que surjam novas lideranças indígenas respaldadas pelo voto popular. Já seus opositores indígenas além de criticar sua aliança com o ex-prefeito Maneco (liderança local do PMDB), disseram-me que o atual cacique proibiu a campanha dos seus adversários políticos nas aldeias, denúncia veementemente negada por Valdir. E seus adversários internos também contarem-me, que o cacique-candidato falava publicamente que na área indígena quem iria vencer era a “turma do 15”. Mas no final da apuração, foi mesmo a “turma do 45” que ganhou aquela eleição nas 07 aldeias da reserva, numa disputa acirrada voto à voto.

Neste ponto podemos observar o faccionalismo Kaingang sendo ativado através de uma campanha eleitoral que dividiu politicamente a população da reserva entre os grupos do “15” e do “45”. Por outro aspecto também é possível avaliarmos a dimensão da vitória eleitoral de Ângelo Cretã, que soube superar diferenças internas e conquistar apoios externos. Situação política excepcional, que até hoje não mais se repetiu entre os índios de Mangueirinha. A militante do movimento indígena Belarmina Luiz Paraná, opinou a respeito da eleição de seu cunhado Ângelo:

Ele era uma pessoa boa, uma pessoa honesta, uma pessoa firme no trabalho dele, ajudava todo mundo. Fazia empreita de trabalho, ajudava as mulheres, trabalhava junto com os homens. (...) Nunca deixou o pessoal andar sozinho, ele sempre junto trabalhando. (...) Eu lembro quando ele se elegeu vereador, ele foi muito bem votado. Apesar do que diz o filho dele o Romancil, que ele se elegeu com os votos dos não índios, mas eu acho que não, ele se elegeu foi com os votos dos indígenas. A maioria foi o voto dos índios da reserva, poucos foram os não índios que votaram nele. Porque geralmente naquela época, os não índios não votavam em índio. (...)

Analiso este depoimento de Belarmina, sob a perspectiva da mística que envolve a figura de Ângelo Cretã, e o que sua trajetória política representa para sua gente. E também pelo fato dele ter sido até o momento o único índio eleito vereador em Mangueirinha, o que é sempre lembrado como uma vitória histórica de todos os Kaingang. Assim sendo, existe um componente emocional na afirmação de dona Belarmina, de que os votos obtidos naquele pleito vieram quase que exclusivamente dos índios. É prudente considerarmos que no ano de 1976 muitos índios com idade para votar, ainda não possuíam título de eleitor. No P.I. de Mangueirinha viviam

aproximadamente 600 pessoas<sup>32</sup>, sendo que na aldeia de Palmeirinha muitos índios tinham como domicílio eleitoral a cidade de Chopinzinho. De acordo com depoimentos que recolhi junto aos Kaingang e brancos como o ex-vereador Chiquinho do Amaral, Ângelo Cretã conquistou muitos votos também entre os não índios.

Nas palavras e na expressão da face dos troncos velhos Argemiro, Ambrósio, Belarmina, Elvira, João Guedes, Jurema, Aleixo, Valdivina, Tereza e Domingos pude perceber o reconhecimento sincero pelo trabalho de Ângelo como vereador e líder Kaingang. A vitoriosa trajetória política do cacique Cretã, tornou-se um marco referencial na memória viva dos índios de Mangueirinha, assim como sua postura honesta, corajosa e participativa.

---

<sup>32</sup> Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 1970, neste ano P.I. de Mangueirinha tinha 409 pessoas, sendo 316 Kaingang e 93 Guarani. Mas como já foi apontado neste trabalho, a partir de 1971 com Ângelo Cretã como cacique muitas famílias indígenas retornaram do “exílio”.

### CAPÍTULO III

#### AS RETOMADAS DE TERRAS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL

Este Brasil era inteirinho do índio, e hoje nós só temos um punhadinho, e os brancos ainda querem tomar. Não podemos entregar isso, nem que corra sangue. (Ângelo Cretã)

FIGURA 4 – ÂNGELO CRETÃ – IMAGEM 3



Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

#### 3.1 RIO DAS COBRAS: A PRIMEIRA VITÓRIA.

Durante o transcorrer da década de 1970 ocorreram vários conflitos sociais nas aldeias Kaingang e Guarani, principalmente em função da presença de intrusos brancos nas terras indígenas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes

posseiros invasores eram em sua maioria agricultores “sem-terras”, havia também os arrendatários que produziam há décadas nas terras indígenas sob o beneplácito de chefes de postos do SPI e da FUNAI. Alguns destes chefes de Posto redigiram contratos de arrendamento de “gaveta” (ilegais) com os colonos, que assim sentiam-se seguros em relação ao uso das terras em que viviam e plantavam. Tal situação era generalizada nas terras indígenas do sul do Brasil, o que acirrava diferenças e rancores, produzindo novos atritos e reascendendo velhas tensões entre brancos e índios. Caracterizando um ambiente social de tensão onde as fronteiras étnicas se justapunham, deixando expostas as diferenças entre os grupos envolvidos. Por um lado os ameríndios sentiam-se lesados pelos chefes de Posto, e discordavam da usurpação de seu patrimônio natural pelas serrarias da FUNAI, e sobretudo da presença ostensiva de brancos vivendo em suas reservas. De outro, os intrusos e colonos arrendatários, sentiam-se como legítimos proprietários das terras por eles ocupadas. Tais posições antagônicas geravam confrontos diários, agressões físicas e constantes ameaças verbais de lado a lado. Ao recorrerem à FUNAI e aos governos estaduais, os índios não tinham suas reivindicações prontamente atendidas, ao passo em que a situação fundiária do país aprofundava cada vez mais sua crise. A mecanização da lavoura, a expansão da monocultura e o avanço do latifúndio sobre as pequenas propriedades rurais, acompanhada do desamparo do governo federal à agricultura familiar, produziram um contingente cada vez maior de agricultores sem terra. Fatores sociais que estimularam invasões destes lavradores nas poucas terras indígenas meridionais, situação decorrente do descaso histórico do governo brasileiro para com índios e camponeses. Na época da ditadura dos generais, o compromisso do regime era defender os interesses e as propriedades dos seus parceiros políticos, como os grandes proprietários rurais e as empresas multinacionais. O agravamento dos conflitos interétnicos nas aldeias do sul do país culminou com a reação indígena organizada e inclusive armada, para retirar definitivamente os invasores de suas terras.

O apoio do Conselho Indígena Missionário foi fundamental na estruturação deste movimento social de base étnica, no qual os índios questionaram efetivamente a condição de tutelados pelo Estado. E acima de tudo, demonstraram em seus atos, que os povos indígenas podem conquistar a sua auto-determinação política, para conduzirem eles próprios os rumos e o gerenciamento de suas comunidades. Durante a “8ª Assembléia dos Chefes Indígenas”, promovida com apoio logístico do

CIMI na cidade de Ijuí-RS em abril de 1977, um tronco velho de Mangueirinha fez um depoimento histórico. Então vamos a fala de Francisco Luís dos Santos, o combativo sogro de Ângelo Cretã, proferida no dia 17 de abril à tarde e registrada nos anais daquele encontro. Nesta oportunidade seu Chico Luís, apontou os locais de conflitos mais agudos nas terras indígenas do sul, detalhando suas principais causas:

Através desses encontros com os caciques de outros postos, outras aldeias e Estados, é que faz os problemas que precisam ser debatidos, ser sentidos. Como lá em Mangueirinha, tem uma parte de nossa terra que está sob o domínio da firma Slaviero, queremos que volte para a reserva indígena, mas está um pouco demorado. Em 75 fomos a Brasília e tivemos promessa que logo seria resolvido nosso problema da área, mas até agora não tivemos solução nenhuma. Os índios não tiveram apoio do chefe do Posto. Mandaram um ofício muito bonito do presidente da FUNAI, mas não foi executado. Em 76 foram os colonos invasores de Nonoai no Rio Grande do Sul. E também em junho, no Posto Xapecozinho em Santa Catarina iam ser afastados os arrendatários e até agora não foi afastado. Lá em Mangueirinha tem seis capataz vigiando e cuidando dos pinheiros como se fosse dos Slaviero. Em Palmas no Paraná faz cinco meses que eu estou trabalhando, e foi vendido também 80 hectares de terra da área dos índios pelo SPI. Já passou cinco ou seis donos. Atorou a área pelo meio. Como se pode entrar numa fazenda e atorar no meio, dividindo em duas partes como foi feito lá em Palmas? Eu não sou contra a FUNAI, o que eu apoio é um pouquinho mais de respeito. Se o SPI foi cassado por causa dos abusos nas áreas indígenas, a FUNAI não cumpriu ainda o que prometeu: a limpeza da área, limpar dos intrusos, legalização das terras indígenas, a situação do índio. Temos que lutar para que seja feito aquilo que prometeram: terra, saúde e educação em primeiro lugar precisa ser normalizado. Por ora meu depoimento é isso.

Nesta ocasião 26 lideranças das etnias Kaingang, Guarani, Terena, Xavante, Bororo, Pareci, Kayabi e Apiacá marcaram presença, demonstrando a abrangência nacional do movimento social indígena. As palavras do seu Chico Luís (avô paterno do atual cacique Valdir Kokoj e materno da liderança nacional Romancil Cretã) demonstram aguçada consciência étnica e política. Em essência elas clamavam por cidadania, justiça e respeito para com os índios, cobrando do Estado brasileiro ações concretas nas áreas de saúde e educação. Os “guerreiros” Kaingang e Guarani nos tempos épicos do cacique Ângelo Cretã estavam unidos e sabiam por que lutavam: pela desintrusão, retomada e preservação de suas terras, e com elas o respeito pelas suas culturas. A terra para os Kaingang possui uma significação muito singular, que está na essência de sua cultura e no seu modo de viver e compreender o mundo.

O cacique Ângelo Cretã esteve por noventa dias entre os anos de 1977 e 1978 presente na Terra Indígena de Rio das Cobras, no sudoeste do Paraná, para comandar a retirada de cerca de trezentas famílias de colonos invasores. Dona Elvira Cretã falou-me sobre estas ocasiões em que seu marido ausentava-se de Manguairinha para comandar desintrusões em outras aldeias:

(...) Ficava um mês, dois meses fora, ele ia lá e combinava com os outros caciques e daí eles faziam o trabalho deles, tirar o pessoal que entrava na terra. (...).

No caso específico de Rio das Cobras ocorreram ações violentas entre índios e posseiros, e para ser resolvido o impasse foi preciso inclusive a intervenção do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Paraná. O presidente da FUNAI era o general Ismarth de Oliveira, e os confrontos de Rio das Cobras expunham à opinião pública nacional a realidade opressiva dos índios no sul do país. E também os muitos equívocos das políticas indigenistas e fundiárias do Estado Nacional brasileiro. Por tais motivos o governo federal precisava agir com firmeza, diante da determinação dos índios em reconquistar suas terras. Na época foram feitas muitas reportagens à respeito da luta indígena, grandes jornais do país estampavam manchetes sobre o tema, como esta em “O Estado de São Paulo”, publicada no dia 21 de janeiro de 1977:

**ÍNDIOS DO PARANÁ MANTÉM VIGILÂNCIA:** A situação está voltando ao normal na reserva indígena de Rio das Cobras. As casas de 50 famílias de posseiros que foram expulsas pelos índios, foram ocupadas pelos Guarani e Kaingang, que permanecem decididos a impedir a volta dos posseiros a qualquer preço, mantendo rigorosa vigilância dia e noite em toda a reserva. Permanecem ainda 40 famílias.

O mesmo “O Estado de São Paulo”, em 16 de fevereiro de 1977, destacava a mobilização indígena no sudoeste paranaense e o aumento da intensidade dos conflitos com os intrusos. Uma situação social explosiva que contrastava com a passividade do órgão indigenista oficial, como revelava a notícia:

**FUNAI TEME REVOLTA DE ÍNDIOS:** A FUNAI teme que cerca de 3.000 índios das reservas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se reúnam no Posto Indígena de Rio das Cobras (PR), desencadeando uma verdadeira guerra contra os posseiros da região. Depois que três deles tentaram assassinar o índio Masserino, filho da cacique da reserva.

Matérias jornalísticas como estas descreviam o cenário dos embates entre os índios que defendiam a integridade de suas terras contra os posseiros intrusos, diante da omissão dos órgãos públicos que deveriam garantir a lei e à ordem. Estes incidentes ocorreram com maior intensidade a partir de 1977, mas suas raízes remontam aos espólios territoriais da década de 1940, e a descaracterização do SPI enquanto agência de “proteção ao índio”. O posicionamento da FUNAI era extremamente conformista com a situação caótica das reservas no sul, especialmente antes dos levantes indígenas. A matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, em 27 de março de 1975, expõem claramente qual era postura oficial da FUNAI na época:

DELEGADO EXPLICA INVASÃO: O titular da 4ª Delegacia Regional da FUNAI, Francisco Brasileiro, explicou que a invasão das terras na reserva indígena de Rio das Cobras (PR), foi originada quando do loteamento feito pelo FPCI que, por razões políticas, preferiu distribuir 500 hectares das terras para colonos. Por este motivo não há aparato legal que permita a expulsão dos colonos.

Em contrapartida ao conformismo oficial, as reuniões de lideranças indígenas apoiadas pelo CIMI propiciaram um ambiente político favorável à construção efetiva de uma articulação concreta destes povos regionalmente. Ângelo Cretã enquanto cacique e vereador eleito colocava-se como um porta voz e comandante deste processo de lutas, exigindo que a FUNAI cumprisse suas funções constitucionais. E ao menos tentasse solucionar de alguma forma a questão dos intrusos nas aldeias, uma das medidas tomadas pelo governo do Paraná e a FUNAI foi a ‘Operação Laranjinha’. O jornal ‘O Estado de São Paulo’, abordou aqueles incidentes de 1977:

POLÍCIA TIRA POSSEIROS DA RESERVA: É iniciada a ‘Operação Laranjinha’, comandada pela Polícia Militar de Cascavel (PR), para a retirada dos invasores da área indígena de Rio das Cobras, onde vivem cerca de 1.200 indígenas Kaingang e Guarani. Foi confirmada a prisão de Aldair Borba, acusado pelos índios de ser pistoleiro e explorar suas terras.

Esta operação da PM paranaense, embora importante pois objetivava respaldar os direitos indígenas, foi pontual e paliativa, e por isso não surtiu o efeito necessário. Após seu encerramento surgiram novas invasões e muitos agricultores

intrusos radicalizaram suas posições, acreditando que pelo fato de produzirem tinham direitos adquiridos sobre aquele solo. Entretanto a mobilização indígena a cada dia ficava mais intensa, seus líderes reuniam-se com maior freqüência, amadureciam suas idéias e traçavam novas estratégias de luta. Desse modo os Kaingang e Guarani de todo o sul do país preparavam-se para as novas batalhas que estavam prestes a eclodir com os posseiros. Em 1978 foram gravadas imagens e depoimentos dos envolvidos nos combates entre índios e brancos no sul do Brasil, para órgãos de comunicação de massa, inclusive para o “Jornal Nacional” da Rede Globo de televisão. Os índios do Brasil meridional outrora esquecidos, estavam unidos e mobilizados pela luta étnica e começavam a ganhar visibilidade nacional ao final da ditadura militar. Em uma destas entrevistas para a televisão, o cacique Ângelo Cretã portando arco e flechas, anunciava sua partida para liderar a retomada das terras em Rio das Cobras:

(...) Hoje eu viajo para Rio das Cobras para ajudar meus irmãos lá, para que vençam esta batalha perigosa, cheia de ameaças. Tudo cheia de homens brancos armados de revólver, Winchester, tem até metralhadora. Então eu viajo para lá hoje. Nós somos bastante gente, se for preciso eu tenho oitenta homens, tudo pronto para os combates, eu acredito na minha gente. (...)

Em 20 de janeiro de 1978, o “Jornal da Tarde” da cidade de São Paulo veiculava novas informações sobre aquele impasse entre brancos e índios:

**A PERIGOSA BRIGA COM OS POSSEIROS:** A Secretaria de Segurança Pública do Paraná, determinou o fechamento de todas as saídas da Reserva Indígena de Rio das Cobras, onde vivem cerca de 1.600 índios. Os Guarani e Kaingang prometem expulsar os invasores de suas terras, caso a FUNAI não resolva a situação.

Nesta mesma data, justamente um dia antes daquela operação de retomada, “O Estado de São Paulo”, trazia as seguintes linhas sobre os conflitos em uma distante reserva indígena no sudoeste do Paraná:

**ÍNDIOS AMEAÇAM EXPULSAR POSSEIROS:** Os índios Guarani e Kaingang do Posto Indígena de Rio das Cobras estão dispostos a expulsar a qualquer custo, as duas mil famílias de posseiros que invadiram a reserva nos últimos anos. A madeireira Marochi está envolvida no conflito.

Em Mangueirinha trinta e dois anos após aqueles polêmicos incidentes, tive a oportunidade de conversar pessoalmente com um dos protagonistas nas lutas pela retomadas das terras indígenas. Na ocasião o ex-cacique Ambrósio Luis dos Santos, afirmou que Ângelo Cretã era sobretudo um articulador político que buscava primeiro o diálogo, antes de radicalizar suas posições. Ambrósio ratificou a informação noticiada pelo Jornal da Tarde (SP), que os índios somente agiram por conta própria diante das constantes protelações da FUNAI. Pois o órgão indigenista federal não demonstrava empenho em realizar efetivamente a desintrusão das terras indígenas. Agora transcrevo parte de nosso diálogo, por tratar-se de significativo registro oral, que resgata a memória do movimento indígena contemporâneo:

AMBRÓSIO – (...) Era na conversa com as lideranças das outras reservas, e ia chegando lá. As terras na época, tipo em Rio das Cobras era tudo invadido, era só posseiros, não tinha mais onde ir, nem lugar para construir uma casa para morar, aí foi retomado. Ajudei também na época.. Em Guarita no Rio Grande do Sul, também lá não tinha mais lugar para os índios nem sair de dentro de casa. Eu fui para Guarita junto com o Ângelo e lá também foi conseguido retomar lá de novo. E aí quando a gente ia mexer aqui (em Mangueirinha), ele faleceu.

PAULO – E como foi em Rio das Cobras?

AMBRÓSIO – Quando nós chegamos primeiro lá era só posseiro que tinha, daí foi feita uma reunião com as lideranças Kaingang de lá, era o cacique Imbira na época. Daí os Kaingang ‘rifaram’, eles tinham medo por que eram muitos brancos que tinha, eram muitos posseiros. Daí fomos na aldeia Guarani, conversamos com eles e os Guarani concordaram, daí começou o trabalho avisando o pessoal que era para eles saírem e ir retirando as coisas. Aí na época a FUNAI era contra também, era contra a atitude que nós índios tinha tomado. Quando eles viram que nós índios íamos ganhar, aí eles entraram junto também. Mas no começo eles não pensavam assim.

PAULO – Então foi uma negociação, não foi uma ação violenta?

AMBRÓSIO – Não teve violência, a gente ia de casa em casa avisando aqueles que tinham de sair, teve outros quiseram emperrar, mas tinham que sair era terra indígena. Era desse jeito que ele agia, sempre pela melhor forma.

Agora vejamos outra perspectiva a respeito do mesmo episódio em Rio das Cobras, analisando um depoimento narrado pelo indigenista e agrônomo Edivio Batisteli, que na época coordenava na região sul o principal projeto agrícola da FUNAI. Batisteli apresenta-nos novas informações e um diferente ângulo de abordagem sobre a retirada dos intrusos:

BATISTELI - “Houve uma decisão pela retirada dos agricultores de lá, uma decisão pactuada entre a FUNAI e os índios, pois em tese a decisão mais forte cabia ao Ângelo Cretã e ao Delegado Regional José Carlos Alves. Chefiava Rio das Cobras: Sadi Olivio Biavatti e Mangueirinha: Isaac Bavaresco, e os caciques de Rio das Cobras eram Argemiro Rekâke Fernandes, Kaingang, e Valdomiro Carai Pires de Lima, dos Guarani lá da aldeia do Pinhal. Mas os índios estavam confinados contra o asfalto, morrendo muito, o índice de mortalidade no início dos anos 1990 chegou a vinte e uma crianças por ano, hoje a situação é muito melhor.

PAULO – Você me falou em ação pactuada, mas alguns índios me falaram em ação armada em Rio das Cobras?

BATISTELI – O Cretã liderava os índios, mas seguia o cacique de Rio das Cobras e o grupo dos outros índios. Quem na verdade atacou a parte de criações de animais lá nos Guarani foi o Valdomiro Pires de Lima, com o grupo dele. E quem atacou por exemplo na Serra da Jacutinga, numa propriedade de Jairo Correia, foi então o grupo dos Kaingang. Isto aconteceu ao mesmo tempo e debelou a operação, e era um regime militar no país, mas hoje jamais seria feito daquela forma. Foi usado um regime de força, as pessoas despejadas, vieram para lá equipes da FUNAI de todas as partes do sul, da jurisdição deste delegado. Vieram índios de outras comunidades, até uns seis Xokleng de Ibirama-SC para trabalhar lá, mas os índios de Rio das Cobras eram a maior população na época no estado do Paraná. O papel do Cretã foi detonar a operação, liderar esta iniciativa por parte indígena de desocupação, Rio das Cobras foi a primeira desocupação do país e a segunda foi Nonai-RS.”

O filme “Terras dos Índios” de 1978 apresenta a retomada de Rio das Cobras como: “a primeira vitória”, nele o comandante Cretã conta sobre sua participação na “detonação da operação”. Nesta sua fala histórica Ângelo, em certo ponto contradiz o depoimento de seu companheiro de lutas Ambrósio, que afirmou para mim não ter ocorrido violência física em Rio das Cobras. Segundo Ambrósio os índios apenas avisavam pacificamente aos colonos para saírem com urgência de suas terras. Entendo que Ambrósio buscou resguardar-se de qualquer possível problema, sendo ponderado em suas palavras, para assim evitar maiores conseqüências. Como supostas represálias ou até mesmo repercussões jurídicas, caso ele assumisse publicamente que ocorreram ações truculentas por parte dos índios naquela ocasião. Por outro lado, com certeza houve muita negociação dialogada entre as partes envolvidas, e muitos dos atos mais agressivos dos índios foram pontuais e simbólicos. Como por exemplo: o arco e as flechas mostrados ostensivamente por Ângelo Cretã em sua ameaçadora entrevista ao Jornal Nacional, às vésperas dos confrontos. E também em atitudes radicais, como o arrombamento do paiol de um intruso que se negava a sair, fato que marcou o início dos “combates em Rio das

Cobras”, travados no ano de 1978. O anúncio público via rádio e televisão do ataque dos índios armados (com reforços vindos das aldeias Mangueirinha, Xapecó e Nonoai), também fazia parte de uma estratégia para intimidar os intrusos e alertar as autoridades públicas. Mas vamos ao testemunho do cacique Ângelo Cretã, registrado em “Terra dos índios”:

(...) Peguei 17 índios e fui lá e arrombei o Paiol com 50 sacos de milho dele, derrubei tudo e joguei sanga abaixo, e ali começou a briga. Pegamos os Guarani lá e tiramos mais uns quatro ou cinco, dos mais valentes, dos mais violentos, que brigavam e que matavam. A arma que nós tinha era facão e flecha, tiramos mais cinco famílias. Em duas semanas já tinham saído 170 intrusos. (...)

A eclosão das “revoltas indígenas” que expandiam-se rapidamente pelas aldeias sulinas obteve repercussão nacional e internacional, através das redes de comunicação do CIMI, da OPAN, da ANAI e dos antropólogos brasileiros. Aquela situação crítica de conflito interétnico, ficou agravada pela questão dos posseiros que após serem expulsos de Rio das Cobras não foram assentados em nenhuma outra gleba pelo governo federal. Abandonados pelo governo os “trabalhadores rurais sem terra” retirados das áreas indígenas, promoverem acampamentos nas margens das estradas paranaenses. Assim a T.I. de Rio das Cobras (bem como as demais terras indígenas do sul), prosseguia sob constante ameaça de novas intrusões, e as questões relativas aos agricultores sem terras continuavam sem solução. Mas é fato histórico concreto, que a ação efetiva e independente dos índios sob o comando de Ângelo Cretã em Rio das Cobras, obteve em poucos meses resultados positivos que os órgãos oficiais de segurança pública não conseguiram durante décadas. Aproximadamente 3.000 colonos intrusos foram obrigados a se retiraram da Terra Indígena de Rio das Cobras em março de 1978. Garantiu-se desse modo a integridade física daquela reserva, que fora reconhecida pelo Governo do Paraná como pertencente aos índios em 1905. Os setores progressistas da Igreja Católica que faziam oposição sistemática ao regime militar colaboraram ativamente no fomento e difusão daquelas contendas épicas. Em 05 de março de 1978, o jornal “O Estado de São Paulo, noticiou:

O CIMI divulgou nota de apoio aos índios Guarani e Kaingang do Posto Indígena de Rio das Cobras (PR), que expulsaram de suas terras centenas de posseiros. O documento observa que 80% das

invasões se registraram depois de 1968, ano de criação da FUNAI, e denuncia o envolvimento de importantes funcionários deste órgão.

A ofensiva dos índios foi decisiva na retirada dos invasores, fato que levou tanto a FUNAI como as forças de segurança nacional, a assumirem suas obrigações constitucionais e defenderem o patrimônio indígena. O Exército Brasileiro e a Polícia Militar do Paraná, enviaram tropas para acompanhar a desocupação que os índios faziam por sua conta e risco em Rio das Cobras. O diário carioca “O Globo”, informava em sua edição de 19 de fevereiro de 1978:

POSSEIROS ABANDONAM AS TERRAS DOS ÍNDIOS APÓS AÇÃO MILITAR: Duzentos soldados da Polícia Militar armados com fuzis, revólveres, metralhadoras cercaram e ocuparam a reserva indígena de Rio das Cobras e se espalharam estrategicamente à procura dos jagunços contratados pelos posseiros que ocupavam 15 mil dos 20 mil alqueires da Terra Indígena.

É importante observarmos que o desenvolvimento estratégico da ação de retomada das terras em Rio das cobras aconteceu por etapas e de modo planejado. Num primeiro momento os índios extenuados de esperar uma atitude governamental em prol de seus direitos, mobilizaram-se reunindo “guerreiros” de outras aldeias do sul do país, ameaçando fazer justiça com as próprias mãos. Numa segunda etapa do processo, eles intimaram os brancos para se retirarem da reserva indígena e só depois partiram para hostilidades contra os intrusos mais persistentes, finalmente expulsando-os à força. E num terceiro momento diante do fato consumado, o Estado Nacional brasileiro viu-se obrigado a colocar seus efetivos do Exército, da Polícia Militar e da FUNAI para garantir os direitos indígenas. É comum ouvirmos nos depoimentos de agentes da FUNAI, que eles foram parte integrante do movimento de retomadas de terras e até mesmo que coordenaram as ações junto com os caciques. Porém tais versões foram questionadas de forma contundente pelos índios que entrevistei, particularmente por aqueles que estiveram presentes em Rio das Cobras, Xapecó e Nonoai. O ponto de vista destes índios é muito claro, foram eles que expulsaram os intrusos, e inicialmente a FUNAI desautorizou qualquer atitude mais incisiva por parte dos índios. Somente após os conflitos serem deflagrados é que ocorreu de fato alguma ação objetiva da FUNAI em favor da causa indígena. Ressalvando que individualmente alguns funcionários da FUNAI de diferentes escalões eram simpatizantes do movimento indígena e apoiavam suas

reivindicações, estes eram chamados pelos índios de “verdadeiros amigos”. O êxito da luta dos Kaingang e Guarani liderados por Ângelo Cretã em Rio das Cobras, encorajou ainda mais os índios do sul do Brasil, servindo de referência para as novas conquistas territoriais que se seguiriam. O jornalista Luiz Padovani comentou a progressão destes conflitos fundiários interétnicos, na “Folha de São Paulo” do dia 21 de maio de 1978:

CHOQUES ENTRE COLONOS E ÍNDIOS DEVEM ALASTRAR-SE:  
Depois do choque entre colonos e indígenas no Rio das Cobras, uma a uma as reservas do sul do país estão sendo tomadas por conflitos desta natureza. Nonoai, Cacique Doble e Guarita estão registrando conflitos entre Kaingang e os brancos intrusos.

Assim como um castelo de cartas de baralho que desmorona com um primeiro toque, ou um incêndio que alastra-se rapidamente no campo, todas as terras indígenas meridionais foram ficando “limpas de intrusos” como pregava o comandante Ângelo Cretã. Mas para que este processo de resistência indígena obtivesse êxito muitas guerras ainda precisariam ser vencidas.

### 3.2 NONOAI, A GRANDE BATALHA:

FIGURA 5 – IMAGEM 4 -MOBILIZAÇÃO KAINGANG EM NONOAI- RS, 1978.  
Fonte: Instituto Sócio Ambiental - fotografia de Assis Hofmann.



a

”(...) Como nós começamos aquilo ali e vencimos, fomos até o fim, por quê não há de limpar as outras áreas? Imo lá pro Nelson (Xangrê) ajudar ele tirar aqueles intrusos de lá. É pesada a situação lá, mas se nós ganhamos aquela de Rio das Cobras, ganhamos essa aqui (em Mangueirinha), e aquelas de Chapecó e Nonoai. Nem que morra alguém, mas sobra muita gente. Vamos larga-lhe o pau e limpar as terras indígenas. ( Angelo Cretã)

Esta declaração que sintetiza a posição indígena durante aqueles conflitos, está registrada no documentário “Terra dos Índios”, produzido e dirigido por Zelito Viana no mesmo período em que as retomadas iniciavam no sul do país. Sendo o referido áudio visual, uma fonte ímpar de informações a respeito daqueles episódios,

sobretudo por trazer a voz dos índios que comandaram o movimento. Em meados de abril de 1978, aproximadamente três mil famílias não índias de lavradores intrusos, começaram a ser retiradas pelos guerreiros Kaingang e Guarani, da T.I. de Nonai no Rio Grande do Sul. Nestes embates Ângelo Cretã esteve presente representando os índios do Paraná. Os índios cada vez mais organizados pressionavam os posseiros invasores e a FUNAI, exigindo a desintrusão imediata de suas terras. No filme “Terra dos Índios”, falou também Nelson Xangrê, o cacique que comandou a retirada dos invasores da T. I. de Nonoai:

O negócio é se quisermos resolver o caso dos brancos, é pegar, fazer um grupo e tirar os brancos da área. Expulsar eles para fora da área (...). O maior problema que nós temos é o invasor, o pessoal está preocupado, primeiro foi o SPI que arrendou nossas terras e atrás disso veio invasão. (...) Os índios nunca tinham armas de fogo e os brancos vinham armados. (...) Existia pinheiro bastante nesta área e agora só tem refugos, eu acuso até as autoridades, elas estão autorizando o corte de madeira.

Durante esta entrevista gravada por Zelito Viana na T.I. de Nonoai, outra liderança indígena representando o “Conselho de Autoridades” daquela comunidade, também pronunciou-se sobre a devastação das matas na sua reserva. Prática efetuada pelos colonos intrusos com a anuência do governo federal, que não coibia as infrações ambientais cometidas. Em suas palavras, aquele líder Kaingang demonstrava grande preocupação com a transmissão da cultura tradicional para as crianças indígenas. Destacando a importância concreta e espiritual da floresta para o povo Kaingang, que transcende o mero valor comercial da madeira extraída:

(...) Para mim é a maior tristeza ver esse mato todo derrubado, tudo queimado. Coisa que era proibida pro índio derrubar, eu mesmo proibi pra preservar o mato. Tem dias que eu fico até nervoso e não consigo nem dormir. E quando que as crianças vão ver? Quando elas vão conhecer o mato? (...)

As questões ambientais são historicamente ligadas a resistência cultural do povo Kaingang, delimitando suas fronteiras físicas e cosmológicas com o mundo dos brancos. Elas também estão relacionadas com uma intrincada situação fundiária que se arrastava desde os anos 1940, e ficou ainda mais desfavorável aos índios quando o governador Leonel Brizola do Rio Grande do Sul, promoveu uma “reforma agrária” sobre as terras Kaingang em 1962. A partir de então a intrusão de colonos

brancos passou a ser feita em maior escala, contando com o incentivo implícito do governo gaúcho. Assim em pouco mais de dez anos reduziram-se consideravelmente as áreas remanescentes de floresta, diminuindo também a caça, a pesca, a coleta de pinhões e ervas medicinais. E os índios passaram a viver cada vez mais sob a pressão dos invasores brancos, que andavam armados nas terras que haviam sido asseguradas pelo cacique Nonoai no século XIX. Tais acontecimentos não escapam a memória dos Kaingang, como atesta seu Argemiro dos Santos, que ao lado de Ângelo Cretã esteve nas retomadas de terras em Mangueirinha e Rio das Cobras. Ele contou-me sobre um diálogo que teve com uma prima de Moisés Lupion, chamada Maria, que visitou as aldeias de Mangueirinha no final dos 1970. Quando em 1978 a promulgação da lei de anistia possibilitou aos exilados políticos como o trabalhista Leonel Brizola retornarem ao Brasil. O troncovelho Argemiro, expôs assim sua interpretação peculiar sobre aqueles fatos históricos:

(...) - A senhora não ouviu falar? Se eu não me engano foi em 60 que foi vendida todas as áreas indígenas do Brasil, a senhora não sabe disso? Estou lhe explicando e lhe provo. E ela disse: "Quem foi que vendeu?" E eu disse: - Dona qual foi os governo que saíram presos e escoltado do Brasil e hoje voltaram de novo? E ela pensou e disse: - "Mas eu não sei..." E eu já vi que ela estava com medo, então eu disse: - Quem vendeu todo o Brasil e não só as áreas dos índios foi o Lupion e o Brizola.(...)

A relação estabelecida por seu Argemiro entre o exílio e a posterior anistia política de Brizola, com a cassação do mandato de Lupion, pode não ser totalmente correta historicamente. Mas é fato concreto, que Lupion e Brizola enquanto governadores de seus Estados reduziram substancialmente as terras indígenas, ainda que por motivações econômicas e ideológicas muito diferentes. Independente destas particularidades políticas, a situação social decorrente da intrusão progressiva de brancos nas terras dos índios no sul do Brasil, foi pontuada pela violência. Em depoimento que consta nos anais da "8ª Assembléia dos Chefes Indígenas", no dia 17 de abril de 1977, o capitão Marcolino, também chamado Kandetê, discorreu sobre a condição precária em que se encontravam os índios de Nonoai:

Lá na nossa aldeia de Pinhalzinho, os brancos é a maior parte e tão tirando madeira, fazendo as casas deles. Quando a gente vai embargar, a gente muitas vezes tem medo, né? Eles criando os filhos

deles dentro das propriedades dos índios. Muitos de nós já apanhou nas estradas, muitas vezes a gente vai nas bodegas para arriscar a vida. (...) Os intruso estão entrando na área com carroça e tudo! Eu sou capitão, fui prender um intruso. Os brancos invadiram a minha casa, eu não tava em casa, só a mulher e as crianças, então o menino abriu a porta assim e entrou o cano da espingarda, e perguntou: 'Onde está o capitão?' Ai eles gritaram pro vizinho: 'Vem ajudar que os brancos estão invadindo a casa!' Eram oito que arrodaram a casa.(...) Mas será que eu sou dono da aldeia? Sou índio afinal, será que eu não vou ter direito? As autoridades sabem que o intruso queria matar, assustou minha mulher e tudo com a espingarda.(...) Tem que tirar essa gente que tá incomodando o índio, eu tou com 47 anos e quando eu fui em Nonoai tinha 17 anos e não tinha nenhum intruso.(...) Se for contar tudo a verdade que aconteceu lá há 10 anos, 15 anos atrás, não dá nem pra contar.(...) Óia, meu tio João Cabrito foi morto na estrada a pedra, tem índio que ficou aleijado.(...) Como nós ainda tamos no encontro, pode ser que aconteça alguma coisa.(...) Há dois anos recebemos essa carta do general Ismarth, então eu achei bom que a FUNAI ia deixar a terra limpa. Mas já faz dois anos que nós tamos esperando, então que é isso aí? Será que não somos filhos de Deus? O índio não vale nada?

Índios de várias partes do Brasil nestas assembléias debatiam seus problemas, e com a colaboração do CIMI estruturavam um movimento social autenticamente indígena. No encontro realizado em Ijuí-RS, Amândio Vergueiro Kagrê, que era o braço direito do cacique Xangrê, abordou de forma direta temas polêmicos como o arrendamento de terras e a serraria da FUNAI:

Aqui em Nonoai o primeiro problema que teve foi político. A maioria das necessidades do índio vem da política. Ali através disso veio o SPI. Depois do SPI que em dez anos acabaram toda a madeira, veio a FUNAI. Eles arrendando a terra e nós índios sempre na miséria. Então eles pedem para os índios esperar as promessas, então daí que os índios ficou assim atrasado. Então um problema que nós sentimos é de começar a trabalhar e garantir o resto das terras que já foram tomadas. Eles (os intrusos) já ganharam terras nas primeiras reformas agrárias e venderam e estão lá de novo. Querem ver a destruição da geração do índio. Lá em Nonoai não existe mais pinheiros, não existe mais madeiras de lei, e o índio nunca tem o apoio que ele merece. Então o plano agora lá é não deixar tirar esse chefe de Posto que está lá. Certas coisas a FUNAI está inocente, mas se eles se interessassem o índio não estava sempre na mesma. (...) Os indígenas são povos que tem assim pensamento por si mesmo, eles não podem ser proibidos de encontros e reunião. Eles não eram assim massacrados.(...)

Nesta fala de Kagrê na 8ª reunião chefes indígenas, ele refere-se a “índios massacrados”, repressão política e ameaças de supressão dos direitos de reunião e associação. Aquele líder Kaingang também fez na ocasião severas críticas ao SPI e a FUNAI, afirmando com precisão que os problemas com intrusos e desmatamentos nas aldeias são principalmente de “ordem política”. Para em seguida politicamente

defender a permanência do chefe do Posto de Nonoai, muito provavelmente um aliado dos índios e portanto indesejável aos autocratas de Brasília.

A proporção atingida pelos embates na T.I. de Nonoai, onde viviam onze mil e oitocentos posseiros brancos e três mil índios, não passava despercebida pela sociedade brasileira. Vivia-se um momento político de desgaste do regime de exceção, em que a população brasileira aumentava sua mobilização pela redemocratização do país. Havia na época um forte movimento da sociedade civil organizada que exigia uma anistia “ampla, geral e irrestrita” aos exilados e presos políticos, bem como a restauração das liberdades democráticas. Nas cidades do industrializado ABC paulista, uma nova liderança sindical emergia, seu nome era Luiz Inácio da Silva. O metalúrgico Lula comandou em 1978 as maiores greves operárias da história deste país, lutando contra o arrocho salarial sobre os trabalhadores, desafiando nas ruas a ditadura militar. O presidente da República era o general Ernesto Geisel, que prometeu ao país em seu discurso de posse uma abertura lenta e gradual rumo à democracia. Neste ambiente de mudanças políticas e contestação da ordem vigente, toda e qualquer notícia que denunciasse falhas do governo eram bem vindas em grande parte da imprensa brasileira. E a luta indígena encaixava-se neste propósito, pois era um assunto que ainda podia ser explorado pelos jornalistas, muitas vezes tolhidos pela censura de tratar de outros problemas políticos e sociais. Como exemplo, destaco a matéria de “O Estado de São Paulo”, que em 30 de agosto de 1975, registrava a posição antagônica aos povos indígenas emitida pelo governador do Rio Grande Sul:

COLONOS FICAM EM RESERVA: Antecipando-se ao relatório da comissão integrada por técnicos do governo estadual, FUNAI e INCRA e atendendo pedido feito pelo deputado Urbano Morais (ARENA), o governador Sinval Guazelli determinou a permanência dos colonos que invadiram e arrendaram terras nas reservas indígenas de Nonoai, Cacique Doble, Ligeiro e Água Santa.

Porém três anos após esta decisão política autoritária do governador gaúcho que não considerou laudos técnicos agrônômicos, etnológicos, históricos e jurídicos, a situação das reservas indígenas do Rio Grande do Sul a cada dia ficava mais crítica. As tensões fundiárias interétnicas no extremo noroeste gaúcho geravam confrontos diários e novas notícias para serem divulgadas. “O Estado de São Paulo”, publicou no dia 11 de maio de 1978:

**POSSEIROS TEM UM MÊS PARA DEIXAR RESERVA INDÍGENA:** Os 800 posseiros que pretendiam continuar ocupando grande parte dos 15 mil hectares da reserva de Nonoai, tem o prazo de um mês para se retirar. Segundo ficou estabelecido em reunião realizada entre a FUNAI, Brigada Militar e a Polícia Federal, após a revolta dos índios.

Passado o intervalo de três semanas do ocorrido, o mesmo jornal paulista, novamente noticiava matéria referente aos embates entre índios e brancos no noroeste gaúcho:

**TERÇA, O PRAZO FINAL PARA OS POSSEIROS DEIXAREM NONOAI:** Centenas de posseiros estão deixando a reserva indígena de Nonoai, depois que os índios Kaingang se rebelaram contra a invasão de suas terras, que durante vários anos foi sendo invadida pela FUNAI através de contratos de arrendamentos.

O acompanhamento progressivo destas notícias veiculadas em jornais das grandes metrópoles que denunciavam as posições contraditórias do governo, é útil sobretudo para demonstrar que a retirada dos intrusos ocorreu somente após a “rebelião indígena”. O estopim da “batalha de Nonoai” ocorreu numa fria madrugada de maio de 1978, quando seis escolas públicas utilizadas pelos filhos dos colonos intrusos foram incendiadas pelos “guerreiros” do cacique Xangrê. O tablóide Zero Hora, da cidade de Porto Alegre (RS), inicia com o seguinte texto uma matéria assinada pelo jornalista Carlos Wagner, publicada no dia 20 de julho de 2008:

Magri, o Xangrê vai expulsar os agricultores.” (...) O fonograma que chegou em maio de Brasília, do correligionário e deputado federal Odacir Klein, finalmente fez o prefeito Gervásio Magri (MDB) entender o que ouvia nas ruas de Nonoai, aquilo era mais do que um boato. Nelson Xangrê, o cacique da Reserva Indígena de Nonoai, estava pronto para atacar os colonos e expulsá-los das suas terras.

Tais informações revelavam a gravidade política daqueles acontecimentos, demonstrando a preocupação de um deputado federal que alertava um prefeito de seu partido sobre os confrontos entre índios e posseiros em Nonoai. Caso os índios não assumissem as rédeas do movimento e partissem determinados em busca de seus direitos, dificilmente os políticos profissionais fossem eles do MDB ou da ARENA dariam a devida atenção às suas causas. O cacique Nelson Xangrê enviou

o índio Kagrê, cujo nome português é Amândio Vergueiro, ao Quartel do Exército de Santo Angelo. Esta reunião secreta entre um líder Kaingang e um comandante militar brasileiro, tinha por objetivo principal confirmar com o general José Eduardo Lopes Teixeira, que o Exército não se oporia a iniciativa dos índios. Após o consentimento formal daquele oficial de alta patente, que exigiu ser informado com 24 horas de antecedência sobre o início da operação, Xangrê determinou o dia 04 de maio de 1978, para iniciar a retirada dos cerca de 11.800 intrusos. Outra fonte que elucida aspectos decisivos da retomada de Nonoai, é o depoimento de Gelson Vergueiro Kagrê, transcrito no livro “Textos Kanhgág” (1987), uma importante publicação para o povo Kaingang que envolveu o MEC, a APBKG, o COMIM, a ONISUL e a UNIJUÍ:

Em 1978 a população Kanhgág<sup>33</sup> (em Nonoai) era constituída por apenas três mil índios. Durante a ocupação que durou trinta e oito anos, os índios realizaram reuniões para discutir o problema de sua terra e montar estratégias para expulsar os posseiros invasores. Na época da invasão, em 1940, os Kanhgág eram liderados por Sygre, que procurou reunir líderes indígenas também preocupados com as contínuas perdas territoriais. A partir de 1972 foram discutidas idéias e estratégias para uma reação contra a invasão territorial. (,,) Enquanto isso, o número de invasores aumentava a cada ano, numa proporção de 11.800 posseiros contra 3.000 Kanhgág.

Em seu depoimento Kagrê nos apresenta dados históricos e demográficos da Terra Indígena de Nonoai, evocando a memória do paí-bang Sygre que iniciou a resistência durante os esbulhos dos anos 1940. Para então tratar de episódios cruciais para o movimento indígena meridional iniciado em 1972, sob a liderança de Nelson Jacinto Xangrê e Ângelo dos Santos Souza Cretã. Nas próximas linhas Gelson Kagrê revela-nos alguns pontos obscuros sobre questões polêmicas, como os contatos dos índios Kaingang com o Exército Brasileiro. Estratégias de luta cuidadosamente planejadas por Xangrê e suas lideranças visando um objetivo maior: a reconquista de seu território:

(...) Foram discutidas estratégias para expulsão dos posseiros com o general José Lopes, do Exército de Santo Angelo. (...) Expusemos nossos problemas e nossos planos. O general deu opiniões e nos falou dos nossos direitos quanto à questão da terra, sugerindo ainda

---

<sup>33</sup> Kanhgág é outra maneira de grafia do nome do povo Kaingang, cujo idioma originalmente ágrafo era composto por diferentes dialetos e portanto contendo formas distintas em cada região tanto em sua fala como em sua posterior transcrição escrita por linguístas. Ressaltando que a forma Kaingang tornou-se o padrão convencional e de uso generalizado para a denominação desta etnia ameríndia.

um caminho para começarmos. Disse que daria todo o seu apoio caso precisássemos de suas tropas, mas pediu novamente que guardássemos sigilo absoluto. Disse que poderíamos dar início à operação assim que voltássemos para a aldeia. (...) E que se precisássemos de sua ajuda, deveríamos comunicá-lo imediatamente, pois estaria de sobreaviso, enviando suas tropas imediatamente como reforço.

Nelson Xangrê após conseguir o apoio do comandante militar da região de Santo Ângelo, convocou para tomar parte na batalha de Nonoai, os “guerreiros” Kaingang e Guarani das demais reservas do sul. O cacique Ângelo Cretã atendeu à convocação para a “guerra” contra os intrusos, dirigindo-se com índios de Mangueirinha e Palmas para auxiliar seus “irmãos” em Nonoai. Gelson Vergueiro Kagrê prosseguiu em seu relato, detalhando este processo de mobilização dos índios:

(...) Comunicamos outros Postos Indígenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, que se prontificaram a enviar tropas de índios para Nonoai caso os Kanhgág não obtivessem sucesso na operação. (...) Durante os ataques de destruição dos bens dos posseiros, eles foram avisados que teriam que desocupar a terra, e lhes foi dado um prazo para realizarem suas mudanças de forma pacífica. (...).

Podemos constatar através de um exame criterioso das palavras de Gelson Kagrê, que as mesmas estratégias de luta utilizadas em Rio das Cobras (PR), foram postas em prática em Nonoai (RS). Por exemplo: a mobilização dos índios de todo o sul, seguida da intimação para os posseiros retirarem-se da T.I. e a posterior expulsão dos colonos que negavam-se a sair pacificamente da reserva. Quanto aos atos de violência simbólica e concreta, que expuseram de forma mais aguda aquelas relações de extrema tensão interétnica, a memória de Kagrê nos esclarece:

(...) Os posseiros tentaram revidar fazendo grupos de resistência. Pusemos em prática outra parte do plano. Preparamos índios flecheiros, nus. Pintados por todo o corpo, que entravam em ação frente a cada grupo de posseiros que tentavam resistir. Esse grupo de Kanhgág flecheiros tinha como tarefa atacar as poucas matas que ainda restavam após a ocupação e devastação feita pelos posseiros. Atacavam também os animais dos posseiros abatendo-os com flechadas, e quando os posseiros surgiam eram perseguidos pelos Kanhgág flecheiros até suas casas, onde trancavam-se assustados e com medo dos índios.(...) Os invasores se assustaram com a aparição dos índios flecheiros nus e pintados, que abatiam a flechadas tudo o que viam pela frente. Os posseiros assustavam uns aos outros, dizendo que eram índios selvagens e antropófagos, que comiam gente. (...)

A utilização consciente de estereótipos sobre os índios, presentes no imaginário dos brancos, através de uma “tropa de índios” despidos e pintados, portando arcos e flechas, foi determinante para que o êxito daquela operação de retomada. Novamente os atos mais incisivos, como o abate de animais de criação a flechadas e pauladas, e a perseguição dos colonos por “índios bravos” saídos nus dos remanescentes de matas, ainda que possam ser considerados truculentos, tinham sobre tudo um valor simbólico. Assim os velhos fantasmas de índios antropófagos, botocudos selvagens vindos de Santa Catarina rondando as propriedades dos brancos, atemorizaram e apressaram a retirada dos intrusos de Nonoai. Tais táticas que valiam-se de representações simbólicas, somadas a outras ações contundentes por parte dos índios, foram elaboradas ao longo dos anos em muitas reflexões e conversas entre os líderes Kaingang. Processo iniciado nos tempos do cacique Syngre nos idos de 1940, passando pelas reuniões de chefes indígenas apoiadas pelo CIMI na década de 1970. Os Kaingang e Guarani esperaram pacientemente o momento certo para agir e souberam construir alianças estratégicas até mesmo com o Exército Brasileiro e a FUNAI. Agências institucionais do Estado brasileiro que a princípio opunham-se a qualquer tipo de reação armada indígena, mesmo que elas visassem apenas alcançar suas legítimas pretensões. Vamos retornar ao depoimento de Kagrê, para que suas memórias continuem nos auxiliando a compreender o ponto de vista Kaingang sobre as ocorrências de maio de 1978:

Ainda havendo grupos de posseiros rebeldes e corajosos, decididos a resistir, comunicamos o Exército e o general José Lopes enviou suas tropas a Nonoai. O Exército acompanhou a operação de expulsão, oferecendo assim maior segurança à prática dos Kanhgág. Percebendo que de nada adiantava a resistência, os posseiros começaram a se retirar. (...) Avaliando o resultado da operação, apenas um índio havia sido ferido, enquanto que entre os posseiros, oito ficaram feridos e um morreu ao tentar revidar o despejo de sua casa. O posseiro armado com uma foice, tentou desferir um golpe num Kanhgág, que foi mais rápido e escapou do golpe que poderia ser fatal. Um índio flecheiro que acompanhava a cena retesou o arco e flechou o posseiro, que morreu instantes depois.

O cacique José Orestes do Nascimento<sup>34</sup>, também conhecido como Zé Lopes narrou da seguinte forma outro episódio que culminou na morte de um colono durante as batalhas de Nonoai. Este homicídio aconteceu em novembro de 1978 e vitimou o intruso Adão José da Silva, conhecido pela alcunha de Vacariano. Este colono que tinha a fama de “valente”, vivia na localidade de Mbaracá e negava-se a sair da terra dos índios. Passados cinco meses sem que a situação fosse resolvida pacificamente, o cacique Nelson Xangrê destacou os mais bravos índios Kaingang para despejá-lo:

Um grupo de guerreiros foi falar com Vacariano, cercaram a casa. Em pé, na porta, com um revólver 38 engatilhado, ele gritou: ‘- Não tenho conversa com bugre.’ Avançamos e o imobilizamos. Mesmo dominado, o homem continuava com a arma na mão disparando. Foi então que um índio já falecido, Henrique Eufrásio, deu um tiro na cabeça dele. Os filhos de Vacariano, que também estavam armados, fugiram, mas foram baleados.

O agricultor Antônio Dalmir da Silva, filho de Adão Vacariano, que reside atualmente em uma propriedade rural bem próxima da T.I. de Nonoai, contou assim sua versão sobre a morte de seu pai:

Lembro bem do episódio. Era Finados, e nós (seis filhos) havíamos retornado da visita ao cemitério. A mãe tinha colocado o almoço na mesa. Eu tentava convencer o pai a largar tudo e ir embora. Mas ele era um homem de poucas palavras, corajoso e muito pelo direito, disse que havia pago pela terra e não sairia dali com as mãos abanando. Logo nas primeiras garfadas, escutamos os gritos dos bugres cercando a casa. O pai levantou da mesa e caminhou até a porta da casa, que era de madeira. Pediu calma para os índios. Como continuavam a gritar o pai desceu a escada e foi até o meio deles tentar falar com o chefe. Não deu dois passos e foi derrubado e imobilizado. Um deles atirou na cabeça dele e outros batiam com paus e facões. Nós entramos na briga e eu fui baleado na perna. Depois tudo se transformou em silêncio, o pai ficou ali estendido numa poça de sangue.

Esta ação de extrema violência deve ser analisada com isenção, considerando que ela foi cometida em um contexto de “guerra” entre índios e brancos, que prolongava-se décadas a fio. Neste cenário de conflito, durante muitos anos os índios foram proibidos de portar armas de fogo, condição que era permitida aos brancos intrusos. Os relatos de espancamentos, ameaças, humilhações, destruição

---

<sup>34</sup> Os depoimentos do índio Zé Lopes e do colono Antonio Dalmir foram prestados a Carlos Wagner e estão contidos no artigo: “E assim nasceu a Encruzilhada Natalino”, publicado em 20/07/2008 pelo Instituto Humanitas Unissinos (IHU).

de roças dos índios por animais que os colonos brancos soltavam propositalmente, são comuns nas histórias dos índios de Nonoai. De modo que havia realmente um sentimento de revanche arraigado entre os Kaingang, que veio à tona na retomada de 1978 (marcada quase que exclusivamente por atos de violência simbólica). Porém a obstinação de Adão Vacariano em ignorar as muitas intimações dos índios, da FUNAI e as solicitações da Brigada Militar para retirar-se da reserva, tornara-se uma afronta inadmissível para os Kaingang. Adão era o líder de outras trinta famílias de intrusos resistentes, e sua atitude os encorajava a permanecerem nas terras indígenas e enfrentar seus legítimos ocupantes tradicionais. Tanto os guerreiros Kaingang como o valente posseiro Vacariano, agiram de acordo com seus princípios éticos e códigos de honra, defendendo posições diametralmente opostas em uma situação social de conflito deflagrado. Após a morte em combate de Adão Vacariano, todos os derradeiros intrusos perceberam que chegara o momento de saírem definitivamente das terras que pertenciam legalmente aos índios de Nonoai. Do jornal porto-alegrense Zero Hora, transcrevo agora trechos de uma oportuna entrevista do cacique Nelson Xangrê ao jornalista Carlos Wagner, publicada em 20 de agosto de 2008:

CARLOS – O senhor assumiu como cacique em 15 de outubro de 1977, sete meses antes da guerra. Tentou convencer os intrusos a saírem pacificamente?

XANGRÊ – Fui eleito com a promessa de tirar os brancos de nossa terra. Eles não queriam conversar. Acreditavam que poderiam tomar conta da reserva como fizeram em outras áreas.

CARLOS – Como foi preparada a guerra contra os brancos?

XANGRÊ – Tomei três providências: mandei um grupo de índios impedir que novos intrusos se estabelecessem na área, vigiando os acessos à reserva. Dei ordem para que os colonos fossem desarmados. E mandei avisar que estava proibido derrubar mato.

CARLOS – Como os índios conseguiram desarmar os agricultores?

XANGRÊ – Nós sabíamos quem eram os valentes. Então pegávamos eles de surpresa quando andavam pela área. Recolhemos quatro revólveres, algumas espingardas e bastante balas (munição).

CARLOS – Por que colocaram fogo nas escolas? Elas não poderiam ser usadas pelos filhos dos índios?

XANGRÊ – Estavam vazias durante a madrugada, então não correria o risco de ninguém morrer.

CARLOS – Há documentos do CIMI e da Comissão Pastoral da Terra mostrando que, em 1974 e 1975, eles os apoiavam.

XANGRÊ – São pessoas que ensinaram muito os líderes de 1978. Mas sempre tive o meu pensamento de como conduzir a luta. Eles não fizeram a guerra, fomos nós.

Mesmo reconhecendo o apoio recebido pelos militantes do CIMI, dentre os quais havia além de religiosos católicos também antropólogos, Xangrê faz questão de ressaltar que foram os índios que conduziram a luta e enfrentaram seus perigos concretos. Posição semelhante a defendida por Ângelo Cretã no ato público realizado em Curitiba em dezembro de 1979, promovido pelo CIMI e ANAÍ em defesa da T.I. de Mangueirinha. Na oportunidade Cretã agradeceu o apoio recebido daquelas entidades e demais segmentos da sociedade solidários à causa indígena, mas reafirmou que quem estava na linha de frente das batalhas eram seus “irmãos Kaingang e Guarani”. Lembrando em seu discurso dirigido aos militantes políticos, padres, freiras, jornalistas, antropólogos, simpatizantes e colaboradores do movimento indígena presentes ao evento, que líderes como ele e Nelson Xangrê todos os dias tinham suas vidas sob ameaça. A vitória dos Kaingang e Guarani que unidos acabaram com uma ocupação ilegal de mais de trinta anos em Nonoai, se constitui no marco mais expressivo das retomadas das terras indígenas no sul do Brasil. Cujo desdobramento mais visível foi a irradiação do movimento para outras áreas indígenas intrusadas no Brasil. Este processo político no contexto micro-social das comunidades indígenas meridionais atingiu seu apogeu entre 1978 e 1998, e prossegue ativo em nossos dias, porém com menor intensidade. Neste início do século XXI a pauta de lutas do movimento indígena brasileiro, tem na defesa de suas terras e na garantia dos direitos adquiridos com a constituição de 1988, suas principais metas estratégicas. O que não significa que questões cruciais como ameaças de intrusões em suas terras, desmatamentos e o relacionamento institucional dos índios com órgãos governamentais, estejam equacionadas.

Outro fato histórico e social diretamente relacionado com a expulsão dos intrusos de Nonoai é o surgimento do MST. Uma parcela daqueles intrusos retirados pelos índios foi engajada em projetos de assentamento agrícola em regiões remotas do Estado do Mato Grosso no norte do Brasil. Registro a informação de que em sua grande maioria tais projetos fracassaram devido à falta de assistência técnica por parte do governo federal, bem como fatores ambientais e de infra-estrutura. O

isolamento geográfico e a incidência de doenças tropicais aliado à falta de postos de saúde, foram determinantes para que aqueles assentamentos agrícolas não prosperassem. Porém os “ex-intrusos” passaram a ser conhecidos como “sem-terras”, especificamente aqueles não foram incluídos nos tais projetos ou negaram-se a deixar as terras do sul para aventurar nas selvas amazônicas. De modo que surgiram, pouco tempo depois da “batalha de Nonoai”, mais de trinta acampamentos de sem-terras às margens das rodovias do noroeste gaúcho. O mais famoso destes acampamentos ficou conhecido como “Encruzilhada Natalino”. Naquele aglomerado de barracas improvisadas cobertas com lonas e plástico preto, havia um líder conhecido pela alcunha de Pedro Barbudo. Este homem cujo nome verdadeiro é João Pedro Stédile, tornou-se um dos maiores dirigentes nacionais do MST. Os trabalhadores rurais sem terra tinham entre seus mais influentes apoiadores a Comissão Pastoral da Terra<sup>35</sup>. Neste momento histórico, invasões de latifúndios e propriedades rurais consideradas improdutivas pelo MST passaram a ser cometidas com maior frequência. O MST se tornará a partir de então o mais expressivo movimento social engajado na luta por uma reforma agrária de caráter radical e revolucionário no Brasil.

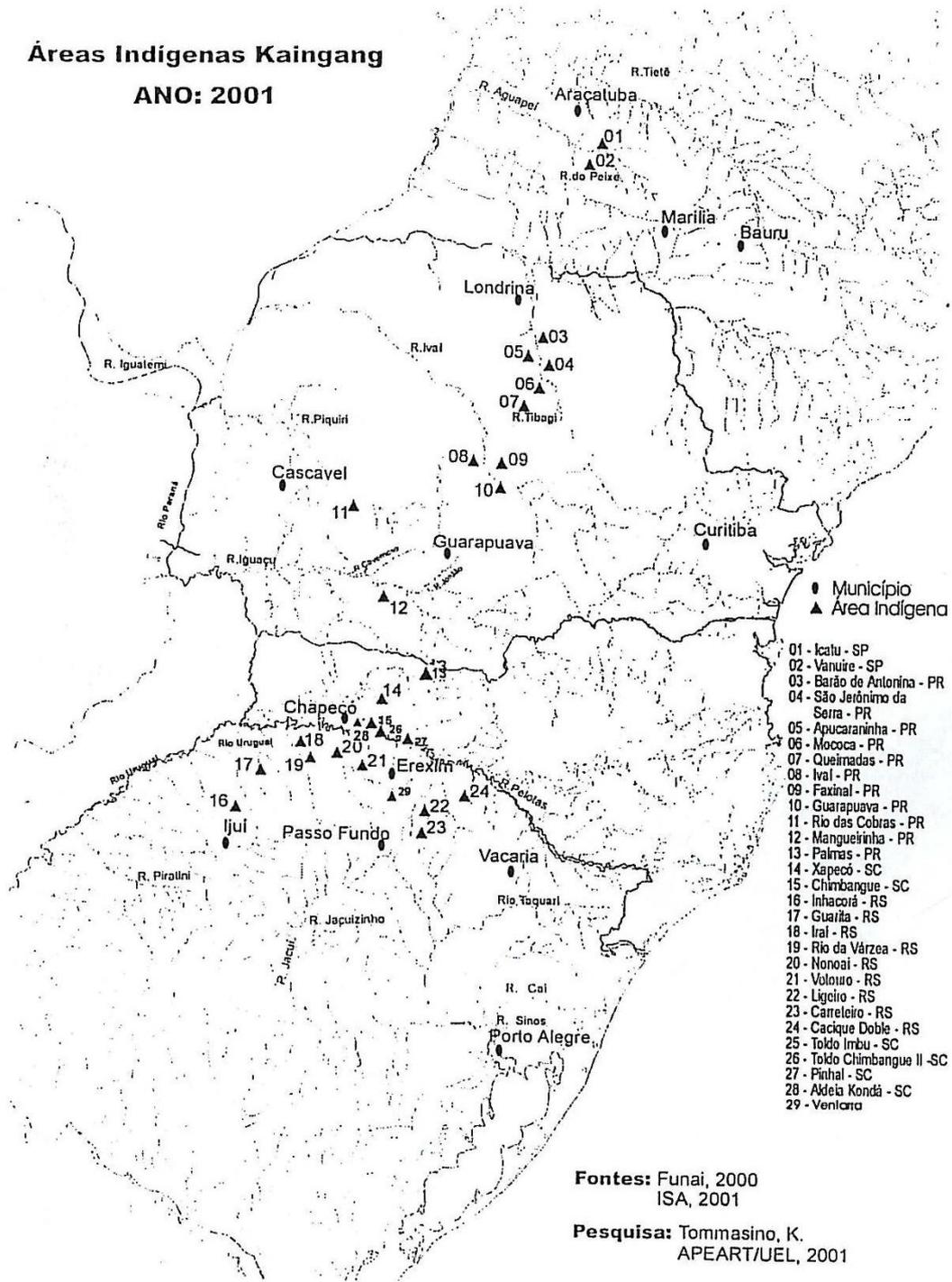
Os índios do sul do Brasil não ficaram livres de invasões em suas reservas, mesmo depois do êxito das retomadas iniciadas nos anos 1970, e por tal motivo mantém suas terras sob constante vigilância. Na atualidade no Estado do Paraná é facilmente perceptível nas fronteiras das terras indígenas a presença de assentamentos e acampamentos de sem-terras. Uma parcela dos intrusos retirados de Nonoai em 1978 foi removida para áreas localizadas em terras indígenas na localidade de Palmeiras das Missões. Decisão no mínimo incoerente que gerou mais atritos entre índios e brancos no Rio Grande do Sul. Em muitas outras aldeias situadas em terras gaúchas e catarinenses, brancos intrusos e índios Kaingang e Guarani seguiam convivendo em um ambiente social de violenta tensão. Assim a chama da luta de Syngrê, Nelson Xangrê, Marcolino Kandetê, José Capanema, Amândio Kagrê, Zé Lopes, Salvador Capanema, Vicente Fernandes Fokãe, Chico Luís, Ambrósio, Aleixo, Argemiro, Domingos Goitoto, José Domingos, Ari Paliano, Norberto Gabriel, Angelo Cretã e tantos outros guerreiros continuou acesa.

---

<sup>35</sup> CPT – Comissão Pastoral da Terra, vinculada aos setores da Igreja Católica que seguiam a “Teologia da Libertação”, doutrina que prega o compromisso da Igreja com as camadas empobrecidas e oprimidas da sociedade.

**Áreas Indígenas Kaingang**

**ANO: 2001**



Mapa 1: Localização atual das Terras Indígenas Kaingang.

### 3.3 CHAPECÓ, CACIQUE DOBLE E OUTRAS TERRAS RECONQUISTADAS:

(...) Território Kaingang é também onde estão enterrados os seus antepassados, (...). Nas atuais lutas dos Kaingang pela recuperação de suas terras ancestrais em Santa Catarina, os caciques identificam essas terras tendo por referência os antepassados enterrados e também onde pretendem enterrar os seus umbigos ou as suas cabeças, associações presentes nas falas dos Kaingang pesquisados e também confirmadas por Veiga na sua pesquisa sobre os Kaingang de Xapecó. A concepção cultural de território para os Kaingang é, portanto, expressiva e prenhe de significações e extrapola em muito a concepção de terra para o branco. (...). (Kimiye Tommasino)

A reflexão acima da antropóloga Kimiye Tommasino (63: 1995), enfatiza as dimensões sociais, políticas e cosmológicas do povo Kaingang, onde o território é o vínculo entre os vivos e os mortos. As memórias destes índios a respeito de suas terras e da maneira como elas lhes foram tomadas pelos “fóg” ou “portugueses”, são constantemente ativadas e transformadas em instrumento de luta por seus direitos e seu modo singular de ver o mundo. Os Kaingang do extremo oeste catarinense constituem-se em um dos grupos que mais preservaram seus valores culturais tradicionais, mantendo vivo o idioma materno e valorizando as relações estruturais entre suas metades clânicas. Como já abordamos nesta dissertação é somente nas aldeias<sup>36</sup> de Chapecó onde realiza-se na atualidade o ritual do Kiki Koi, nestas ocasiões comparecem kuyãs e rezadores de outras terras indígenas como Rio da Varzea-RS e Palmas-PR.

Inclusive neste ano de 2011, entre os dias 05 e 20 de maio foi realizado uma edição do Kiki Han, tive a oportunidade de presenciar o encerramento deste evento. Nos dois dias em que fiquei na Aldeia Condá, acompanhei a movimentação dos índios, as rezas dos kuyãs ao redor do konkéin (tronco de pinheiro onde é preparado o Kiki), e das fogueiras para os clãs Kamé, Kayrucré e Péin. Organizado pelo jovem professor indígena Jocemar Kóvenh Garcia com aval do cacique Constante Rodrigues, o ritual teve apoio da UNOCHAPECÓ, FUNDESTE, Instituto Goio-Em, CIMI e FUNAI. Este Kiki Han recebeu também auxílio financeiro através do “Prêmio

<sup>36</sup> A literatura etnográfica a respeito da cosmologia Kaingang faz referências apenas ao Kiki Koi, mas segundo o Kuyã Pedro Garcia e outros índios organizadores do evento, o Kiki Han é uma forma alternativa do mesmo ritual, onde não é homenageada uma personalidade falecida especificamente, mas as almas e a memória de todos os ancestrais.

Culturas Indígenas”, do Ministério da Cultura. Atualmente o Kiki Koi ou Kiki Han, é realizado através de projeto onde os custos são pagos com auxílio de parceiros, de modo que fica garantido o transporte das delegações de índios vindas de Nonoai, Rio da Várzea, Votouro, Palmas, Toldo Imbú e Xapecozinho. Assim a compra de mel, lenha, cobertores, mantimentos e demais gastos podem ser realizados com as verbas arrecadadas. Neste Kiki Han presenciei o esforço dos líderes Kaingang para manutenção da religiosidade tradicional e da língua materna. Após receber um banho de ervas e as bênçãos do kuyã Jorge Garcia (avô do professor Jocemar Kóvenh), bebi uma cuia de Kiki (com forte sabor de mel) que me foi oferecida por Adilson Jacinto Xangrê, que estava representando seu pai o grande líder Nelson Xangrê. Adilson de 28 anos, contou-me sua intenção de estudar História para registrar a trajetória do cacique Xangrê, e que estava na Aldeia Condá para observar todo o processo do ritual, pois os índios de Nonoai pretendem realizar em breve seu próprio Kiki Han. Emissoras de televisão como a Record e RBS, o jornal Diário Catarinense, pesquisadores e universitários não índios prestigiaram o encerramento do Kiki Han, mostrava sua face política ao dar visibilidade a cultura tradicional do povo Kaingang.

Nestas celebrações sagradas e festivas, as metades Kamé e Kayrú, suas seções Votouro e Vonhetki, assim como os índios da seção Péin reverenciam seus antepassados com rezas tradicionais e procedimentos rituais. O Kiki Koi pode ser analisado como um fato social total de acordo com as formulações teóricas de Marcel Mauss, pois envolve todo o universo simbólico do povo Kaingang, mobilizando sua sociedade em muitos aspectos. Esta celebração mítica, política e festiva, após décadas de segregação étnica e repressão à religiosidade tradicional Kaingang foi retomada pelos índios a partir de 1976. O reavivamento desta prática cultural que é um dos principais eixos articuladores da cultura Kaingang, foi uma importante conquista afirmativa do movimento indígena meridional. Assim como no passado pré-contato com os “fóg”, também em nossos dias durante as festividades do Kiki são ativados valores cosmológicos, articuladas alianças e estratégias políticas entre os Kaingang. As celebrações do Kiki constituem-se em raras oportunidades quando os Kaingang reafirmam sua etnicidade singular, demonstrando na prática que não são índios genéricos e tampouco “aculturados”. As batalhas no campo das idéias não podem ser dissociadas das lutas pelas retomadas das terras indígenas, pois tais demandas desenvolveram-se entrelaçadas num

mesmo tecido social e cultural. Pedro Garcia de 56 anos de idade, cujo nome indígena é Panbang e que trazia no rosto os riscos pintados da metade Kamé, me deu o seguinte parecer a respeito do Kiki Han:

O Kiki foi programado através do planejamento dos nossos filhos e netos que estão se criando, então foi pedido para os velhos kuyãs. Um deles é o meu pai o Jorge García que é mestre da turma, daí ele ajudou nesse planejamento. E daí nos convoquemos ele para fazer isto, por que isso é importante para nós. Esse Kiki, já digo assim nós tamos inventando ele de novo, ele faz as partes dos Kamé e Kayrú. Por que o índio tem duas partes: o “róhrei” e o “rohrór”, “rohrei” é Kamé e “rohrór” é Kayrucré. Esse festa aqui, ele faz assim ritual de educação para dar exemplo pros filhos da gente. Daí a gente está lutando com isso, por que é educação dos nossos filhos, para eles ser reconhecidos que são índios. Eles tem que alembrar que não podem perder da cultura deles, por que se eles perdem da cultura deles, daí a gente fica variado. Por que essa festa que está saindo do Kiki, que vai ser aberto sexta-feira dia 20 de maio, ela vai ser uma grande apresentação para os povos indígenas de todas as partes. Pode ser de qualquer parte como os Kaingang que se interessam de vir, de participar. Tanto faz, como os parceiros de outras partes como os brancos que querem ver e conhecer. Por que para nós isso é muito importante, não tanto só para os índios, como para os brancos. (...) Então a gente tem orgulho de querer lembrar dos tempos passados de nossos pais, de nossos avôs que vinham fazendo estas festas no tempo que tinha matas. Por que hoje não tem mais mato, só uns capãozinho que existe.

Não devemos esquecer que os kuyãs sofreram violenta perseguição pelos agentes repressivos do Estado, e os mitos e crenças Kaingang foram durante muito tempo, desvalorizados pelos missionários. E inclusive o uso do idioma materno em muitas aldeias chegou a ser proibido por chefes de Posto do SPI. O padre Egon Dionísio Heck, que trabalhou na diocese de Chapecó de 1974 e 1978, foi um dos grandes apoiadores da revitalização do Kiki Koi. Testemunha ocular do processo de tentativa de descaracterização cultural dos Kaingang que objetivava a espoliação de suas terras remanescentes, Heck percebeu que o Kiki Koi era um fato social capaz de unir aqueles índios. A última edição de um Kiki Koi ocorrera no final da década de 1950, ocasião em que o ritual foi gravado por pesquisadores brancos. Tal fato desagradou profundamente um velho rezador e kuyã chamado Pedro Pica-Pau Kundid. Para ele a gravação dos cantos e rezas ancestrais, era mais uma espoliação que seu povo sofria, porém de natureza espiritual. Atualmente as lideranças Kaingang e os kuyãs, permitem a documentação e a gravação de imagens do Kiki Han, por entenderem tratar-se de um registro de sua cultura. Mas a

presença dos não-índios neste último Kiki Han só foi permitida nos dois últimos dias, salvo raras exceções dos colaboradores mais próximos. No dia 07 de julho de 1995 padre Egon Heck deu o seguinte depoimento para a antropóloga Juracilda Veiga (2000):

A década de 1950 foi a época da grande devastação da área do Xapecó, quando as grandes madeireiras Pagnocelli, Antonioli, as grandes serrarias que faziam contratos com o SPI de retirar 10 mil pinheiros e depois que haviam retirado 30 mil, não queriam pagar sequer os 10 mil, afirmando que só haviam tirado 7 mil pinheiros. Você imagine a ganância destes madeireiros. A matéria prima já estava escassa, e ali era um pinheiral imenso, a área toda já praticamente rasgada por estradas, era fácil a retirada dos pinheiros. Evidentemente se pode imaginar o que se dava. Os índios relatam que nessa época os caminhões e tratores trabalhavam dia e noite retirando madeira. Esse deve ter sido um fator muito deprimente, uma vez que a destruição do próprio habitat ao qual estava relacionado o culto, seja pela necessidade do pinheiro para fazer o konkei, seja pelo uso dos frutos da araucária na alimentação das pessoas que vinham para a festa. Além da fuga da caça e da destruição das abelheiras que se escondiam no pinheiral e cujo mel era uma das matérias primas da bebida kiki. Houve um stress na população. (...).

Em decorrência deste processo diacrônico de dominação e resistência as aldeias da região de Chapecó não devem ser vistas como ilhas preservadas de cultura nativa, isoladas do contexto histórico e social de colonialismo interno da região sul do país. Mas sim como focos catalisadores e difusores da sua cultura tradicional, da ancestralidade comum, da memória, da cosmologia e das relações de poder e solidariedade entre os índios Kaingang. As mesmas conseqüências advindas com o “progresso” e a invasão dos brancos sobre as florestas de pinheirais, que afetaram o modo de vida dos demais Kaingang, ocorreram naquela região de Santa Catarina. Nos anos 1970 o centralismo dos chefes de Posto e as políticas pretensamente desenvolvimentistas da FUNAI que desconsideravam o ponto de vistas dos índios, também imperavam nas aldeias de Chapecó. Bem como a disposição dos índios em enfrentar aquelas adversidades, por tais motivos os Kaingang do P.I. de Xapecózinho enviaram seus representantes para as históricas assembleias promovidas pelo CIMI. Em Ijuí-RS estiveram participando lideranças como Pedro Afonso Fagnhoté, João Maria Modesto Yeikãg e Vicente Fernandes Fokãe. No documento final redigido nas ruínas de São Miguel-RS, em 18 de abril de 1977, os chefes indígenas do sul do Brasil denunciaram:

No P;I. de Xaçecó, em Santa Catarina, existe uma serraria serrando média de 1.300 dúzias de madeiras por mês. Poucos índios são empregados como mão de obra neste projeto. A maioria da nossa gente trabalha na roça e quando precisa de algumas tábuas para construir as casas tem que comprar madeira na serraria. Por que temos que comprar o que é nosso? Por acaso no 'Estatuto do Índio' não se diz que temos o 'direito ao usufruto exclusivo das das riquezas naturais e dos bens existentes nelas?'(artigo 22). Não estamos tirando madeira das terras alheias. As madeiras é que estão sendo tiradas de dentro de nossas áreas e não sabemos para onde vai tanto dinheiro. Até agora não houve revertimento dessa renda em programas de assistência ao índio como prevê o artigo 43 do Estatuto. Também não está havendo o reflorestamento da área previsto no artigo 46.

O documento transcrito parcialmente acima, demonstra pelo teor de suas propostas que a unidade dos povos indígenas fortalecia-se naquelas assembléias que marcaram os primeiros passos do movimento social indígena no Brasil. A instrumentalização das lideranças indígenas, através da análise da Constituição Federal e do Estatuto do Índio, criavam condições favoráveis para um posicionamento crítico frente à própria FUNAI. A importância capital destes encontros foi à troca de experiências entre os líderes e o registro de seus depoimentos, que explicitavam de forma contundente a condição em que se encontravam os povos indígenas no Brasil. As mesmas questões enfrentadas por Ângelo Cretã em Mangueirinha, como a exploração madeireira exercida pela FUNAI, que gerava lucros para o seu DGPI e não atendia as necessidades dos índios locais, ocorriam também em Chapecó. Por exemplo: o não cumprimento da obrigação legal de recuperar ambientalmente as áreas florestais que tiveram madeiras extraídas na reserva. A estes pontos de divergência entre os índios de Chapecó e a FUNAI, agregava-se ainda o problema maior que afetava toda a região sul: a intrusão crescente nas terras indígenas. Além da ingerência coercitiva exercida muitas vezes pelos chefes de Posto no cotidiano das aldeias sob sua supervisão. Tanto nas T.I. de Santa Catarina, como nas aldeias do Rio Grande do Sul e do Paraná, estes eram os principais pontos de atrito entre os Kaingang e Guarani e o mundo dos brancos. Na T. I. de Xaçecózinho uma ocorrência de caráter criminalístico, chegou a determinar o afastamento de um chefe de Posto desafeto dos índios. Fato que expunha nacionalmente os graves atritos interétnicos no extremo oeste catarinense, como vemos nesta notícia do jornal 'O Estado de São Paulo', veiculada em 23 de junho de 1978:

ÍNDIOS REVOLTAM-SE EM XAPECO: ‘Os 1.400 índios da reserva de Xapecó expulsaram o chefe de Posto da FUNAI Franklin Madler, que fugiu para uma cidade próxima e foi salvo por homens da PM. Uma comissão de sindicância foi ouvida no local para apurar diversas acusações que pesam sobre Madler, inclusive de ter violentado uma índia de 13 anos.

A acusação de estupro feita pelos índios contra este chefe de Posto, foi o ápice de uma série de outras denúncias de desvio de conduta que pesavam contra ele, sobretudo a retirada ilegal de madeira e arrendamento de terras para brancos. De modo que as tensões sociais acumuladas durante décadas nas relações conflituosas entre índios e brancos, ficaram ainda mais acentuadas diante deste grave episódio. Neste período de crise na T.I. de Xapecózinho, os ânimos estavam exaltados e os índios determinados em defender suas terras e sua cultura. Pesquisando outras notícias publicadas naquela época, me deparei com esta que o ‘Jornal do Brasil’ da cidade do Rio de Janeiro, informou em 19 de maio de 1978:

REVOLTA DE ÍNDIOS AMEAÇA ALASTRAR-SE AOS ESTADOS DO SUL: ‘As brigadas militares nos 12 municípios gaúchos onde se situam as reservas indígenas entraram de sobreaviso frente a ameaça de novas revoltas dos índios contra posseiros. O presidente da FUNAI, General Ismarth acredita em novos conflitos não apenas em reservas do Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina e no Paraná e se queixou da falta de recursos para resolver o problema.’

A pessoa do general Ismarth de Oliveira, apresenta um perfil sóbrio e equilibrado, bem como seus discursos públicos sempre foram ponderados demonstrando intenção de resolver os problemas fundiários indígenas durante sua gestão na FUNAI. Porém uma análise isenta dos episódios relativos aos levantes indígenas no sul do Brasil, aponta para falta de maior apoio político e financeiro do governo federal às boas intenções do general Ismarth. De certo modo, ele estava desprestigiado na presidência de uma FUNAI em crise, necessitando resolver graves problemas como a presença de sem terras nas reservas indígenas e desvios de condutas de alguns chefes de Posto. Fora todos estes aspectos, o próprio modelo administrativo seguido na época pela FUNAI com sua tutela sobre os índios e a contestada “ação empresarial” do DGPI, estava esgotado e não atendia as

necessidades das muitas etnias indígenas no Brasil. Mais uma vez é preciso sublinhar que foi em virtude das iniciativas radicais do movimento indígena dos anos 1970, que a FUNAI viu-se na obrigação de cumprir seus deveres constitucionais. O general Ismarth de Oliveira sofreu grande desgaste político na época, inclusive por sua constante aparição nos meios de comunicação para dar explicações sobre as revoltas indígenas meridionais. Mas é verídico também que enquanto presidente da FUNAI, ele usou de suas atribuições para acionar as forças de segurança nacional e garantir assim retirada dos intrusos em Rio das Cobras, Nonoai e Xapecózinho. Porém não podemos desconsiderar que a iniciativa de retomar as terras coube somente aos índios, pois caso eles não agissem com determinação, o governo brasileiro provavelmente seguiria ignorando seus problemas crônicos. O jornal 'O Estado de São Paulo', em 08 de junho de 1978, trazia uma pequena nota tratando daqueles acontecimentos:

TEMIDO CONFLITO COM ÍNDIOS EM SC: 'Embora o cacique José Domingos líder dos 1.400 índios Kaingang que vivem no Posto Indígena de Xapecó, assegure que não querem a retirada dos posseiros de suas terras pela violência, há preocupação entre as famílias de colonos que permanecem na área e que foram intimadas pela FUNAI a deixá-las.'

Destaco agora o depoimento de um índio que atuou nas retomadas de terras e dedicou-se a preservação da cultura Kaingang, além de colaborar com antropólogos como Juracilda Veiga, Vilmar da Rocha D'Angelis e Ricardo Cid Fernandes. As palavras que se seguem de Vicente Fernandes Fokãe<sup>37</sup> (in memoriam), sintetizam a violência ocorrida nas relações entre brancos e índios em Santa Catarina. Relações étnicas estruturantes daquele ambiente micro-social regional, fundamentadas no uso da força bruta. Caso exemplar de expropriação territorial em seu grau extremo, que não difere de tantos outros ocorridos com os indígenas do Paraná e Rio Grande do Sul na mesma época:

Tava garoando e de repente chega caminhão com o pessoal do, do...era um homem valente chamado Wismar Costa Lima, então 1948 ele levou o caminhão não sei se fretou ou se eles compraram, mas eu acho que eles pagaram, daí falou com o que era o sargento, é tipo cacique né, eles chamam ele de capitão. Aí pagaram eles, daí falou uma parte não quiseram. Aí a custa de força amarraram o João Batista que é irmão do tio Otávio, foram pegando e foram pinchando

---

<sup>37</sup> Depoimento prestado em maio de 2000 para Ricardo Cid Fernandes e presente no artigo: "Notícia sobre os processos de retomada de Terras Indígenas Kaingang em Santa Catarina."

dentro do caminhão, amarrado com as mãos para trás e os pés amarrado. Aí eles vieram e nós já tava no Pinhalzinho. Quando nós soubemos já descemos, né. Ali tinha estrada. Daí não deu para voltar mais. Os outros deixaram tudo o que tinha: planta, cria de abelha, mato, monjolo, criação de animal, porco, pato, caixa de abelha, roça, deixaram a roça sem colher, feijão empaiolado, galinhada, tinha tudo, tinha tudo, tudo. Aí , foi um olhar lá depois que vieram, que despejaram no posto, no posto Campina da Jacutinga, preso lá. Daí outros foram ver as coisas que ficou lá, já tinha quase que puxado tudo no paiol que tinha lá e meteram fogo nas casas, queimaram as casas. Então desta parte que eu sei aí é de 1948, foi transferido uma parte daí se extraviaram e nós não,...esperando.

A data deste despejo narrado por Vicente Fokãe é emblemática: 1948, o mesmo ano do “acordo” assinado entre o governador Moisés Lupion e o Ministério da Agricultura que reduziu as terras indígenas no Paraná. O procedimento truculento de retirar a força os índios de suas terras, jogando-os em cima de um caminhão, é idêntico ao que a mãe do cacique de Mangueirinha Valdir Kokoj, contava aos seus filhos ter vivenciado na infância. Episódios semelhantes ocorreram no vales dos rios: Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Tibagi, Chapecó e Uruguai, naquele mesmo período de “desenvolvimento econômico”, situações constrangedoras narradas em muitos depoimentos de antigos índios. As relações de força entre índios e brancos eram desiguais e durante décadas os Kaingang e Guarani foram espoliados, confinados em reservas e privados de seus direitos, porém nunca desistiram de lutar. Vicente Fokãe era natural do Toldo Imbú, território tradicional que havia sido usurpado dos Kaingang em sua infância, devastado por madeireiros e retomado parcialmente pelos índios nos anos 1990. As retomadas de terras indígenas em Santa Catarina ocorreram de forma processual, inicialmente com a retirada de aproximadamente setecentos intrusos da T.I. de Xaçepózinho em 1978. O comando da resistência Kaingang nesta ocasião foi exercido pelo cacique José Domingos, que contou com o apoio de líderes como Nelson Xangrê e Ângelo Cretã. A presença e a atuação em Chapecó destes caciques com expressiva representatividade política dentro do movimento indígena foram determinantes para o fortalecimento dos índios em suas negociações com a FUNAI. E também com outras agências governamentais federais, estaduais e municipais envolvidas no processo, e na própria visibilidade das ações do movimento indígena na imprensa. Assim as retomadas de terras indígenas em Rio das Cobras, Nonoai e Chapecó, foram fatos sociais que

alcançaram repercussão em escalas de âmbito local, macro-regional, nacional e até mesmo internacional.

Nos anos seguintes a desintrusão de Chapecó, os Kaingang de Santa Catarina continuaram mobilizados e reivindicando a demarcação de suas terras tradicionais, onde estavam os cemitérios dos seus antepassados. Em 1996 estes índios recuperaram as terras do Toldo Chimbangue, esta área também fica localizada no município de Chapecó. Na década de 1990 o processo de retomada de terras prosseguiu no oeste catarinense, com a reconquista da área do Toldo Pinhal em 1996. Na sequência deste processo de mobilização e reafirmação étnica os Kaingang recuperaram em 1999, parte das terras originais do Toldo Imbú, localizadas no município de Abelardo Luz. Esta região no início do século XX pertencia ao Estado do Paraná, que abria estradas e enviava expedições militares para desbravar as florestas da fronteira oeste. A maioria das terras indígenas reconquistadas em Santa Catarina, estavam englobadas nas áreas reservadas ao Kaingang pelo decreto nº 7, promulgado em 18 de julho de 1902. Neste documento assinado pelo governador paranaense Francisco Xavier da Silva, assim estava escrito:

Atendendo a que a tribo dos Coroados de que é Chefe o cacique Vaicrê, em número aproximado de 200 almas, acha-se estabelecida na margem esquerda do rio Chapecó, no município de Palmas, e considerando que é necessário reservar uma área de terra para que os índios possam com a necessária estabelecida dedicar-se à lavoura, a que estão afeitos (...), fica reservado para o estabelecimento da tribo de indígenas Coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direitos de terceiros, uma área de terras compreendida nos seguintes limites: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul até o passo do rio Chapecózinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra.

Toda esta extensão de terras demarcadas em 1902 para os índios Kaingang liderados pelo cacique Vaicrê totalizava aproximadamente 50.000 hectares. O avanço das frentes colonizadoras e sobre tudo as espoliações oficiais durante o século XX, reduziram a área das terras indígenas em Chapecó para apenas 15.623 hectares. O Toldo Imbú reconquistado pelos Kaingang nos anos 1990, situa-se dentro da delimitação fundiária original destinada pelo governador Xavier da Silva à “tribo dos Coroados” no vale do rio Chapecó. Em 2001 foi conquistada pelos Kaingang uma área de 2.303 hectares conhecida hoje como “Aldeia Condá”, dentro da zona rural do município de Chapecó. Nesta aldeia que sediou o mais recente Kiki

Han, é raro encontrar um índio que não fale o Kaingang fluentemente. As retomadas para estes índios significam além de garantir a própria sobrevivência física para seu povo, respeito a memória dos antepassados que garantiram aqueles territórios através de acordos firmados com o governo brasileiro. As vitórias mais recentes como a formação da Aldeia Condá, são frutos decorrentes das batalhas iniciadas nos tempos de Ângelo Cretã, quando os guerreiros Kaingang e Guarani mudaram o rumo da história dos povos ameríndios no sul do Brasil. Todas as retomadas de terras indígenas meridionais foram constituídas em sua essência pelos mesmos elementos históricos e sociais. Fatores estes presentes nos casos de Manguairinha, Rio das Cobras, Xapecózinho, Cacique Doble, Ligeiro e Nonoai. Em muitas outras aldeias do sul também existiam tensas relações sociais envolvendo índios e brancos, intrusões, desmatamentos e pressões de políticos regionais madeireiras.

Mas um fator que não podemos desconsiderar, foram as reuniões promovidas pelo CIMI e sua importância para o fortalecimento das lutas indígenas no Brasil. Dentro do CIMI ativistas como o padre Antônio Iasi, enfatizavam a capacidade dos índios em resolver seus problemas, planejar suas metas e assim construir um futuro melhor para suas comunidades. Posturas políticas como esta contradiziam interpretações oficiais sobre a legislação indigenista vigente na época, fundamentada na tutela estatal que negava autonomia aos índios. Uma das mais significativas contribuições do CIMI ao movimento indígena foram os encontros de chefes, onde porém a presença de lideranças Kaingang e Guarani foi combatida e vigiada por agentes da FUNAI. O órgão indigenista federal não via com bons olhos a presença de ativistas ligados ao CIMI e a ANAÍ auxiliando os índios a mobilizarem-se em defesa de seus direitos e debaterem seus problemas comuns. Esta evidência histórica é comprovada por documentos oficiais e reafirmada em testemunhos orais de índios que participaram daquelas assembléias. Documentos internos da FUNAI como ofícios e telegramas, são fontes esclarecedoras sobre a coerção que aquele órgão estatal exercia sobre os índios, que organizavam-se politicamente. O chefe de Posto João Franklin Madler<sup>38</sup>, enviou em 1978 o seguinte comunicado<sup>39</sup> a 4ª Delegacia Regional da FUNAI, sob o comando de José Carlos Fernandes:

---

<sup>38</sup> O mesmo chefe de posto expulso posteriormente pelos índios sob acusação de ter abusado sexualmente de uma menina Kaingang de 13 anos de idade.

<sup>39</sup> Documento oficial da FUNAI reproduzido e analisado no artigo: "Movimento indígena brasileiro na década de 1970", de Clóvis Antonio Brighenti e Ana Lúcia Vulfe Notzald, pesquisadores em etno-história da UFSC.

Of. Nº 08/78 – Pixvi  
Do chefe do P.I. Xaçecó  
Ao Senhor Delegado Regional  
Assunto: Reunião do CIMI em São Marcos – MT

Prezado Senhor: Anexo estou enviando a Vossa Senhoria, cópia do convite, para reunião dos índios na aldeia de São Marcos-MT, realizada pelo CIMI, de 15 a 19 de maio pp. O original do convite em anexo, está em mãos do índio Vicente Fokãe e Salvador Capanema deste P.I., que a revelia desta chefia participaram da reunião realizada em São Marcos-MT. Tendo Vicente comparecido as reuniões de ruínas de São Miguel em 27 de abril e em Cidade de Chapecó do dia 28 também de abril pp...Os referidos índios apesar de advertidos e conscientizados por esta chefia por diversas vezes sobre a atuação do CIMI, vêm participando de quase todas as reuniões realizadas nesta zona. Informo mais, que as passagens de ônibus para a viagem a São Marcos foram adquiridas na rodoviária de Xanxerê pelo padre Egom Dionísio Heck, e referidos índios em companhia de outros quatro índios residentes na localidade de Rio da Vargem dentro da reserva florestal próxima ao P.I. de Nonoai, foram acompanhados pelo indivíduo também do CIMI Vilmar da Rocha Dangeles, elemento este atuante nas lavouras da Diocese, no núcleo Pinhalzinho. Informa ainda que por duas vezes adverti o Bispo Dom José Gomes, sobre Egom, Vilmar e outros elementos do CIMI, que constantemente visitam as lavouras da Diocese e procuram contato com os índios. Na oportunidade, apresento a vossa senhoria cumprimentos respeitosos.’

O teor deste telegrama não deixa dúvidas sob o papel ambíguo desempenhado pelos chefes de Posto da FUNAI, que na prática não apoiavam os índios em seu esforço para organizarem-se e defenderem suas terras. Por outro lado, neste mesmo período os funcionários da FUNAI viam-se impelidos, inclusive por prerrogativas legais, a notificar os intrusos para que saíssem das reservas indígenas. Mas a esta altura dos acontecimentos os índios Kaingang e Guarani já estavam conscientes de que eles eram os protagonistas daquele processo de retomadas de terras em curso. Ainda em 1978 as Terras Indígenas de Ligeiro e Cacique Doble no Rio Grande do Sul foram desintrusadas, utilizando-se das mesmas estratégias utilizadas em Rio das Cobras, Nonoai e Chapecó. Novamente foram mobilizados “guerreiros” de outras aldeias e líderes como Ângelo Cretã, Ambrósio dos Santos, Zé Lopes, Zé Domingos e Nelson Xangrê se deslocaram para os locais de conflito. Diante das muitas vitórias conseguidas nos anos 1970, nas décadas seguintes continuaram ocorrendo desintrusões e retomadas como nas T.I. de Palmas (PR), Monte Caseros, Serrinha, Votouro, Ventania, Iraí e Rio da Varzea

(RS). Como podemos verificar foram expressivas as reconquistas territoriais dos povos Kaingang e Guarani, foram retomadas aproximadamente 70.000 hectares de terras indígenas no sul Brasil. E nestas lutas épicas os caciques e os guerreiros Kaingang foram agentes de fundamental importância. Assim como nos tempos “Wãxi”, o passado de fartura de caça e extensos pinheirais, no final do século XX a política Kaingang continuava operando a partir de caciques que lideravam grupos familiares, locais e regionais articulados entre si. Porém, para que seu povo continuasse sendo Kaingang-pê vivendo com autonomia em suas aldeias, nestes novos tempos “Uri” muitos “pai-bang” expuseram a própria vida em nome da liberdade. O cacique Ângelo Cretã sofria ameaças de morte e veio a falecer em decorrência um acidente automobilístico sob suspeita de emboscada, justamente no auge da sua trajetória política. Porém, ameaças e atentados contra a vida de seus líderes não é privilégio do povo Kaingang. A luta indígena em todas as regiões do Brasil pelo direito a terra e a auto-determinação, ao longo dos séculos é marcada por um rastro de sangue e impunidade.

## CONCLUSÃO

### “A MORTE ANUNCIADA DE ÂNGELO CRETÃ”

Não se quer a causa indígena. Os índios, seus interesses, seus sonhos e seus direitos, atrapalham. (Dom Pedro Casaldágia)

#### 4.1 A IMAGEM DE ÂNGELO CRETÃ COMO ÍCONE DO MOVIMENTO INDÍGENA:

FIGURA 6 – IMAGEM 5 - O ENTERRO DE ÂNGELO CRETÃ.



Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

A liderança exercida por Ângelo Cretã no contexto da luta indígena no final da década de 1970, tinha um alcance que ultrapassava as fronteiras da região sul do Brasil. Fortalecido pela militância ativa no processo de retomadas de terras e pelos resultados positivos alcançados em sua gestão como cacique da T.I. de Mangueirinha, Cretã destacava-se como uma referência nacional. Neste momento o

movimento social indígena ganhava visibilidade na grande imprensa e sensibilizava boa parte da opinião pública brasileira. Outros líderes como o Xavante Mario Juruna (eleito deputado federal pelo PDT-RJ em 1982), o Guarani Marçal Tupã-I dos Santos, Aílton Krenak, Álvaro Tukano e Marcos Terena também despontavam neste novo cenário político. Angelo Cretã em muitas ocasiões esteve com estes senhores, desde encontros de caciques promovidos pelo CIMI, até reuniões com a FUNAI e atos públicos de apoio a causa indígena. Articulados os índios passaram a levar suas demandas políticas à Câmara Federal e ao Senado da República, sem entre tanto deixarem de realizar ações concretas em suas bases. Nas terras indígenas de norte a sul do país, continuavam ocorrendo desintrusões, protestos, denúncias e enfrentamentos com grileiros, garimpeiros, madeireiros e latifundiários.

A condição de vereador em Mangueirinha conquistada por Cretã facilitava seu deslocamento para outras regiões do país com o intuito apoiar reivindicações de seus “irmãos índios”. Em 1978 o cacique Angelo Cretã foi ao Mato Grosso, para apoiar seu companheiro Mário Juruna e a luta do povo Xavante pela demarcação de suas terras. Toda esta exposição pública, aliada a sua postura crítica em relação a ambiguidade e falta de empenho do governo quanto as questões indígenas, afetavam interesses de poderosos grupos econômicos e políticos. Historicamente a reação dos latifundiários e exploradores das riquezas naturais em terras habitadas por povos indígenas no Brasil, foi à base de violência, intimidação e assassinatos de seus líderes. Em muitas ocasiões tais agentes do colonialismo interno promoveram a repressão às lutas indígenas contando com o apoio (ora explícito, ora velado) das forças de segurança do Estado. O poder judiciário que por décadas a fio em nosso país serviu aos interesses das elites políticas e econômicas, também era um instrumento eficaz de dominação dos “brancos” sobre os “índios”. O caso dos espólios cometidos contra as terras indígenas no Paraná em 1949, pelo governador Moysés Lupion é um exemplo claro de transgressão da legislação e dos princípios constitucionais. Mas os tempos estavam mudando na sociedade brasileira e ventos democráticos começavam a soprar com maior vigor na cena política. Ainda assim, a coragem do cacique Cretã e os avanços por ele conquistados nas demandas que abria em várias frentes, desde as denúncias contra as serrarias da FUNAI até a contenda com Slaviero & Filhos Comércio de Madeiras S/A, colocavam em risco sua vida. Em 1979, Cretã declarou para o cineasta Ronaldo Duque:

(...) Eu já estou vigiado há muito tempo, e até tenho medo de publicar estas coisas e a gente se complicar ainda mais. Eu estou ameaçado de morte há seis anos atrás, mas agora mais violentamente. Eu estava sozinho no carro quiseram me pegar, quiseram me alcançar sexta-feira de tarde. (...).

As ameaças contra a vida de Ângelo Cretã, não eram fatos isolados nas questões pertinentes aos índios no sul do Brasil. Desde a ação de extermínio dos bugreiros<sup>40</sup> a mando de latifundiários e cias. colonizadoras de terras, os Kaingang, Guarani e Xokleng foram vítimas da truculência de seus algozes. Isto se citarmos apenas as perseguições cometidas no século XX, pois contra estes povos foram promovidas “guerras justas” e “correrias” para “desinfetar os sertões dos bugres”, durante o século XIX. Assim sendo, todo este histórico de dominação e violência não pode ser esquecido na análise dos acontecimentos do início dos anos 1980. Neste mesmo período outras lideranças do movimento indígena foram assassinadas por pistoleiros, como Ângelo Pankararé na Bahia, Simão Bororo e Marçal Tupã-I no Mato Grosso do Sul. Entre os Kaingang além de Angelo Cretã, caciques como Nelson Xangrê, Marcolino Kandetê, Zé Lopes, Ambrósio dos Santos e Zé Domingos (para citar apenas alguns nomes), também foram intimidados e ameaçados de morte. Afinal esta era uma prática recorrente e eficaz utilizada historicamente pelos inimigos dos povos indígenas. No caso específico das desintrações no sul, o exemplo de índios organizados e lutando por suas terras, incomodava tanto setores do governo, como grileiros, madeireiros, fazendeiros e políticos locais. Romancil Cretã traz em sua memória imagens de sua infância, quando a preocupação em relação à segurança de seu pai era uma realidade presente no dia a dia de sua família. Romancil que hoje é um dos coordenadores da Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil, fez os seguintes comentários sobre aqueles tempos de incerteza e apreensão:

Eu como filho do Ângelo, eu mesmo nunca tive noção do que meu pai fazia, como ele agia, nunca olhei por esse lado, olhei pelo lado de filho. Nunca pela importância dos atos que ele agia, até a própria família nunca entendeu na época, por que nós com tanta terra que a gente tinha e temos ainda, a maior reserva de araucárias hoje lá em Mangueirinha, porque ele se preocupava com as outras

---

<sup>40</sup> O antropólogo Sílvio Coelho dos Santos detalha com precisão, fundamentando-se em documentos oficiais, notícias de jornais e depoimentos as ações de extermínio dos chamados bugreiros, em seu livro : “Índios e brancos no sul do Brasil.”

comunidades? Hoje trinta anos depois é que a gente entende o porquê precisava um ato daquele que o Ângelo teve, de atitude numa reunião geral praticamente com todos os caciques do Estado do Paraná, criaram aquele grupo que acabaram tirando os posseiros das terras indígenas, principalmente de Rio das Cobras.

O filho do cacique Ângelo me informou nesta entrevista sobre um episódio quando tinha oito anos de idade e estava no carro de seu pai, e eles pararam em uma lanchonete de beira de estrada para beber um refrigerante. Naquele momento estacionou também outro veículo, de onde desceram três homens armados que começaram a provocar e ameaçar Ângelo Cretã. Romancil me disse que seu pai manteve a calma e após beber e pagar os refrigerantes se retirou do local, depois ele lhe disse que era importante não demonstrar medo. Romancil também recordou do ambiente de apreensão em que viviam seus familiares quando seu pai saía em viagem para comandar retomadas de terras ou participar de reuniões do movimento indígena:

Uma das coisas que marcava muito a gente, que eu lembro é que quando meu pai ia sair a gente ficava chorando, porque a gente escutava muito pelo rádio as pessoas falando que o Ângelo Cretã está prometido, eles vão matar ele, era uma pressão psicológica. Para sair da reserva, da aldeia sede para ir para os Guarani na Palmeirinha no município de Chopinzinho, ele geralmente tinha que sair nunca com o mesmo carro. Sempre tinha que trocar de carro com os outros que tinham carro, os amigos dele. Isso marcou muito a gente, me marcou muito, minha família, minha mãe, minha irmã, sempre que meu pai ia sair a gente ficava chorando porque não sabia se o pai ia voltar.

A viúva Elvira Cretã, me relatou uma perseguição que Ângelo e ela sofreram na véspera da colisão automobilística que o levaria posteriormente a morte:

Até hoje não foi provado se foi acidente ou uma espera. Foi uma espera, quero ver... Foi na segunda-feira nós saímos com ele, fomos para Coronel Vivida e Chopinzinho o carro andava atrás de nós, os que andavam perseguindo ele. Na terça-feira que ele foi é que deu o acidente. (...) Agora não sei se era dos Slaviero ou era de um pessoal que tinha ali na Palmeirinha, por causa que ele tomou um pedaço de terra que eles tinham tirado.

Outros índios contemporâneos e companheiros de Ângelo Cretã, reafirmaram que o ambiente em Mangueirinha era tenso e as pressões eram constantes, mas que diante dos muitos inimigos da causa indígena não sabiam indicar com exatidão quem teria sido o mandante do suposto crime. Pois uma coisa eram ameaças

anônimas e intimidações feitas por jagunços contratados, prática que era comum entre madeireiros e grileiros de terras da região inclusive para expulsar posseiros brancos das áreas de pinheirais. Outra coisa era a efetivação de fato do assassinato de um cacique e vereador com representatividade política e visibilidade nacional. O chefe do P.I. de Manguueirinha Isaac Bavaresco, ao ser indagado por um repórter da TV Paranaense, se já havia recebido ameaças de morte, respondeu: - “Eu recebi duas vezes, e o Ângelo várias vezes.”

As suspeitas de “tocaia” ou “espera” que caracterizariam um homicídio encomendado eram concretas e recaíam tanto sobre grupos de fazendeiros intrusos que tiveram suas terras recuperadas pelos índios, como sobre os posseiros expulsos das reservas e a madeireira Slaviero & Filhos S/A. Dois inquéritos foram instaurados pela Polícia Federal, e ambos concluíram tratar-se de um acidente de trânsito, alegando que não havia provas suficientes para caracterizar uma emboscada ou tentativa de homicídio. Porém não podemos deixar de considerar que ainda vigorava uma ditadura no Brasil, e a atuação de Cretã desagradava muitos aliados do regime militar. De modo que o arquivamento daquele processo foi conveniente aos interesses de grupos políticos hegemônicos, que não desejavam um fortalecimento da luta indígena. O então presidente da FUNAI, em seus pronunciamentos públicos sobre o caso, contradizia-se com frequência, como podemos verificar lendo notícias da época. “O Estado de São Paulo”, publicou em 31 de janeiro de 1980:

SEPULTADO O CACIQUE ÂNGELO CRETÃ: Sem qualquer incidente, mas com forte policiamento, foi sepultado na reserva indígena de Manguueirinha o cacique Kaingang Ângelo Cretã, que morreu após sofrer um acidente automobilístico. A FUNAI confirma em nota, que a morte do cacique ‘foi decorrência de um acidente de trânsito.’ No entanto o presidente da FUNAI, o coronel José Nobre da Veiga em contradição à nota, afirmou: “Até que haja prova concreta, acredito que há intencionalidade por parte das pessoas interessadas em eliminar esses índios.

Já para a “Folha de São Paulo”, no mesmo dia 31 de janeiro de 1980, o mesmo coronel Nobre da Veiga declarou:

PARA FUNAI CACIQUE MORREU POR ACIDENTE: “O presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, protestou contra as notícias veiculadas, onde se afirmava que a FUNAI não tomou nenhuma providência para explicar a morte do cacique Ângelo Kretã, que para o coronel até prova em contrário, morreu por acidente rodoviário.”

O referido acidente ocorreu no dia 22 de janeiro de 1980, Ângelo Cretã dirigia um fusca azul e era acompanhado por dois soldados da PM que lhe faziam segurança em razão das muitas ameaças que ele sofria. O cacique Kaingang estava retornando de uma reunião com os Guarani na aldeia da Palmeirinha, e em uma curva da rodovia havia outro veículo atravessado e abandonado na pista. Pressentindo que tratava-se de uma emboscada, Ângelo preferiu não parar e arriscou-se em uma ultrapassagem perigosa, quando veio a colidir frontalmente com uma carreta jamanta com placa de São Paulo que transportava automóveis. A tragédia decorrente deste fato teve como vítima fatal apenas Ângelo Cretã, que sofreu fraturas nas pernas, no quadril, em várias costelas e afundamento do tórax. “O Estado de São Paulo”, publicou no dia 20 de janeiro de 1980:

CACIQUE FERIDO SE RECUPERA BEM: “O cacique Ângelo Kretã, da reserva indígena de Mangueirinha, está se recuperando bem após ter sofrido acidente de carro. A FUNAI não esconde o temor de que os índios estejam preparando uma forte reação ao suposto atentado contra o seu cacique.”

Após ter ficado sete dias hospitalizado Cretã veio a falecer em 29 de janeiro de 1980, de embolia cerebral e pulmonar. Os dois policiais militares que lhe davam proteção sofreram apenas ferimentos leves. Um dos soldados da PM que acompanhava o cacique Ângelo Cretã na hora do acidente declarou ao cineasta Ronaldo Duque:

Tinha um carro parado seu Ângelo achou que era suspeito, por que ele conhecia os caras. Quinze minutos depois do acidente o chefe da Polícia Federal chegou ao local. Havia quatro elementos de revólver na mão ao lado do fuque e se aproximaram do fuque. Daí que chegou um tenente e um oficial da PM do Paraná. Então eles saíram descendo um barranco tudo de revólver na mão.

Segundo antigos companheiros de Ângelo, estava no local do acidente um homem da família Pompeu que era conhecido na região sudoeste do Paraná como pistoleiro e inimigo dos índios. Esta suposta casualidade reforça a tese defendida pelos índios de que o carro atravessado na pista poderia ser mesmo uma “espera” armada por pistoleiros profissionais. O depoimento de um soldado que acompanhava Cretã, testemunha ocular do ocorrido, onde ele afirma que elementos armados fugiram para o mato quando chegaram viaturas da PF e da PM, é outra

evidência importante que foi desconsiderada nos inquéritos. O ex-cacique Ambrósio Luís dos Santos falou seu ponto de vista sobre aquele fato:

A morte dele ficou como um acidente, mas aquilo lá não foi, foi um assassinato. Foi um acidente sim, mas foi premeditado, foi uma tocaia no caso que fizeram para ele. Tinha dois policiais junto, e então foi uma tocaia por que o outro carro ficou trancando a pista, e quando ele foi desviar veio vindo uma carreta. E quando a carreta bateu no carro dele, aí esses que estavam no carro atravessado estavam parados no barranco, aí desceram com certeza para terminar de matar. E nisso vinha vindo o carro do major que vinha atrás, quando ele chegou os caras correram e deixaram ali. (...) Praticamente foi um assassinato.

No filme “Póstuma Cretã”, o tenente Sílvio Mozalatti da Polícia Militar do Paraná ao ser entrevistado por um repórter de televisão falou sobre a condição do carro que estava abandonado em uma perigosa curva da rodovia na hora do acidente:

Este veículo está em perfeita condição mecânica, não tem defeito nenhum. Inclusive veio rodando de lá.

O jornal “O Estado de São Paulo” no dia 01 de fevereiro de 1980, publicou:

OS ÍNDIOS NÃO ACEITAM VERSÃO DADA PELA FUNAI: A nota oficial da Superintendência da FUNAI, em Brasília, dando a morte do Kaingang Ângelo Cretã como conseqüência de um acidente automobilístico não convenceu os índios e os funcionários do próprio órgão. E para o chefe do Posto, chegou até a causar surpresa no Paraná. ‘- O acidente aconteceu, mas todo mundo sabe que a tocaia já estava preparada’, reagiu por sua vez o líder indígena Catarino dos Santos. (...) Isaac Bavaresco, chefe do Posto da FUNAI de Mangueirinha que até ontem não escondia seu abatimento pela morte do cacique, surpreendeu-se com a nota da Superintendência e comentou: ‘- Todas as evidências mostram que o acidente aconteceu por que um carro estava de tocaia na estrada. Há testemunhas que confirmam que três ou quatro homens fugiram armados quando viram a aproximação de outras pessoas no local do acidente. E cabisbaixo ponderou: ‘- Para a FUNAI pode ter ocorrido um simples acidente, e nós seus funcionários não podemos contrariar sua posição.’ Bavaresco ainda desabafou: ‘- A verdade é que nós estamos aqui na área sentindo pressão de todos os lados.’ Dois dias antes do cacique morrer, o prefeito de Chopinzinho divulgou uma nota paga em jornal da capital denunciando Ângelo Cretã e Isaac Bavaresco de agressão aos colonos. A posição pública do prefeito Vicente Mucke contra os índios é uma das pressões a que Isaac Bavaresco se referiu. As investigações sobre o acidente estão suspensas até que o delegado especial compareça a Chopinzinho. Antônio Pompeu de Souza, Romildo Bueno e Francisco Monteiro, que ocupavam o carro causador do acidente, contudo, estão desaparecidos desde que

Ângelo Cretã morreu. Mas antes de sumirem, eles apresentaram uma versão inversa a dos índios e das testemunhas que os viram correr para o mato armados de revólveres logo após o acidente. Nos depoimentos eles dizem que só no dia seguinte, quando iam registrar queixa de assalto é que souberam do acidente.

Dois meses antes de sua morte Ângelo Cretã esteve em Curitiba para participar do ato público “Pró Mangueirinha Indígena”, promovido pela ANAÍ-PR, CIMI-SUL e SBPC no dia 23 de novembro de 1979. Nesta ocasião jornalistas, religiosos, líderes sindicais, antropólogos, políticos de oposição e simpatizantes da causa indígena se solidarizaram com os Kaingang e Guarani de Mangueirinha na sua disputa com a madeireira Slaviero. Uma das personalidades que participaram daquele encontro realizado no auditório do Colégio Bom Jesus, foi o arqueólogo Igor Chmyz que nos deu o seguinte depoimento sobre sua impressão do evento onde conheceu pessoalmente Ângelo Cretã:

Com relação ao episódio, aconteceu em 1979 na época eu era chefe do departamento de Antropologia da UFPR. E recebi um convite da ANAÍ-PR, ou do CIMI-SUL não lembro bem, mas provavelmente quem me convidou mesmo foi a ANAÍ-PR, para comparecer a um ato público em prol da Mangueirinha Indígena, como eles chamavam. Era com relação a uma demanda de terras, houve uma perda territorial na reserva de Mangueirinha, e os índios estavam revoltados com a situação. Envolveria madeireiros que estavam explorando as reservas de araucária daquela região, uma das grandes reservas que ainda existiam no Paraná.

Após esta introdução, onde apresenta os principais motivos daquele ato público, o professor Igor Chmyz recorre a sua memória para falar dos conflitos entre políticos e madeireiros no interior do Paraná, que avançavam sobre as reservas florestais em terras indígenas:

Lembrando mais coisas, na minha infância em União da Vitória, a cidade ao sul onde eu nasci, eu escutava referências ao avanço em área indígena de pinheirais por parte dos políticos e madeireiros locais. Interessante que no convite é mencionado o Aníbal Cury e o Forte, que era conhecido como o “rei da imbuia”, lá na minha cidade. Ele se especializou na derrubada e no beneficiamento de imbuia, que era abundante no sul do Paraná. E também lógico do pinheiro, e depois eles transferiram a área para outro madeireiro com o qual surgiu o conflito com os índios.

Depois Igor Chmyz passou a narrar especificamente a respeito das impressões que teve do seu encontro com Ângelo Cretã, e da calorosa manifestação de apoio

organizada por entidades representativas da sociedade civil como o CIMI- SUL, a SBPC e a ANAÍ-PR:

Então nessa reunião que aconteceu no colégio Bom Jesus na praça Rui Barbosa, estava presente o Angelo Cretã que era o líder desse movimento. Ele era uma pessoa jovem, bastante esclarecido sabia o que queria em benefício do seu povo. Como chefe do departamento eu tomei lugar na mesa, lembro que a platéia estava repleta, houve uma aceitação muito grande de público. Ao meu lado sentou-se a Maria Ligia Moura Pires que também era professora do departamento de Antropologia e que estava trabalhando com o assunto Kaingang. As autoridades falaram, houve apartes da platéia, sugestões... Eu falei inclusive dando meu apoio e o apoio da instituição que eu estava representando à causa dos índios. Mas eu fiquei notando que todos os discursos eram só discursos. Eu notava a expressão de satisfação do Angelo Cretã, mas ao mesmo tempo como uma premonição eu não via aquilo com bons olhos. Eu lembro que eu voltei para a Maria Ligia ao meu lado e disse para ela: - 'nós estamos enchendo o Angelo Cretã de vento, e isso pode ser prejudicial.'

O olhar atento e crítico do professor Igor detectou a fragilidade de todas aquelas entidades apoiadoras diante da força bruta e do poder político e econômico dos adversários de Ângelo Cretã. Igor Chymz, prosseguiu então em sua fala:

Por que eu percebi que tudo aquilo que aconteceu, aquele movimento, aquele apoio era superficial, nada de concreto que de fato servisse como uma fortificação da luta dele resultou daquele ato. Eu li aquela matéria de jornal, na entrevista que ele deu para o repórter pouco antes de sua morte, onde ele menciona aquela reunião e diz que se sentiu fortalecido. Talvez com aquele apoio, ele não tenha tido mais cuidados como ele tinha antigamente. Ele se expôs mais, sentindo-se fortalecido, ficando a mercê do acontecimento. Essa não chega a ser uma mágoa, mas é um sentimento que eu guardei desde esse momento, em relação a minha participação no caso.

As preocupações do professor Chymz mostraram-se verdadeiras, apesar de toda a mobilização do movimento indígena, do apoio de intelectuais e jornalistas, os líderes indígenas continuavam expostos as agressões de seus antagonistas. Ângelo Cretã depois de participar e ser aclamado pela platéia no ato público: 'Pró Mangueirinha Indígena', deu entrevistas para a revista "Nacional Geográfica" e para o "Jornal do Brasil". Ele estava confiante na vitória dos Kaingang e Guarani não apenas em Mangueirinha, acreditava que junto com a democracia os índios no Brasil inteiro conquistariam direitos e cidadania. Porém o cacique Cretã não viveu o tempo suficiente, para presenciar as conquistas indígenas garantidas pela constituição

democrática de 1988. Muito mais que palavras de apoio e abaixo assinados, o cacique Ângelo Cretã necessitava de segurança do Estado e respaldo político para seus embates. Talvez ele tenha sido realmente iludido pelos aplausos recebidos na capital paranaense e pelo assédio dos jornalistas, mas o fato é que o cacique Cretã seguiu trabalhando por seu povo e desse modo pode ter assinado sua sentença de morte.

Assim as causas polêmicas do acidente que o levaram ao falecimento, serviram de motivação ideológica para o prosseguimento da luta dos índios no sul do Brasil. Independente de qual fosse o resultado dos inquéritos da Polícia Federal, o movimento indígena e seus apoiadores intelectuais e religiosos já haviam elevado Ângelo Cretã à condição de mártir e ícone da causa. Como podemos perceber nas palavras do líder Guarani Norberto Potã Gabriel, proferidas durante o enterro do seu amigo Angelo Cretã:

Nós agora estamos decididos inclusive unanimemente de retomar aquela terra, custe o que custar. Agora com essa morte dele, para nós é uma estrela que brilha, nós não vamos desanimar, vamos enfrentar. Foi um líder verdadeiro que não se preocupava só com a nossa comunidade, mas por diversas comunidades do sul. Foi um grande homem que lutou, batalhou pelo bem estar do índio. Nós vamos continuar unidos, a grande exigência dele era essa, esse era o ensino dele: - 'Vamos se unir minha gente, vamos seguir unidos para não terminar. Vamos retomar o que é nosso.' E nós vamos retomar, nem que tenha que morrer mais gente. Por que o governo não atendeu nosso pedido. Nós fizemos o pedido a FUNAI, nós fizemos abaixo-assinado por escrito para o presidente da FUNAI. Foi encaminhado lá nos gabinetes da FUNAI, foi encaminhado ao presidente Figueiredo e ele não ouviu, não foi atendido, então nós vamos agir agora.

Também o padre Natalício Weschenfelder ligado ao CIMI, pronunciou-se no enterro do cacique Kaingang, afirmando que a luta indígena estava fortalecida apesar da perda de seu líder maior. E com certo otimismo, o padre Natalício declarou que a justiça enfim seria feita em prol dos índios:

O seu desaparecimento é o sinal de que uma nova fase vai começar, e ela não vai parar, haverá outros Cretãs daqui para frente. Eles querem justiça pelas leis, caso contrário eles farão pelas próprias mãos. Mas agora a gente tem certeza que as leis vão ser colocadas em prática a favor dos índios.

Todos os caciques das Terras Indígenas do sul do Brasil foram convocados e estiveram presentes no funeral de Ângelo Cretã, que reuniu aproximadamente duas

mil pessoas e tornou-se um manifesto pacífico de apoio a causa dos índios. Entre o choro compulsivo de algumas mulheres Kaingang e o desconsolo dos amigos e parentes de Cretã, circulavam autoridades públicas, jornalistas e políticos brancos. O ambiente durante o velório era de comoção e revolta, durante o féretro uma multidão silenciosa caminhava numa estrada de terra emoldurada pelas matas da T.I. de Mangueirinha. E assim aquelas pessoas despediam-se do grande líder Kaingang. O cacique José Domingos da T.I. Xapecózinho, que dois anos antes havia sido desintrusada com o auxílio de Cretã, reafirmou naquela oportunidade a razão de viver e lutar de seu companheiro: “A maior preocupação dele era com esse pedacinho de terra que é pouco, mas o branco vem querer tomar.”

Catarino dos Santos, primo-irmão de Ângelo Cretã declarou naquela ocasião seus sentimentos, ao mesmo tempo em que pregava a unidade e reafirmava a necessidade da luta indígena:

Nós somos tudo uma geração só, assim por diante a gente só se dá pelo sangue da gente. Somos primos dele, estamos tudo revoltados nós perdemos o nosso cacique. Agora, daqui para frente nós temos que fazer o que podemos. Nós temos que continuar peleando.

Ari Paliano, filho do cacique José Domingos discursou emocionado durante o sepultamento de Angelo Cretã, fato registrado no documentário “Póstuma Cretã”, de Ronaldo Duque (1980):

Um irmão meu que morreu lutando por uma terra, lutando por nossa terra. O símbolo de Angelo Cretã é a terra, por que ele morreu peleando pela terra. O último pouquinho que sobrou ainda estão querendo acabar, estão querendo acabar com o índio. Eu considero o que aconteceu com meu irmão, meu sangue, foi assassinato. Eu não acredito em acidente automobilístico. Muitos não sabem, não compreendem que somos os donos desta terra, os primitivos. Somos os natos desta terra e ainda não nos respeitam. (...) Ângelo, você se foi, mas ficou muita gente que vai pelear por você. A nossa vida é a nossa terra. Eu quero morrer, mas quero morrer peleando por esta terra. (...) O degrau mais alto na vida de um homem índio, é abaixo do primeiro...

A última frase proferida por Ari Paliano: ‘O degrau mais alto de um homem índio, é abaixo do primeiro branco...’, era um bordão utilizado por outros líderes do movimento social indígena. Tal afirmação é muito significativa, pois denuncia a posição estrutural inferior, que os povos indígenas foram relegados diacronicamente

na sociedade brasileira. Desde as legislações indigenistas não cumpridas, ou muitas vezes interpretadas convenientemente de modo desfavorável aos índios. Até os genocídios perpetrados por jagunços, as correrias dos bugreiros, os despejos forçados de suas terras tradicionais e o próprio regime tutelar que desprovia estes povos de cidadania plena. Porém a morte de Ângelo Cretã, serviu também de estímulo para o prosseguimento dos embates em defesa das terras, dos direitos e da autodeterminação dos povos indígenas no Brasil. Assim sendo, as retomadas continuaram no sul e os índios de Manguairinha recuperaram à força e nos tribunais a terra que lhes havia sido usurpada. Na cidade de Manguairinha um conjunto habitacional popular recebeu o nome do seu primeiro vereador indígena, assim como a escola pública municipal da aldeia-sede. Diretórios acadêmicos, sindicatos de trabalhadores e logradouros públicos também homenagearam o cacique Cretã, seu nome foi lembrado em todos os cantos do país. Na cidade de Londrina em 2009 um grupo Kaingang invadiu a praça pública Ângelo Cretã, evocando o nome do seu grande líder e com ele terra para seu povo. A frase “Kretã ainda vive” aparecia no início dos anos 1980, pichada nos muros das grandes cidades, a imagem do cacique de Manguairinha fora transformada em um ícone do movimento social indígena. Chico Buarque de Holanda compôs letra e música sobre a morte de Cretã, manifestações políticas e culturais de apoio aos índios de Manguairinha ocorreram em muitas cidades brasileiras. No dia 04 de fevereiro de 1980 foram celebradas missas de sétimo dia para Cretã em Manguairinha, Curitiba, Manaus, Cuiabá e São Paulo, que configuraram atos públicos de protesto. ‘O Estado de São Paulo’, publicou a seguinte nota no dia 08 de fevereiro de 1980:

A PÁSCOA DE ANGELO KRETÃ: ‘Promovida pela Comissão Pastoral da Terra, a páscoa do Kaingang Ângelo Kretã é celebrada na Igreja da Consolação. A morte do cacique é considerada como um assassinato cometido por causa do conflito de terras.’

O ‘Jornal do Brasil’ (RJ), noticiava em 26 de novembro daquele mesmo ano uma denúncia do deputado federal Hélio Duque:

DUQUE ACUSA GOVERNO PELA MORTE DE CRETÃ: ‘O Ministério do Interior, a FUNAI e o Governo do Paraná foram responsabilizados pelo deputado federal Hélio Duque (PMDB-PR), pelo assassinato do cacique Ângelo Cretã da reserva de Manguairinha, com base em documento confidencial da própria FUNAI.’

Mesmo com toda a repercussão obtida após o falecimento de Cretã e as conquistas concretas de terras retomadas e de cidadania para os índios efetivadas com o trabalho de Ângelo, os líderes e ativistas indígenas no Brasil continuavam alvo de emboscadas e assassinatos. Quase um ano após o falecimento de Cretã, o Guarani Norberto Potã Gabriel, conhecido como Paraguaio, veio a falecer também vítima de colisão de trânsito. Na época circularam versões de que “Paraguaio” estava embriagado e havia saído de um bordel localizado à beira da estrada. Para algumas pessoas com quem conversei em Mangueirinha (índios e não índios) esta pode ser realmente a verdade dos fatos, porém para outros é apenas mais uma calúnia visando desmoralizar suas lideranças. Em 05 de janeiro de 2001, o jornal ‘O Globo’ do Rio de Janeiro noticiou:

DEPUTADO AFIRMA QUE ‘PARAGUAIO’ FOI ASSASSINADO: “O deputado Hélio Duque contestou ontem em Londrina a hipótese da polícia paranaense de que a morte do líder Guarani ‘Paraguaio’ tenha sido acidental. – ‘ Na verdade – afirmou – houve assassinato premeditado na morte do Kaingang Ângelo Cretã, o que ocorre agora com seu sucessor, o índio ‘Paraguaio’, também vítima de um simulado acidente rodoviário.”

Em meio a polêmica desencadeada o jornal “O Estado do Paraná”, no dia 28 de janeiro de 1981 divulgava mais uma ação da ANAÍ relativa às mortes de Cretã e Paraguaio:

ANAÍ ORGANIZA CULTO EM MEMÓRIA DE CRETÃ: “Um culto ecumênico em memória do cacique Kaingang Ângelo Cretã, falecido em acidente automobilístico há um ano será realizado amanhã na Igreja do Bom Jesus, em Curitiba. Na cerimônia organizada pela ANAÍ, será prestada também uma homenagem ao cacique Norberto Gabriel, o Paraguaio, líder Guarani da reserva de Mangueirinha (PR), também falecido em acidente automobilístico. Durante o culto será feita a leitura da ‘Missa da Terra Sem Males’ de autoria de Pedro Terra e Dom Pedro Casáldaglia.”

Dois anos após este culto ecumênico, Marçal Tupã-I dos Santos conhecido como: ‘A voz do trovão’ por denunciar a usurpação das terras dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, foi assassinado com cinco tiros por três pistoleiros. Um destes tiros foi efetuado na boca de Marçal, para calar definitivamente sua voz, este crime ocorreu no dia 25 de novembro de 1983, na cidade de Antônio João-MS. O líder Marçal Tupã-I com sua coragem fazia o drama vivido por seus irmãos Guarani na fronteira do MS com o Paraguai, ser conhecido até mesmo no exterior. Quando

da visita do papa João Paulo II ao Brasil em 1980, Tupã-I representando a recém-criada União das Nações Indígenas (UNI)<sup>41</sup>, entregou ao sumo pontífice católico na cidade de Manaus-AM um documento onde apresentava a situação dos índios no Brasil. No ano seguinte Tupã-I discursou na sede da ONU em Nova York, denunciando as invasões nas terras indígenas e a violência nas relações de força entre latifundiários brancos e lavradores índios. Assim como Ângelo Cretã, Marçal era um líder nacional que apesar da realidade cotidiana violenta que enfrentava, vinha ganhando espaços para causa indígena na sociedade brasileira. No filme “Terra dos índios” em 1978, Tupã-I consciente dos riscos que corria declarou:

O nosso destino não será de rosas, talvez muitos de nós devam escrever a história indígena com o próprio sangue, com tem acontecido com os irmãos nossos. Mas um dia faremos o V da vitória para o governo e para a FUNAI. (...) Dizem que sou uma pessoa marcada para morrer, mas por uma causa justa a gente morre.

Os fazendeiros: Libero Monteiro e Romualdo Gamarra que avançavam sobre as terras da aldeia Pirakuá, eram os principais suspeitos de serem os mandantes do atentado contra a vida de Marçal Tupã-Y. Os dois foram inocentados pela “justiça dos brancos” que alegou “falta de provas”, tendo seus crimes prescritos em 2008. Porém a coragem e as lutas empreendidas por Tupã-I não foram em vão, de 13 terras indígenas reconhecidas em 1980 o Mato Grosso do Sul passou para 111 terras indígenas em 2010, sendo que algumas encontram-se em processo de demarcação. Porém mesmo com estas conquistas indígenas, no MS os conflitos entre produtores rurais e os índios Guarani prosseguem, e o preconceito é uma sólida barreira ao entendimento entre as partes. Em edição especial da revista “Caros Amigos” de setembro de 2010, o Procurador da República na cidade de Dourados-MS, Marco Antônio Delfino, opinou sobre este assunto:

Há entre a população sul mato-grossense uma postura claramente anti- indígena. Isso, infelizmente, é dito pelo governador, passando pelos deputados e os veículos de comunicação.

Muito recentemente, em janeiro de 2003 na cidade de Juti-MS, o cacique Guarani Marcos Verón foi assassinado a tiros, mandantes do crime os fazendeiros Carlos Romero e Jorge Cristaldo foram condenados por tortura e homicídio a 12

---

<sup>41</sup> A União das Nações Indígenas (UNI) nunca foi reconhecida pelo governo do Brasil, que considera inadmissível a existências de outras “nações” em seu território, mesmo sendo um país que engloba povos indígenas com línguas e costumes próprios.

anos e 03 meses de prisão. Após cumprirem apenas 04 anos de reclusão a dupla homicida foi absolvida em júri popular no ano passado onde testemunhas indígenas foram proibidas de prestarem depoimentos no idioma Guarani. O Ministério Público Federal recorreu da decisão, por considerar que esta atitude feriu a constituição brasileira por ser etnocêntrica e arbitrária.

Xicão Xucurú outro líder do movimento indígena contemporâneo de Ângelo Cretã, foi assassinado por pistoleiros em frente a casa de sua irmã na cidade de Pesqueira em Pernambuco, no dia 20 de maio de 1998. Francisco de Assis Araújo, nome de batismo do cacique Xicão, liderava as 23 aldeias do povo Xucurú, até agora nenhum suspeito foi preso. Em Roraima, no ano de 2003 o líder Aldo Silva Mucuxi, após sete dias de desaparecimento teve seu corpo encontrado em uma cova rasa. Na cidade de Grajaí no Maranhão o cacique João Araújo Guajajara foi assassinado em maio de 2005, ele também enfrentava intrusos e madeireiros.

Mesmo que os crimes violentos cometidos contra líderes indígenas não tenham cessado, é inegável o avanço conquistado pelo movimento indígena no Brasil. Tanto no processo de retomada e demarcação de terras, como nos direitos assegurados pela constituição de 1988 e nas relações institucionais com a FUNAI e demais órgãos governamentais. Atualmente muitos índios exercem cargos públicos, como prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de norte a sul do país. Porém desde o cacique Mário Juruna eleito em 1982, nenhum outro índio elegeu-se deputado federal. Entidades representativas da luta indígena nasceram nos anos 1980 como a UNI de Marçal Tupã-I, Álvaro Tukano, Marcos Terena e Aílton Krenak (entre outras lideranças). Na atualidade a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), com suas seções regionais como a ARPIN-SUL, é a principal organização do movimento indígena. Conselhos de caciques dialogam constantemente com os governos municipais e estaduais, FUNAI e FUNASA para promover melhorias e garantir a saúde, educação e segurança em suas comunidades. O Ministério da Cultura criou em 2006 o “Prêmio Culturas Indígenas”, que viabiliza verbas para projetos culturais das comunidades indígenas. Nas suas três primeiras edições, o “Prêmio Culturas Indígenas” homenageou respectivamente Ângelo Cretã, Marçal Tupã-I e Xicão Xucuru, e contemplando projetos em todas as regiões do país. Nos gabinetes dos ministérios, no Senado da República, na Câmara Federal, em audiências com a FUNAI e com o Ministério Público, atualmente os índios organizados seguem defendendo seus interesses. Mas esta condição foi conquistada a partir da década

de 1970, quando caciques como Ângelo Cretã, Nelson Xangrê, Marçal Tupã-I, Mário Juruna, Marcos Terena, Aílton Krenak e Álvaro Tukano comandavam as lutas indígenas no Brasil. A força do movimento social indígena, suas metas e sua capacidade de articulação na época em que ocorreu a morte de Cretã, podem ser mensuradas na leitura desta notícia veiculada no dia 1º de maio de 1981, em “O Estado de São Paulo”:

ENCONTRO DE LÍDERES EM SÃO PAULO: “Ao divulgar ontem as propostas aprovadas na Assembléia de líderes indígenas realizada em São Paulo e encerrada quarta-feira, o novo presidente da UNI, o índio Mariano Marcos Terena, afirmou a necessidade do Estado reconhecer que ‘a sociedade brasileira é uma sociedade pluriétnica.’ Dentre as propostas consta uma campanha nacional pelo direito dos índios se organizarem livremente sem sofrerem pressões do Estado. Os 73 líderes indígenas e 32 entidades de apoio ao índio presentes à reunião repudiaram a alteração do Estatuto do Índio visando a emancipação compulsória imposta aos índios, que está sendo proposta pelo governo – FUNAI e CSN. Eles defenderam a importância de possuir um organismo próprio de representação, (...), diante da inoperância da FUNAI, que ao invés de assistir aos índios, reprime seus verdadeiros líderes, corrompe e promove falsas lideranças. Defendeu-se também a posição de que somente as comunidades indígenas possam definir quem é índio e quem não é índio. E que só elas melhor cuidam de seu ecossistema, não cabendo portanto, a super-posição de áreas de preservação ambiental às áreas ocupadas por índios. O encontro defendeu ainda a participação das comunidades no processo de demarcação de suas terras e a garantia de acesso à educação, conservadas a língua e a história dos povos indígenas.

De modo que a luta indígena prosseguiu com força e vitalidade, e mesmo com a perda de Ângelo Cretã em 1980 novas terras foram demarcadas, direitos assegurados e políticas públicas foram desenvolvidas em prol de suas comunidades. Mas velhos problemas como intrusões, ameaças, assassinatos e preconceito continuaram existindo e gerando novos embates. Atualmente o movimento indígena trabalha para que as conquistas sociais presentes na constituição de 1988 sejam concretamente efetivadas, e não ocorram retrocessos. Os Kaingang hoje são aproximadamente 33.400 indivíduos segundo os dados da FUNASA de 2006, e continuam vivendo da agricultura, fazendo seu artesanato, reavivando seus ritos e seus mitos nas terras indígenas do sul do Brasil. Junto a eles convive uma significativa parcela da nação Guarani, que também segue em frente preservando seu idioma, sua religiosidade, sua mobilidade mítica que lhes dá um

sentido de liberdade diante das cercas, limites e fronteiras impostas pela sociedade brasileira.

No dia 29 de janeiro de 2011, aniversário de 31 anos de falecimento de Ângelo Cretã, nasceu na cidade de Curitiba Ângelo Weráassin Cretã. Este menino é neto do cacique Kaingang que liderou as retomadas de terras no sul do Brasil, bisneto de dona Balbina da Luz Abreu e de Francisco Luís dos Santos, tataraneto do major Antônio Joaquim Cretã. O pequeno Ângelo Weráassin Cretã também tem em suas veias sangue Guarani, assim como sua irmã Ângela de quatro anos de idade, filha do líder Romancil Gentil Cretã e da índia Guarani Andréia de Fátima. Estas crianças representam de certo modo a união entre dois povos ameríndios que há milênios co-habitam as terras meridionais do Brasil, outrora guerreando e agora colaborando entre si. Atualmente os Kaingang e Guarani vivem em um mundo profundamente alterado, no qual as florestas de pinheirais do sul do Brasil deram lugar a cidades e extensas plantações, onde os brancos são hegemônicos. Porém estes índios não esquecem seu passado, nem onde estão enterrados seus umbigos e seus ancestrais. E muito menos da firme resistência por eles empreendida em defesa de seus territórios e do direito de seguirem existindo enquanto Kaingang e Guarani. Por tais motivos, o nome de caciques guerreiros como Ângelo Cretã e Marçal Tupã I serão sempre rememorados como exemplos de coragem e de justiça por toda sua brava gente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Aimoré Índio do Brasil e MANFREDINI, Luís. **Sonhos, utopias e armas – As lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná**, Cadernos Paraná da Gente, SEEC-PR, Curitiba, 2010.

ARAÚJO, Ana Valéria (org.). **Povos indígenas e as leis dos “brancos”, o direito à diferença**, Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006.

BANIWA, Luciano e SANTOS, Gersem dos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006.

BARTH, Fredrik. **Etnic groups and bondaries: the social organization of culture difference**. Oslo/Londres: Universitet Forlaget, George Allen, 1970.

BENSA, Alban. **Da Micro-História a uma Antropologia Crítica**, in: “Jogos de escalas: a experiência da micro-análise”, RJ, FGV, 1998.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade Indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. SP: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: ed. Perspectiva, 1992.

BORDIEU, Pierre. Participant observation. In: **The Journal of the Royal Anthropological Institut**, 9 (2), pp 281-194, 2003.

BRIGHETTI, Clóvis Aquino e NOTZALD, Ana Lúcia : **O movimento indígena brasileiro na década de 1970**, UFSC, 2007.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e História oral: revendo algumas questões. in: **Usos e Abusos da História Oral**. pp: 149 – 166. RJ: FGV, 2006

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil**, SP: Cia. Das Letras, 1992.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. RJ: Jorge Zahar editor, 2005.

FERNANDES, José Loureiro. **Os Caingangues de Palmas**. Curitiba: Arquivos do Museu Paranaense Vol. 1, 1941.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: Um estudo sobre construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC, 1998.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e parentesco entre os Kaingang**: uma análise etnológica. SP: Tese de Doutorado em Antropologia Social, USP, 2003.

FILHO, João Pacheco de Oliveira. **O nosso governo**: os Ticuna e o regime tutelar.ed. Marco Zero e CNPQ, 1988.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha e OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: Zahar editores, 1978.

GORDON, Cezar. **Economia Selvagem**. Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre. SP: UNESP, 2003.

GUINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. SP: Cia. das Letras, 1987.

GUINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem**. SP: Cia, das Letras, 1988.

GUINZBURG, Carlo. **Relações de Força**. SP: Cia. das Letras, 2002.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná**: O caso Kaingang. Curitiba: Tese de livre docência, UFPR, 1974.

HELM, Cecília M. Vieira. **Disputa na justiça pelas terras de ocupação Kaingang, a decisão judicial**. pg.2, trabalho apresentado na VII RAN, em Porto Alegre, 2007.

HELM, Cecília M. Vieira. **A construção do laudo antropológico sobre a questão da Terra Indígena de Mangueirinha**: os depoimentos dos Kaingang e Guarani. Curitiba: DEAN/UFPR, 2005

HELM, Cecília M. Vieira. **Kaingang e Guarani da Terra Indígena de Mangueirinha e a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no Rio Iguaçu (PR)**, (In: Hidrelétricas e populações locais), Florianópolis, 2002.

HELM, Cecília M. Vieira. **A justiça é lenta, a FUNAI devagar e a paciência dos índios está se esgotando**: perícia antropológica na Terra Indígena de Mangueirinha. Textos e Debates, Florianópolis: NUER/UFSC ano 2, nº 4, 1996.

HELM, Cecília M. Vieira. **A perícia antropológica em processos judiciais**, Florianópolis: UFSC, 1994.

HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. in: Bettel, Leslie (org.): **América Latina Colonial. vol. I, capítulo 3**. SP: EDUSP, 2004.

KUPER, Adam. **The invention of primitive society**. London: ed. Routledge, 1996.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso perdido**. Porto Alegre: L&PM editores, 1984.

- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. RJ: ed. Tempo Brasileiro, 1975
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: ed. Martins Fontes, 1955.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença, 1952.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: **Usos e Abusos da História Oral**, pgs 167-182, RJ: FGV editores, 2006.
- LIMA, Francisco das Chagas. **Memória sobre o descobrimento e colonização de Guarapuava**. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 4, 1842. Boletim do Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense. Vol. XXXII, 1976.
- LUCIANO, Baniwa Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**, Curitiba: editora Guairá, 1957.
- MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos: Dados para a História e Estatística paranaense**. Curitiba: editora Guairá, 1941.
- MELATTI, Júlio Ceza. **Índios do Brasil**. SP: editora UNESP, 2007.
- MÉTRAUX, A. The Caingang. In: **Handbook of the South American Indian**. Smithsonian Institution, Julian Steward (ed.), 1946.
- MICHAELE, Faris Antônio S. Presença do índio no Paraná. In: **História do Paraná**, Khatib, El Faissal (org.), livro III, Curitiba: Grafipar, 1969.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e a História de São Paulo**. SP: 1996.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**. Maringá: EDUEM, 1994.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas: ed. da UNICAMP, 1993.
- NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a História dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: **Uri e Wãxi**. Londrina: Eduel, 2000.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. RJ: ed. Tempo Brasileiro, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena**. RJ: ed. Tempo Brasileiro, 1978.
- PIRES, Maria Lygia Moura Pires. **Guarani e Kaingang no Paraná: Um estudo de relações intertribais**. Brasília: Dissertação de Mestrado em Antropologia, UNB, 1975.

PRITCHARD, Evans – **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. SP: Ed.Perspectiva, 1978.

RADCLIFFE-BROWN, R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS, Alcida Rita. **Hierarquia e Simbiose**: relações intertribais no Brasil. SP: Ed. HUCITEC, 1980.

REVEL, Jacques. Micro-análise e construção do social. in: **Jogos de escalas**: a experiência da micro-análise. RJ: ed. FGV, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. SP: Cia. das Letras, 2004.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”, Fredrik Barth e a “micro-história”. In: **Jogos de escala: a experiência da micro análise**. PP. 151- 172, RJ: ed. FGV, 1998.

SACCHI, Angela Celia. **Antropologia de gênero e etnologia Kaingang**: uma introdução ao estudo de gênero na área indígena de Manguueirinha-PR. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1999.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1987.

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingang da bacia do Tibagi**: Uma sociedade Jê meridional em movimento.1995. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. **Uri e Wãxi**: Estudos Interdisciplinares Kaingang. pg. 203. Londrina: UEL, 2000.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang: resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: **Uri e Wãxi**: estudos interdisciplinares Kaingang. Londrina: EDUEL, 2000.

TOMMASINO, Kimiye.. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. São Paulo: ed. Paz e Terra, 1982.

TURNER III, Frederick W. (org.) **Gerônimo, uma auto-biografia**. Porto Alegre: L&PM editores, 1986.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2.000.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**, Campinas, editora Curt Nimuendajú, 2006.

WACHOWICZ, Christovam Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Editar, 1972

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Povos Indígenas do Brasil / [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

[www.areaindigena.hpg.com.br](http://www.areaindigena.hpg.com.br)

[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

ARPIN –SUL

Portal Kaingang

Registros Áudio-visuais:

Documentário: **Cantos da terra sagrada**,  
direção: Silvana Corona e roteiro: José Luis de Carvalho, (DOC TV/ 2004)

Documentário: **Terra dos índios**, roteiro e direção Zelito Viana, (1979)

Documentário: **Mato eles**, roteiro e direção Sérgio Bianchi, (1982).

Documentário **Póstuma Cretã**, roteiro e direção Ronaldo Duque, (1980)

Fotografias do acervo do MUSEU PARANAENSE / Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.